

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo



Dissertação

A r q u i t e t u r a a u s e n t e :
o c e n t r o h i s t ó r i c o d e
P e l o t a s , R S
(1 8 3 5 a 2 0 1 1)

M i c h e l e S o u z a
B a s t o s

Pelotas, 2013

MICHELE SOUZA BASTOS

Arquitetura ausente:
o centro histórico de Pelotas, RS
(1835 a 2011)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Doutora Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Catálogo na Publicação:
Maria Fernanda Monte Borges
Bibliotecária - CRB-10/1011

B327a Bastos, Michele Souza
Arquitetura ausente : o centro histórico de Pelotas, RS (1835-2011) /
Michele Souza Bastos ; orientadora : Ester Judite Bendjouya Gutierrez. –
Pelotas, 2013.

2v. (181 ; 334 p.) : il. color.

Conteúdo: v. 1 Arquitetura ausente. – v. 2 Inventário.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

1. Arquitetura ausente 2. Inventário 3. Patrimônio 4. Pelotas/RS
I. Gutierrez, Ester Judite Bendjouya, orient. II. Título.

CDD 720
720.98165

Banca examinadora:

Banca interna: Prof. Dr. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

Banca externa: Prof. Dr^a. Aline Montagna da Silveira

Banca externa: Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, doutora Ester Gutierrez, pela dedicação, paciência e disponibilidade em me atender.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Aos meus colegas de Mestrado, por dividir comigo as ansiedades durante a elaboração desta dissertação.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, responsáveis pelo setor de arquivos da Prefeitura, sempre dispostos a ajudar na busca pelos projetos.

Ao bibliófilo Fausto José Leitão Domingues, que disponibilizou incondicionalmente seu acervo, importante documento para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos Felipe e Arlene Gertum, sempre dispostos em auxiliar a construção e, principalmente, a finalização deste trabalho.

À minha família e, em especial, à minha mãe, que não se encontra mais entre nós.

Ao Mogar, meu companheiro nesta caminhada, por acreditar, acompanhar e compartilhar seus conhecimentos durante todo o período em que esta dissertação foi elaborada.

“Encontrar o equilíbrio entre destruir para construir e requalificar ou restaurar para preservar é o desafio que precisamos enfrentar. Que a morte esteja conosco, mas que atenda as nossas preces.”

Luis Amorim.

RESUMO

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura ausente**: o centro histórico de Pelotas, RS – 1835 a 2011. 2013. 175 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas

Reconhecer na cidade do passado a origem de nossa história possibilitou ao homem, como indivíduo ou na coletividade, manter vivo o sentimento de pertencimento com o meio que habita. Esta particularidade da memória direcionou o estudo sobre a arquitetura ausente do Centro Histórico da cidade de Pelotas (RS). Este estudo resgatou, através de registros iconográficos e escritos, o patrimônio arquitetônico ausente no Centro Histórico de Pelotas, indicando suas substituições construtivas e promovendo a reconstrução de dados urbanos da cidade. A construção desta memória edificada direcionou sua investigação para as edificações do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, e tomou como marco temporal o ano de 1835, data da elevação do município a categoria de cidade e época em que foi confeccionada a planta do segundo loteamento de Pelotas, região onde a área da pesquisa está inserida. Durante o desenvolvimento deste resgate construtivo, foram identificados registros iconográficos e documentais depositados em suportes distintos. Tanta diversidade de informações suscitou na elaboração do Inventário de Conhecimento da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas, que se constituiu no segundo volume da dissertação apresentada. Este instrumento permitiu compilar e organizar os documentos encontrados, e igualmente proporcionou a identificação de quatro períodos temporais distintos. Foi a partir da delimitação destas quatro faixas de tempo que a história edificada da cidade de Pelotas pôde ser descrita. A investigação destes quatro períodos temporais possibilitou compreender as transformações urbanas pelas quais a área estudada foi submetida e propiciou a criação de um panorama global sobre a modificação da paisagem urbana e dos processos formadores destas alterações. Neste contexto, verificou-se que a cidade seguiu os rumos transformadores impulsionados, primeiramente, pela situação econômica, favoráveis nos primeiros períodos, e de recessão, nos períodos subsequentes. Igualmente observou-se que as expressões arquitetônicas, materializadas nos edifícios executados ao longo de cada período, vincularam-se aos regramentos construtivos vigentes, e que as arquiteturas ausentes resgatadas demonstraram o distanciamento conceitual na forma de se produzir a arquitetura entre os primeiros exemplares que ocuparam o entorno da Praça e suas substituições construtivas.

Palavras Chaves: Arquitetura Ausente, Inventário, Patrimônio.

ABSTRACT

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura Ausente**: O centro histórico de Pelotas, RS – 1835 a 2011. 2011. 175 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas

Recognize the city past the origin of our history enabled the man as an individual or community, to keep alive the sense of belonging to the environment it inhabits. This particular memory directed the study of architecture away from the historic city of Pelotas (RS). This study redeemed through iconographic and written records, architectural heritage absent in the historical center of Pelotas, indicated their replacements constructive and promoted the reconstruction of the city's urban data. The construction of this memory built directed his research to the buildings surrounding the square Coronel Pedro Osório and took timeframe as the year 1835, when the elevation of the city to city, and the time it was made the plant the second allotment Pelotas region where the survey area is inserted. During the development of this rescue constructive identified iconographic and documentary deposited on different supports, such diversity of information elicited in the preparation of the inventory of knowledge of architecture away from the historic center of Pelotas, which was the second volume of the thesis presented. This tool enables to compile and organize the documents found, and also provided the identification of four different time periods. It was from the delineation of these four time bands that built the historic city of Pelotas could be described. The investigation of these four time periods allowed for understanding the urban transformations, in which the study area was submitted and caused the creation of an overall view of the modification of the urban landscape and the processes that formed these changes. In this context, it was found that the city followed the directions transformers driven, first, by economic gains in the first periods of recession and, in subsequent periods. It was also observed that the architectural expressions, embodied in buildings run along each period, linked to the specific regulations constructive force, and the architectures absent redeemed, demonstrated the conceptual gap in order to produce the architecture, among the first examples that occupied around the Square, and their replacements constructive.

Keywords: Absent Architecture, Inventory, Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Planta da propriedade de Mariana Eufrazia da Silveira.....	27
Figura 02-	Planta do primeiro loteamento da cidade de Pelotas.1815.....	28
Figura 03-	Planta da cidade de Pelotas. 1835.....	30
Figura 04-	Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas. 1873.....	33
Figura 05-	Praça Dom Pedro II, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas. 1880.....	34
Figura 06-	Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas. 1900.....	35
Figura 07-	Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas. 1919.....	36
Figura 08-	Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas. 1921.....	36
Figura 09-	Herma do Dr. Miguel Barcelos, Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas.1919.....	37
Figura 10-	Mapa do recorte físico espacial da Arquitetura Ausente.....	40
Figura 11-	Imagens de imóveis protegidos nas instancias federal e municipal. Pelotas. 2010.....	41
Figura 12-	Fichas de inventario: Iphan, Iphae e IPC Pelotas.....	55
Figura 13-	Fichas de Inventário da Arquitetura Ausente aplicada ao lote urbano do Rex Hotel.....	60
Figura 14-	Tabela de Etapas Urbanas.....	63
Figura 15-	Gráfico do Total de ocupações.....	64
Figura 16-	Detalhe do recorte físico espacial da pesquisa a partir do mapa de 1835.....	68
Figura 17-	Mapa das ocupações do primeiro período: 1835 a 1875.....	70
Figura 18-	Teatro Sete de Abril, a Escola Pública e a Câmara Administrativa. Pelotas.1883.....	73
Figura 19-	Garagens dos Bondes à tração animal.Pelotas. 1900.....	73
Figura 20-	Gráfico dos usos doPrimeiro Período:1835 a 1875.....	74
Figura 21-	A Casa Moreira Lopes. Pelotas. Início século XX.....	76
Figura 22-	Rua dos Canários, atual Rua XV de Novembro. Pelotas.1900..	76
Figura 23-	Fachada principal e corte longitudinal da igreja matriz projetada.....	78
Figura 24-	Casa General Osório nº 55 e Casa nº 57. Pelotas. 1923.....	80
Figura 25-	Chafariz da Praça da República e o prédio no terreno do Paço Municipal. Pelotas. 1873.....	81
Figura 26-	Teatro Sete de Abril, Pelotas. Início do século. XX.....	82
Figura 27-	Casa da Banha, Pelotas.1910.....	82
Figura 28-	Empresa de Pompas Fúnebres, Pelotas, RS – início do século. XX.....	82
Figura 29-	Gráfico dos Estágios de preservação do Primeiro período: 1835 a 1875.....	83
Figura 30-	Projeto da Fachada da Residência do Sr. Pinto da Rocha. Pelotas. 1870.....	86

Figura 31-	Projeto da Remodelação da fachada da residência do Sr. Alfredo Gonçalves Moreira. Pelotas. 1870.....	86
Figura 32-	Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas, s.d.....	87
Figura 33-	Clube Comercial. Pelotas. 1883.....	88
Figura 34-	Detalhe do recorte físico espacial da pesquisa a partir da planta de 1882.....	89
Figura 35-	Residência do Senador Joaquim Augusto de Assumpção. Pelotas. s.d.....	90
Figura 36-	Sobrado do Sr. Antônio Raimundo Assumpção. Pelotas. 1916.....	90
Figura 37-	Casas Comerciais da Irmandade São Francisco de Paula. Pelotas. 1923.....	91
Figura 38-	Residências da Praça Coronel Pedro Osório nº 07 e nº 05. Pelotas. s.d.....	92
Figura 39-	Residência do Coronel Alberto Rosa nº 66 e sobrados geminados nº 54 e nº 58. Pelotas, RS. 1906.....	92
Figura 40-	Prédios Comerciais Casa Coates nº 164 e Hotel Brasil nº 162.. Pelotas, RS. 1906.....	93
Figura 41-	Projeto da Fachada da Biblioteca Pública Pelotense. 1912.....	93
Figura 42-	Prédio da Sociedade Marítima e Terrestre. Pelotas, RS. 1922.	94
Figura 43-	Hotel Brasil e Teatro Sete de Abril. Pelotas. 1917.....	95
Figura 44-	Praça Coronel Pedro Osório. Em destaque o Prédio do Clube do Comércio, nº 158. Pelotas. 1919.....	95
Figura 45-	Empresa de Pompas Fúnebre. Pelotas. RS. s.d.....	95
Figura 46-	Praça Coronel Pedro Osório, em destaque o Prédio da Casa Hercílio. Pelotas. 1922.....	96
Figura 47-	Mapa das ocupações do segundo período: 1876 a 1925.....	97
Figura 48-	Residências nº01 nº03 nº05 e nº07. Pelotas. 1916.....	100
Figura 49-	Confeitaria Brasil. Pelotas. 1922.....	101
Figura 50-	Gráfico dos usos do segundo período: 1876 a 1925.....	102
Figura 51-	Residências da Praça Coronel Pedro Osório nº 02, 06 e 08. Pelotas. 1906.....	103
Figura 52-	Palacete nº 06 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS. 2002.....	104
Figura 53-	Paço Municipal e Biblioteca Pública Pelotense Pelotas. 1908.....	107
Figura 54-	Sobrado da Loja Torre Eiffel Pelotas. 1902.....	107
Figura 55-	Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas. 1922.....	107
Figura 56-	Sede do Clube Caixeiral Pelotas. s.d.....	108
Figura 57-	Rua Félix da Cunha em destaque o Sobrado nº 606 e a Casa de Pompas Fúnebres. Pelotas s.d.....	109
Figura 58-	Praça da Regeneração e o Teatro Politheama Pelotense. Pelotas. Início do século XX.....	109
Figura 59-	Residência da Família Moreira. Pelotas. Início século XX.....	111
Figura 60-	Residência do Coronel Alberto Rosa. Pelotas. 1950.....	111
Figura 61-	Prédio do Hotel Brasil. Pelotas. 1922.....	112
Figura 62-	Prédios Geminados nº 54 e 58 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas. 1920.....	113

Figura 63-	Casas 02, 06 e 08 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas. Década de 1970.....	114
Figura 64-	Gráfico do estágio de preservação do segundo período: 1825 a 1925.....	115
Figura 65-	Banco da Província, atual Banco Itaú. Praça Coronel Pedro Osório nº 164. Pelotas. s.d.	120
Figura 66-	Prédios Geminados. Praça Coronel Pedro Osório nº 57, 59 e 61. Pelotas. 1931.....	120
Figura 67-	Prédio Comercial de nº 205. Pelotas. s.d.....	121
Figura 68-	Reforma de Fachada. Praça Coronel Pedro Osório nº 54, Pelotas, RS.....	122
Figura 69-	Edifício Del Grande. Praça Coronel Pedro Osório nº 162. Pelotas. 1957.....	123
Figura 70-	Prédio Comercial Rex Hotel. Praça Coronel Pedro Osório nº 205. Pelotas. s.d.....	124
Figura 71-	Prédios demolidos da Praça Coronel Pedro Osório, lotes nº 156 e nº 158. Pelotas. s.d.....	125
Figura 72-	Vista da Praça Coronel Pedro Osório com o prédio Assumpção Rheingantz em execução. Pelotas, RS, s.d.....	125
Figura 73-	Mapa do recorte físico espacial da Arquitetura Ausente. Terceiro período: 1926 a 1960.....	126
Figura 74-	Banco do Brasil. Praça Coronel Pedro Osório nº 67, Pelotas. 1929.....	130
Figura 75-	Banco Agrícola e Mercantil. Praça Coronel Pedro Osório nº 57, Pelotas, RS 1973.....	131
Figura 76-	Gráfico dos usos do terceiro período:1926 a 1960.....	132
Figura 77-	Vista da Praça Coronel Pedro Osório destaque o edifício Comercial nº 205. Pelotas, RS.....	134
Figura 78-	Edifício Del Grande. Praça Coronel Pedro Osório nº 162. Pelotas. s.d.....	136
Figura 79-	Fachada Principal do Edifício da Sociedade Marítima e Comercial Ltda. Praça Coronel Pedro Osório nº 152. Pelotas.	137
Figura 80-	Sobrado Geminado. Praça Coronel Pedro Osório nº 54. Pelotas. 1955.....	138
Figura 81-	Banco Agrícola Mercantil. Praça Cel. Pedro Osório nº 57. Pelotas. 1979.....	139
Figura 82-	Gráfico do Estágio de preservação do terceiro período: 1926 a 1960.....	140
Figura 83-	Vista da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas. 1971.....	142
Figura 84-	Banco Unibanco. Praça Coronel Pedro Osório nº 55. Pelotas. 2002.....	144
Figura 85-	Prédios nº 58 e nº 54 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas. 2012.....	145
Figura 86	Complexo Praça XV. Praça Coronel Pedro Osório nº 151. Pelotas. 2012.....	146
Figura 87	Edifício de Lojas Comerciais. Rua Marechal Floriano nº 04. Pelotas. 2012.....	146

Figura 88-	Mapa do recorte físico espacial da Arquitetura Ausente. Quarto período: 1961 a 2011.....	147
Figura 89-	Prancha nº 26 I Plano Diretor de Pelotas.1968.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDOV	Centro de Documentação de Obras Valiosas
CIVA	Centre International pour la Ville, l'Architecture et le Paysage
CNRC	Centro Nacional de Referencia Cultural
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
FAUrb	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
NEAB	Núcleo de Estudos em Arquitetura Brasileira
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SGMU	Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e Cultura.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1.	
FUNDAMENTOS E BASES TEÓRICAS.....	21
1.1 Bibliografia.....	21
1.2 Documentação.....	24
1.3. Caracterização da área e recorte temporal.....	27
1.4. Marco Referencial: A Praça Coronel Pedro Osório.....	31
1.5. Delimitação da área.....	38
CAPÍTULO 2.	
CONCEITOS E METODOLOGIAS.....	42
2.1. Marco teórico e metodologia.....	42
2.1.1 Patrimônio e Inventário.....	43
2.2. Inventário da Arquitetura Ausente.....	53
2.2.1. Bases para o Inventário da Arquitetura Ausente.....	54
2.2.2 Ficha de Inventário da Arquitetura Ausente.....	55
2.2.3 Inventário como metodologia aplicada ao Estudo da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas.....	61
CAPÍTULO 3.	
PRIMEIRA ETAPA URBANA: Período – 1835 a 1875.....	66
3.1. Contexto histórico e social.....	66
3.2. Ocupações.....	67
3.3. Parcelamento.....	71
3.4. Uso e propriedade.....	71
3.5. Linguagem.....	75
3.6. Situação da construção e estágio de preservação.....	78
CAPÍTULO 4.	
SEGUNDA ETAPA URBANA: Período – 1876 a 1925.....	84
4.1. Contexto histórico e social.....	84
4.2. Ocupações.....	85
4.3. Parcelamento.....	97
4.4. Uso e propriedade.....	99
4.5. Linguagem.....	102
4.6. Situação da construção e estágio de preservação.....	109
CAPÍTULO 5.	
TERCEIRA E QUARTA ETAPAS URBANAS.....	116

5.1 Terceira Etapa Urbana: Período - 1926 a 1960.....	116
5.1.1 Contexto histórico e social.....	116
5.1.2. Ocupações.....	118
5.1.3. Parcelamento.....	127
5.1.4. Uso e propriedade.....	128
5.1.5. Linguagem.....	132
5.1.6. Situação da construção e estágio de preservação.....	136
5.2 Quarta Etapa Urbana: Período – 1961 a 2011.....	141
5.2.1.Ocupações.....	141
CONSIDERAÇÕES	
FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA	166
APÊNDICE	175
Apêndice A- Ficha Resumo.....	176
Apêndice B -Ficha Cadastro.....	177
INVENTÁRIO	

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as relações existentes entre memória e patrimônio tem alicerçado a construção de uma nova consciência para o avanço da preservação patrimonial.

O patrimônio cultural, hoje, já pode ser pensado enquanto suporte de memória social, ou seja, os bens patrimoniais podem ser tomados como um ponto de apoio na construção da memória social; como um estímulo externo, que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva de comunidades específicas, afinal, diferentemente da memória individual, a memória social é construída ao longo de gerações vinculadas a uma realidade social específica, determinada por relações e estruturas comuns.

Atualmente, as características da sociedade desencadearam um processo de aumento do interesse dos grupos sociais em resgatar suas raízes, por certo tempo renegadas. Constatamos este fato no sucesso editorial das publicações de biografias, no aumento da implantação de casas de memória – museus e eco-museus - e na identificação do que o historiador francês Pierre Nora convencionou chamar de “lugares de memória”. Tais lugares, segundo Nora, estão carregados de símbolos e significados, sendo utilizados como veículo para a memória coletiva, demonstrando assim que em um mundo globalizado a memória segue sendo local, e não pós-nacional ou global. (NORA, 1993).

Lembrar, relembrar, rememorar, reviver: o desenvolvimento destas faculdades propicia ao homem, como indivíduo ou inserido na coletividade, manter vivo o fato que, por meio de simbolismo e sentimentos de pertencimento, possibilita perpetuar a origem e a identidade pessoal, permitindo assim que este se reconheça como integrante deste ou daquele grupo social, ou seja, interaja como ser socializado.

Tais reflexões sobre a construção da memória coletiva também são abordadas pelo arquiteto e professor do Instituto Metodista Bennett, Dr Leonardo Marques de Mesentier. No artigo “**Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**”, Mesentier desenvolveu o argumento de que a construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado, e indica que

esta memória é transgeracional e os meios que a transmitem (narrativas, tradições, literatura, arte e patrimônio edificado) contribuem para o transporte da memória social de uma geração à outra. Assim, podemos concluir que a memória coletiva é socialmente construída, sendo que o patrimônio cultural constitui o meio de contribuição à construção desta memória.

Se a sociedade atual traz as marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, e se estas marcas são potencialmente suportes da memória, então, é também pela seleção, pela análise e pela interpretação destes suportes que serão construídas a memória e o esquecimento social. (MESENTIER, 2005, p.168 e 169).

No entanto, quando as informações necessárias para a construção desta memória social desaparecem e os elementos formadores de uma relação de respeito com o passado passam a ser desconhecidos por parte da comunidade onde um dia existiram, torna-se importante a busca destas informações com o objetivo de recuperá-las e transformá-las em ícones de memória.

Alicerçados nestes conceitos, vários estudos que tratam do resgate da memória têm sido desenvolvidos. Entre tais resgates, destaca-se a recuperação da memória do patrimônio edificado que, provavelmente por sua representatividade no meio social, tem despertado o interesse e o respeito para questões preservacionistas.

A pesquisa agora apresentada também se amparou na teoria de que a reconstrução de dados urbanos pode ajudar na construção da identidade cultural de uma comunidade. Neste sentido, o estudo resgatou a memória edificada de parte do Centro Histórico de Pelotas e promoveu a construção visual de dados urbanos da cidade, identificando as primeiras ocupações da região pesquisada, e, subsequentemente, indicando as substituições construtivas, reconstituindo as fases edificadas pelas quais passou tal área, até sua conformação morfológica atual.

Delimitação do Trabalho

A busca por estas informações construtivas fixou seu foco de interesse nas faces de quarteirões que circundam a Praça Coronel Pedro Osório, localizada no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. As faces dessas

quadras apresentam um parcelamento atual total de 35 lotes, sendo estes implantados em doze quarteirões distintos.

O início desta investigação tomou como marco temporal o ano de 1835, época em que foi confeccionada a primeira planta do município de Pelotas, e estendeu sua investigação até os dias atuais, resgatando, durante a elaboração deste trabalho, os edifícios que foram erguidos e demolidos ao longo de 176 anos de história construtiva.

Objetivos

Deste modo, foi desenvolvido o estudo da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas, cujo objetivo geral foi o de narrar parte da história edificada da cidade e, a partir desses resultados, ter como objetivos específicos, identificar o patrimônio ausente nesta área de expressivo valor cultural e, posteriormente, indicar o patrimônio presente que substituiu estas ausências.

O resgate destes registros históricos permitiu o acesso às informações sobre bens culturais encontradas dispersas em acervos e suportes diversos, como o caso dos acervos particulares, utilizadas como documentação da pesquisa. Esse fato acabou possibilitando que tais acervos, além de servir de fontes documentais, tivessem ainda um veículo à propagação de seu conteúdo, e por consequência, um instrumento facilitador para a redução do manuseio e do acesso físico ao material original.

Metodologia

A metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa foi alicerçada na elaboração do Inventário de Conhecimento da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas.

As reflexões para a construção de tal inventário tomaram como referência as análises das funções dos inventários patrimoniais e sua utilização como ferramenta de perpetuação da memória cultural. Ao apreciarmos estas aplicações, concluiu-se que a elaboração de um instrumento de cadastro seria a melhor maneira de organizar e quantificar os dados para o resgate da memória edificada do Centro Histórico de Pelotas.

O desenvolvimento desta ferramenta de cadastramento adotou por base inventários desenvolvidos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram utilizados como referências, no âmbito federal, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN –, cujo propósito fundamental foi o desenvolvimento de inventários de conhecimento para formar uma base de informações aplicada à construção de “Redes de Patrimônio” em todos os estados e municípios.

O segundo inventário utilizado como modelo tratou do Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE, enquanto na instância Municipal analisou-se o Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Este documento listou os bens integrantes do patrimônio cultural da cidade, no qual foram cadastrados 1600 imóveis, e caracterizou-se por ser um sistema articulado de caráter permanentemente passível de acumulação, revisão e atualização.

A escolha destes três inventários como referência para a construção do inventário que balizou a pesquisa amparou-se no critério do objeto cadastrado, cujo propósito foi registrar os bens de natureza material, e nos objetivos deste cadastramento, que permitiam arrolar informações relevantes sobre as características históricas do bem inventariado.

Tendo por base as fichas dos três inventários adotados como referência para o trabalho proposto e acrescentando dados específicos para o preenchimento de informações iconográficas e documentais, criou-se uma ficha específica para o Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas.

Esta ficha permitiu organizar informações contidas em suportes distintos, depositadas em fotografias, cartões postais, projetos arquitetônicos e publicações impressas: álbuns, livros e periódicos.

A aplicação deste fichamento nos 35 lotes, integrantes do recorte físico espacial estudado, resultou no inventário que balizou a pesquisa e se constituiu no segundo volume desta dissertação.

Assim, foi possível disponibilizar, de forma acessível, dados organizados, analisados e informatizados, que contribuíram para um entendimento mais amplo sobre o patrimônio histórico edificado da cidade.

Salientamos, ainda, que as informações compiladas no segundo volume da dissertação podem igualmente auxiliar na elaboração de futuros projetos e planos de conservação para a área, colaborando na execução de levantamentos cadastrais, bem como auxiliando as novas intervenções em bens patrimoniais existentes.

Como parte integrante deste inventário, confeccionou-se também uma planilha contendo a síntese das informações indicadas nas fichas dos lotes inventariados. Esta planilha nomeada Tabela de Etapas Urbanas teve como finalidade apresentar informações agrupadas e tabuladas, tornando possível identificar um panorama global das transformações apontadas pela pesquisa.

Com a elaboração de tal planilha foi possível perceber quatro períodos temporais distintos nos quais as construções identificadas na área histórica, alternadamente, sucederam-se. Estes períodos foram estudados individualmente, construindo-se assim a história edificada do entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

As cenas resgatadas na construção desta história carregaram consigo informações que podem constituir-se em suporte de memória, ajudando, por meio das imagens do patrimônio arquitetônico que não existe mais, a gerar reflexões sobre as mudanças advindas na paisagem da cidade com a perda desses edifícios.

Neste sentido, remetemo-nos aqui ao conhecimento da cidade não apenas como obra individual, pois cada pessoa vivencia experiências únicas, mas também coletivas, na medida em que compartilha valores e significados da comunidade e suas redes de relações. Assim, ao reconstruir os registros urbanos da cidade, remontamos à origem do centro urbano de Pelotas, refazendo nossa própria história.

Espera-se que as reflexões advindas do resgate da memória edificada do Centro Histórico de Pelotas possam auxiliar na criação de sentimentos de pertencimento por parte de nossa comunidade, consolidando sua identidade

cultural, despertando o interesse pela história da cidade e ampliando as fronteiras de divulgação deste patrimônio.

Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo aborda o referencial teórico utilizado sobre o uso da imagem como promotora da preservação patrimonial. Este capítulo ainda: apresenta os documentos e os acervos que foram utilizados para a construção do resgate das arquiteturas ausentes; traça um panorama histórico sobre a área que abriga o recorte físico espacial da pesquisa; identifica o período temporal estudado; resgata a memória da Praça Coronel Pedro Osório e delimita a área de interesse para a pesquisa, apontando os 35 lotes que integram o recorte físico espacial analisado.

O segundo capítulo fundamenta o processo de construção da pesquisa, pois nele apresenta-se a evolução dos conceitos de patrimônio e de inventário, desde a sua criação na Antiguidade até os dias atuais, resgatando os primeiros inventários elaborados no Brasil. Na última parte deste capítulo é relatada a construção do Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas, que balizou todo o estudo, sendo descrita a elaboração de sua ficha de cadastramento, o fichamento dos lotes pesquisados e a estruturação das quatro etapas urbanas, que decorreram da aplicação deste inventário.

O terceiro capítulo trata das análises da primeira etapa urbana. Esta etapa urbana, intitulada de **1º Período: 1835 a 1875**, relatou a história construtiva das primeiras 18 construções cadastradas no Inventário da Arquitetura Ausente, edificações que representaram a origem da ocupação da área pesquisada. As análises abordaram as características construtivas de parcelamento do solo, uso e propriedade, linguagem arquitetônica, situação da construção e estágio de preservação das construções estabelecidas nesta faixa temporal.

O quarto capítulo trata da segunda etapa urbana, intitulada de **2º Período: 1876 a 1925**, neste capítulo descreve-se a memória edificada das 41 construções identificadas neste período, onde são informadas as características

principais dos edifícios, e também começa a traçar-se um panorama das transformações urbanas pelas quais a área da pesquisa é submetida.

O quinto capítulo da dissertação está dividido em duas partes: a terceira e a quarta etapas urbanas descritas. A terceira etapa urbana, intitulada de **3º Período: 1926 a 1960**, e a quarta etapa urbana, intitulada de **4º Período: 1961 a 2011**, seguem a mesma linha do capítulo anterior, apresentando-se os lotes cadastrados nestes períodos e também suas características construtivas e sua relação com o período estudado.

As análises apresentadas nos capítulos três, quatro e cinco da dissertação oportunizaram o desenvolvimento de considerações decorrentes das transformações urbanas que ocorreram no entorno da praça, permitindo construir um vínculo entre estas e sua implicação na paisagem, entendendo-se, assim, os processos que geraram tais alterações arquitetônicas.

Desta forma, desenvolveram-se as reflexões do trabalho e produziram-se descrições decorrentes das transformações urbanas identificadas pela pesquisa.

CAPÍTULO 1.

FUNDAMENTOS E BASES TEÓRICAS

1.1. Bibliografia

Atualmente, diversas publicações internacionais têm evidenciado a importância da reconstituição de dados históricos por intermédio da iconografia. A obra dos arquitetos argentinos Ramon Gutierrez, Patricia Méndez e do designer Marcelo Kohan foi basilar neste aspecto, pois em seu livro, “**Arquitecturas ausentes**: obras notables demolidas em la ciudad de Buenos Aires”, foram divulgadas, e transformadas em fonte de informação e sensibilização, fotografias de construções monumentais que hoje fazem parte da lembrança dos moradores portenhos. Neste livro, os arquitetos elencaram apenas os prédios que pela dinâmica de uma evolução urbana feroz não estão mais presentes na realidade atual da cidade.

Na referida publicação, a arquiteta Patricia Méndez, ao apresentar o artigo “Fotografía y Arquitectura, una relación bien atemperada”, defendeu a utilização da fotografia como modo de perpetuação da memória, salientando que desde sua invenção a fotografia encontrou na arquitetura sua melhor sócia, e explicou: os edifícios, por suas qualidades físicas, constituíram-se em modelo exemplar para mostrar as novas formas da realidade urbana.

Méndez destacou ainda que álbuns urbanos, cartões postais e recordações de viagens adquiriram valor histórico por intermédio das imagens da cidade capturadas por estas fotografias. Estes registros permitiram não apenas analisar a história ou fixar na memória coletiva determinadas paisagens, mas revelar interesses, motivações e percepções ocorridos a partir dos processos de transformações arquitetônicas e urbanas.

Nesse sentido, observa a arquiteta, vários estudos sobre a fotografia e seu potencial documental têm sido elaborados. A abordagem do objeto fotográfico se apresentou como uma fonte histórica enquanto narrativa espacial e veículo entre o passado e o presente, componente de uma memória visual arquitetônica e ferramenta para a construção do imaginário da cidade antiga. (MÉNDEZ, 2010).

Igual destaque teve a exposição “**Arquitecturas Ausentes del siglo XX**”, realizada na cidade de Bruxelas, em junho de 2004, sob a curadoria do Ministerio de Vivienda y el CIVA (Centre International pour la Ville, l’Architecture et le Paysage), onde foi apresentada uma homenagem a 24 projetos arquitetônicos internacionais, em especial espanhóis, que contribuíram para o progresso da arquitetura mas nunca foram construídos, ou, se o foram, logo desapareceram ou sofreram transformações que, atualmente, distanciam-se do projeto original.

A exposição reproduziu projetos da autoria de arquitetos que se distinguiram como protagonistas da vanguarda do século XX. Entre estes: Alvar Aalto, Walter Gropius, Adolf Loos e Mies van der Rohe. Tal como foram concebidos por seus arquitetos, os projetos foram reconstituídos por intermédio de maquetes executadas a partir dos projetos arquitetônicos, fotografias e desenhos. Estas maquetes recriaram as obras que jogaram um papel capital na formação da arquitetura europeia e na recomposição da memória construtiva de uma arquitetura moderna.

Seguindo o caminho das publicações internacionais, estudos nacionais também direcionaram a compreensão da cidade do presente, vinculada as imagens da cidade do passado. O artigo da doutora em história Zita Rosane Possamai, intitulado “A fotografia e os tempos fugidios da cidade”, publicado no livro “**Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960: acervo de imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa**”, exaltou o modo como podemos relacionar-nos com a cidade antiga, por intermédio do registro fotográfico, dando testemunho à construção da história por meio destas fontes.

Neste artigo, Possamai argumenta que olhar a cidade de outros tempos é inebriar-se da presença no espaço urbano daquilo que já não mais existe. É, ainda, compartilhar a ilusão de ver uma cidade que de fato existiu, presente na imagem fotográfica, na qual se constróem ilusões e ficções, tendo como ponto de partida o referente espacial urbano. A historiadora igualmente atesta que olhar estas vistas urbanas é dialogar com uma outra cidade, inacessível, para sempre perdida, apenas imaginada no olhar fotográfico. (POSSAMAI, 2008)

Sua narrativa permitiu concluir que as imagens podem transformar-se em veículo de transmissão da memória, pois carregam informações preciosas do

passado, desenvolvendo um papel fundamental à formação da identidade construtiva da cidade.

Tal afirmativa foi reforçada pelo arquiteto Daniel de Carvalho Moreira em sua dissertação de mestrado sobre a **Reconstituição de projetos de arquitetura**: a fachada do antigo Teatro Municipal de Campinas. Neste estudo, Moreira esclareceu que a reconstituição de projetos de arquitetura com objetivo de registrar edifícios destruídos, descaracterizados ou inacessíveis, por intermédio do desenho arquitetônico, permitiu preservar a memória e o patrimônio cultural arquitetônico, prática existente desde o século XVIII. (MOREIRA, 2000).

Alicerçados nas argumentações destes pesquisadores, podemos incluir, então, entre as variantes da iconografia como promotora da preservação da memória, as representações obtidas por meio de documentos, plantas, esboços, projetos, fotografias, cartões postais, anúncios publicados em periódicos, álbuns impressos, pinturas etc. Tais registros contaram a história de uma época que, ao longo das décadas, vêm sendo alterada pela dinâmica da cidade contemporânea, cujo processo de crescimento urbano transformou fatalmente a paisagem primitiva.

A publicação de Luis Amorim, “**Obituário Arquitetônico**: Pernambuco Modernista”, no qual se apresentou o patrimônio modernista demolido na cidade do Recife, trouxe à tona esse doloroso tema comparando os prédios demolidos a entes mortos. No entanto, seu peculiar relato cumpriu o dever de ser fonte de informação e perpetuação da memória dessas construções.

Alguns mortos parecem ter tombado em vão. Em outros casos, o recém-nascido tem personalidade própria. Esse julgamento deve ser feito segundo a observância de muitos aspectos, dos mais subjetivos, ligados à memória e aos sentimentos individuais que tal obra emana, aos mais objetivos, como os impactos nas condições ambientais locais, no fluxo de veículos, na demanda por infraestrutura urbana, entre outros. O julgamento é vosso. (AMORIM, 2007, p.19)

Com sua obra, o autor descreveu os vários aspectos que envolveram o processo de demolições na cidade do Recife, classificando como “genocídio arquitetônico, um arquicídio” os diversos tipos de “mortes” que promoveram a destruição do patrimônio arquitetônico modernista. Por meio de fotografias, o autor identificou, em seu obituário, os edifícios demolidos na cidade, indicando por

que tipo de construção foram substituídos, transformando o seu trabalho em um testemunho de registro fotográfico, neste último utilizado o argumento de preservação patrimonial.

Ao elaborar a monografia “**Futuro sem pretérito**: as demolições do patrimônio edificado em Pelotas” - desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural ‘Conservação de Artefatos’, a arquiteta e urbanista Carmem Vera Roig elencou diversos exemplares da arquitetura pelotense que tiveram sua morte anunciada. Alguns ainda agonizam...

As publicações editadas sobre a cidade de Pelotas, produzidas no início do século XX, forneceram o elo às afirmativas de ROIG. Estes documentos constituíram-se em fontes primárias do registro de muitos edifícios, em especial de arquitetura eclética, hoje desaparecidos.

1.2. Documentação

As imagens mais significativas desta premissa materializaram-se nas fotografias impressas apresentadas nos álbuns comemorativos, onde se destacou o **Álbum de Pelotas**. Centenário da Independência do Brasil, publicado em 1922. A referida publicação retratou exclusivamente o Município de Pelotas, exaltando seu desenvolvimento econômico e cultural à época; a mesma relatou dados de sua formação urbana, enalteceu os principais “Senhores da terra” e, principalmente, reproduziu, em imagens, construções, comércio, paisagens urbanas e sua população. Entrementes, nesta inclusa, homens ilustres, como também desconhecidos, permitindo constituir-se em fonte primária para a reconstituição da memória construtiva da cidade.

Digno de nota o Álbum “**O Estado do Rio Grande do Sul**”, editado em três idiomas distintos, por Monte Domecq e Cia, em 1916. Com a finalidade de divulgar o Estado do Rio Grande do Sul além de suas fronteiras, reservou parte de sua edição ao Município de Pelotas. Tal obra teve caráter eminentemente comercial e destacou a indústria e o comércio da cidade. Contudo, foi ricamente ilustrada, sendo possível recompor dados do antigo centro urbano por intermédio de suas imagens.

Juntamente com os álbuns comemorativos, a coleção dos “**Almanach de Pelotas**”, evidenciou-se como importante fonte de informação sobre a memória

construtiva de Pelotas. Esta coleção -- publicada anualmente a partir do ano de 1913 pela firma Ferreira e Cia e, posteriormente, pela empresa de Florentino Paradedá-- foi editada até o ano de 1935, divulgando por 23 anos ininterruptos informações sobre o comércio, a indústria e dados públicos do município, dentre estes os relatórios da Intendência e da Câmara de Vereadores, bem como informações de caráter assistencial. Tais dados permitiram reconstituir parte da vida econômica e política da urbe neste período, pois retratavam, por meio de propagandas comerciais, os estabelecimentos instalados na cidade. Desta forma, indicavam quais os tipos de produtos e serviços que por estes foram desenvolvidos e, por conseguinte, oferecidos. Esta obra ainda reproduziu os relatos dos serviços executados e prestados pelos órgãos municipais e instituições assistenciais.

A **Revista do primeiro centenário de Pelotas**, de autoria de João Simões Lopes Neto, editada em sete fascículos, entre os anos de 1911 e 1912, integrou-se às fontes de pesquisa, pois teve a finalidade de registrar o comércio, a indústria e a história nos primeiros cem anos de existência do Município. Nesta revista apresentaram-se, ainda, fatos políticos e culturais, plantas construtivas de edifícios exponenciais da arquitetura pelotense, além de dados sobre outras cidades da região.

Em junho de 1928, passou-se a publicar, no jornal **Opinião Pública**, os artigos intitulados "Antigualhas de Pelotas", de autoria do historiador Alberto Coelho da Cunha. Estes artigos não apresentavam ilustrações, mas reproduziam documentos, relatavam o cotidiano dos moradores nos primeiros tempos de fundação e descreviam dados do crescimento urbano da povoação que se desenvolvia. Hoje, tais jornais não possibilitam condições de pesquisa, pois se deterioraram com o cruzar dos anos. As Antigualhas de Pelotas, felizmente, foram reproduzidas pelo escritor Ângelo Pires Moreira, que, datilografadas e compiladas em um único documento, fazem parte do acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

A partir das últimas décadas do século XIX e durante as décadas iniciais do século XX, Pelotas começou a ser representada por intermédios de imagens em coleções de cartões postais. Surgiram as coleções das editoras: Meira, Livraria Universal de Echinique e Cia, Livraria Pelotense de Albino Isaacsson, Livraria Comercial, Livraria Americana, Casa A Miscelânea, Casa Krahe e,

posteriormente, as coleções da Livraria do Globo e os foto-postais da Livraria Colombo. As cenas perpetuadas nestes cartões resgataram vistas urbanas da cidade, e, principalmente, da Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno, área mais retratada nestas coleções.

Os acervos particulares pesquisados igualmente constituíram-se em importante fonte de documentação para os registros históricos e iconográficos da área analisada. A biblioteca temática sobre o Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para a obra do escritor João Simões Lopes Neto, e a biblioteca específica sobre a cidade de Pelotas, de propriedade respectivamente dos bibliófilos Fausto José Leitão Domingues e Mogar Pagana Xavier, descortinaram publicações e coleções de cartões postais e fotografias que seguramente contribuíram para o fechamento de lacunas sobre a história e a memória deste centro urbano.

Junto aos órgãos municipais, os documentos depositados, consolidaram a base de dados sobre a evolução urbana da área de estudo, pois os projetos arquitetônicos arquivados materializaram os registros sobre o nascimento e as subsequentes alterações das construções na história edificada da cidade.

Em publicação mais recente, "**A cidade em imagens**: catálogo de fotografias impressas – 1913/1930", a doutora em história Francisca Michelon e a professora Raquel Schwonke - organizadoras da obra - realizaram a compilação de informações históricas por meio de imagens fotográficas que se localizavam dispersas e em obras de difícil acesso. Assim, elaborou-se a catalogação, identificação e divulgação de fotografias que integram parte de coleções e publicações raras do acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Esta obra despertou a sensibilização do leitor à preservação patrimonial na cidade de Pelotas, pois suas imagens produziram um diálogo com a própria origem da urbe.

Ao nos depararmos com os referidos documentos, visualizamos na cidade retratada outra paisagem, outra ambiência: uma cidade antiga, distinta da cidade hoje vivenciada. Tais imagens carregaram informações que permitiram elaborar um panorama da configuração urbana anterior e auxiliaram na formulação de dados sobre as transformações construtivas pelas quais a cidade ao longo do tempo foi submetida.

1.3. Caracterização da Área e Recorte Temporal

Amparada nesta documentação, desenvolveu-se a construção da memória edificada da cidade de Pelotas. A materialização desta história foi desenvolvida em área específica do Centro Histórico da cidade e abrange as edificações do entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

Possivelmente, os primeiros registros de ocupação desta região datam do ano de 1813, quando D. Diogo de Souza, governador da Província, fez a doação de uma data de terras à Mariana Eufrasia da Silveira.

Esta doação foi concedida, conforme nos relata o historiador Alberto Coelho da Cunha, por serem, nessa época, todas as terras situadas entre os arroios Pelotas e Santa Bárbara consideradas áreas devolutas, aptas a serem apossadas para então, tendo a posse, obter-se o título de confirmação. Uma das pessoas a requerer carta de confirmação foi Mariana Eufrasia da Silveira.

Assim, em 2 de julho de 1813, o governador da capitania de São Pedro do Sul, Dom Diogo de Souza, fez mercê a Mariana Eufrasia da Silveira de um terreno que se limitava ao sudeste com o canal São Gonçalo, pelo noroeste e sudoeste com o arroio Santa Barbara, pelo nordeste com as terras de Jozé Gonçalves da Silva Calheca, e Jozé do Aguiar Peixoto, fazendo a figura de um triangulo obliquo, cujo terreno tinha na sua maior largura oitocentos e quarenta braças (1.848 m) e no seu maior comprimento mil trezentos e quatro braças (2.948 m). (CUNHA, 1928). Tal propriedade pode ser identificada na planta representada na figura 01



Figura 01- Planta da propriedade de Mariana Eufrásia da Silveira. Freguesia de São Francisco de Paula.

Fonte: GUTIERREZ. E. Negros Charqueadas e Olarias, 2001, p 164.

Neste ano de 1813, em que a data de terras foi doada à Dona Mariana, a sesmaria de Monte Bonito tinha como novo proprietário o Alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado, cujos laços familiares com Mariana Eufrasia da Silveira eram comprovadamente muito estreitos, em acordo com a descrição da arquiteta e urbanista Ester Gutierrez, professora e doutora em história, em seu livro **“Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense”**, Mariana, sogra e cunhada de Inácio da Silveira Cazado, era agregada nestas terras. (GUTIERREZ, 2001)

A localização da data de terras doadas à Mariana implantava-se em terreno anexo à gleba de propriedade de Antonio Francisco dos Anjos, cujo processo de ocupação urbana já havia sido estabelecido a partir de 1812, com a instalação da freguesia de São Francisco de Paula, futura cidade de Pelotas.

Neste primeiro processo de ocupação urbana, o capitão-mor Antonio Francisco dos Anjos determinou que fosse executada a medição e confecção de planta da povoação, para assim proceder à venda dos lotes. Desta forma, conduziu-se medição judicial em 20 de maio de 1815, sendo nomeado como juiz José Thomas da Silva, como piloto Maurício Ignacio da Silveira e como escrivão Joaquim José de Oliveira Borges. (ARRIADA, 1994). Assim, desenvolveu-se a primeira planta da ocupação da povoação designada, atualmente, como primeiro loteamento e representada na figura 02. Esta planta, elaborada como uma retícula retangular heterogênea serviu de base ordenadora para as expansões urbanas que se sucederam.

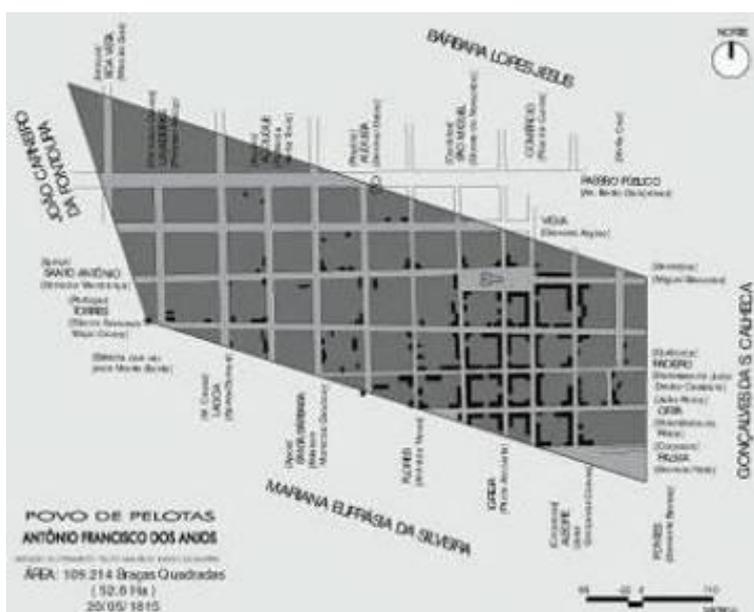


Figura 02- Planta do primeiro loteamento para a cidade de Pelotas.

Fonte: GUTIERREZ. E. Negros Charqueadas e Olarias, 2001, p 167.

Portanto, como já se encontrava estabelecido um núcleo urbano para a povoação da freguesia, as novas áreas que seriam ocupadas obedeceram ao traçado primitivo existente, ou seja, a planta do primeiro loteamento. Deste modo foi possível que o primeiro arruamento, executado por Mauricio Ignácio da Silveira, fosse, por consequência, ampliado.

A nova ocupação urbana, desenvolvida nas terras de propriedade de Mariana Eufrasia da Silveira, estendeu-se na direção norte-sul, a partir do limite da área com o loteamento de Francisco Antonio dos Anjos, até às margens do canal São Gonçalo. Desta maneira, anexou-se à Freguesia a data de terras doada pelo governador Dom Diogo de Souza.

Sobre a abertura dessas novas ruas, Alberto Coelho da Cunha registrou: o alinhamento das ruas que se projetavam vindas de norte para o sul, atravessando a Rua da Palma [General Neto] se alongavam sobre os terrenos de Dona Mariana e iam estacar em frente aos banhados do canal São Gonçalo. Em continuação ao xadrez imaginado para o povoado, romperam-se 16 ruas que, vindas do leste, iam parar em frente ao arroio Santa Bárbara.

As 16 ruas que foram traçadas,, vieram a ser conhecidas, a partir de norte para o sul, pelos nomes de Rua do Poço [Sete de Setembro], de São Jeronymo [Marechal Floriano], São Francisco [Princesa Isabel], da Regeneração [Barão de Butuí], de São Paulo [Lobo da Costa à leste], do Hercules [Lobo da Costa à oeste], do Martins Coelho [Tiradentes], do Rolim [General Telles], do Fabiano Pinto [Dom Pedro II], do Castro [Três de Maio], do Alferes Ignácio [Gomes Carneiro], da Francisca Eulália [Uruguai], do João Alves [Almirante Tamandaré], da Indígena [Benjamin Constant], do Canarim [Conde de Porto Alegre] e da Olaria [João Manoel]. (CUNHA, 1928)

A descrição de Alberto Coelho da Cunha permitiu concluir que o processo de urbanização, desenvolvido nas terras de Mariana Eufrasia da Silveira, constituiu a primeira expansão urbana da cidade de Pelotas. O mapa desta ocupação apresentava a demarcação de dez ruas no sentido norte-sul, dando continuidade às vias implantadas no primeiro loteamento, acrescido de 16 ruas ortogonais a estas ruas prolongadas, no sentido leste-oeste. O processo de assentamento decorrente deste plano urbano deu origem ao segundo loteamento da cidade de Pelotas e pode ser observado na planta reproduzida na figura 03.



Figura 03- Planta da cidade de Pelotas. RS. 1835

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – Secult

Contudo, a doação de terras que originou este segundo loteamento teve de respeitar algumas cláusulas condicionantes, dentre as quais a concessão de áreas com destino à construção de obras públicas para a população. Assim, em sete de novembro de 1827, o alferes Inácio Antônio Pires, filho de Mariana, apresentou uma lista de terrenos doados para uso público. Alberto Coelho da Cunha reproduziu esta lista.

Relação dos terrenos doados para a servidão do Povo de Pelotas. Extrahida de huma lista apresentada pelo inventariante Ignacio Antonio Pires em doação de proceder-se a entrega dos terrenos do casal do capitão Francisco Pires Casado e Mariana Eufrázia da Silveira em 7 de novembro de 1829. A saber:

Os terrenos doados para a nova igreja junto a Praça de huma quadra.

Os terrenos doados para a Praça da povoação de 80 braças em quadro.

20 braças de frente com 20 de fundo doadas a nação para Quartel e hospital

20 braças de frente com 20 de fundo que por ordem da Câmara forão demarcados pelo Juiz ventenario para o serviço do público na estrada dos Gados. . (CUNHA, 1928, s.p).

Desta forma, os terrenos designados ao uso da população da povoação, conforme cláusula condicionante para o aforamento da data de terras a Dona Mariana, deram origem as áreas destinadas à nova igreja, cuja obra nunca foi executada, e, atualmente, corresponde à quadra compreendida pelas travessas

Ismael Soares e Conde de Piratini, limitando-se por um lado com a rua Andrade Neves e por outro com a Praça Coronel Pedro Osório, onde foi implantado o complexo residencial e comercial Praça XV, até hoje inacabado. De modo igual, os terrenos doados ao quartel e hospital tiveram seu uso alterado, pois foram ocupados pelos edifícios da Biblioteca Pública Pelotense, Prefeitura Municipal de Pelotas e Escola Eliseu Maciel.

O terreno concedido à praça da população, por outro lado, manteve seu uso original e atualmente corresponde ao local onde está localizada a Praça Coronel Pedro Osório.

Por fim, os terrenos disponibilizados para o uso da Estrada de Gados resultaram na atual Rua Barão de Santa Tecla, e a área restante foi destinada à construção da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e da atual Praça Piratinino de Almeida.

Observamos o seguinte: das quatro áreas que deveriam servir ao uso da população da cidade, três destas estão localizadas em terrenos anexos, situadas no coração do Centro Histórico de Pelotas. Dentre tais áreas, os terrenos destinados a abrigar a nova igreja, o quartel e o hospital, assim como as demais faces de quarteirões que envolvem a Praça Coronel Pedro Osório, constituíram-se no recorte físico espacial da pesquisa sobre a Arquitetura ausente no Centro Histórico de Pelotas.

Tal pesquisa elencou o ano de 1835 como marco temporal do período estudado, data em que foi confeccionada a planta que deu origem ao segundo loteamento da cidade de Pelotas, sendo este o primeiro registro documental encontrado sobre a área analisada, estendendo-se sua investigação até a atualidade.

1.4. Marco Referencial: A Praça Coronel Pedro Osório

A Praça Coronel Pedro Osório, apesar de não integrar o recorte físico espacial analisado pela pesquisa, é o ponto convergente de todo o estudo sobre as arquiteturas ausentes proposto neste trabalho. Os lotes estabelecidos em redor deste terreno formaram a base das análises sobre as transformações urbanas ocorridas na urbe e permitiram resgatar a memória construtiva da cidade.

Este espaço territorial, inicialmente chamado de “campo”, foi gradativamente adquirindo novos nomes e novas conformações, até apresentar a configuração como hoje a conhecemos.

O professor de História Mário Osório Magalhães, descreveu no verbete, sobre as Praças da cidade de Pelotas, publicado no **Dicionário de História de Pelotas**, que a partir da implantação do segundo loteamento nas terras de Dona Mariana, o eixo central do povoado passou a ser a atual Praça Coronel Pedro Osório. Esta área foi batizada de Praça da Regeneração, em 1832, quando se instalou a Vila e o governo municipal, que passou então a funcionar precisamente no entorno dessa Praça que recebeu, depois, os nomes de Pedro II, em 1865; e, novamente, Regeneração, em 1889; e, ainda, da República em 1895; por fim, Coronel Pedro Osório, no ano de 1931. (MAGALHÃES, 2010).

Desde o início da urbanização desta região da cidade, tal Praça transformou-se em cenário para receber atos cívicos. Em 7 de abril de 1832, em seu terreno, realizou-se a cerimônia de formalização da Vila de São Francisco de Paula; na mesma data era erguido, no ponto central da praça, um pelourinho. Ali existiu um patíbulo onde seriam realizados os castigos públicos com açoites. Este monumento ao martírio foi descrito pelo historiador Fernando Luís Osório, no livro **A cidade de Pelotas**, e consistia em uma laje circular de tijolos, com aproximadamente dois metros de diâmetro, instalada rente ao solo. (OSÓRIO, 1922).

Ocupando uma área destinada a quatro quarteirões, correspondente a 80 braças em quadro (176,00 metros quadrados), a Praça constituiu-se em uma estrutura geométrica, centralizada mediante uma cruz, com duas diagonais, tendo como centro o ponto inicialmente materializado pelo pelourinho e, mais tarde, substituído pelo chafariz. Variações em torno dessa solução podem ser encontradas nas praças brasileiras e nas praças vizinhas da área platina. A descrição do desenho da praça maior, em Montevideu, chamada de Constitución, demonstrou tais semelhanças. (CARMONA, SERÉ e ARANA, 1987).

Apesar de sua importância geográfica, por longos 40 anos, a Praça Coronel Pedro Osório foi conservada como um campo aberto, a servir precariamente aos moradores da cidade. O terreno somente receberia melhoramentos a partir de 1873 quando, em 25 de junho, foi instalado o chafariz

no local onde antes existia o pelourinho. (XAVIER, 2010). Os registros iconográficos da fonte, recentemente instalada, e os equipamentos em seu redor, retratados na figura 04, confirmam as benfeitorias da área.

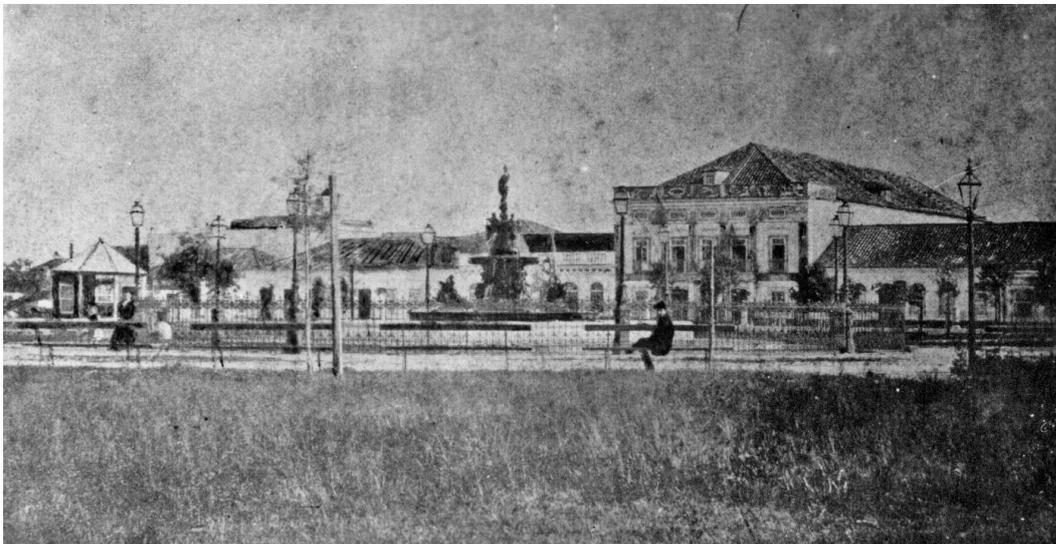


Figura 04- Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas RS, 1873.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS. SECULT - Acervo Digital Eduardo Arriada

Três anos após a instalação do chafariz, em 27 de abril de 1876, a Câmara aceitou a proposta de Venceslau José Gomes, que se ofereceu para arborizar a Praça, plantando ali acácias, eucaliptos e cedros, conservando-a desse jeito pelo tempo de um ano. Três meses mais tarde, em 14 de julho, a Câmara mandou plantar mais 36 árvores. (BPP, 1876).

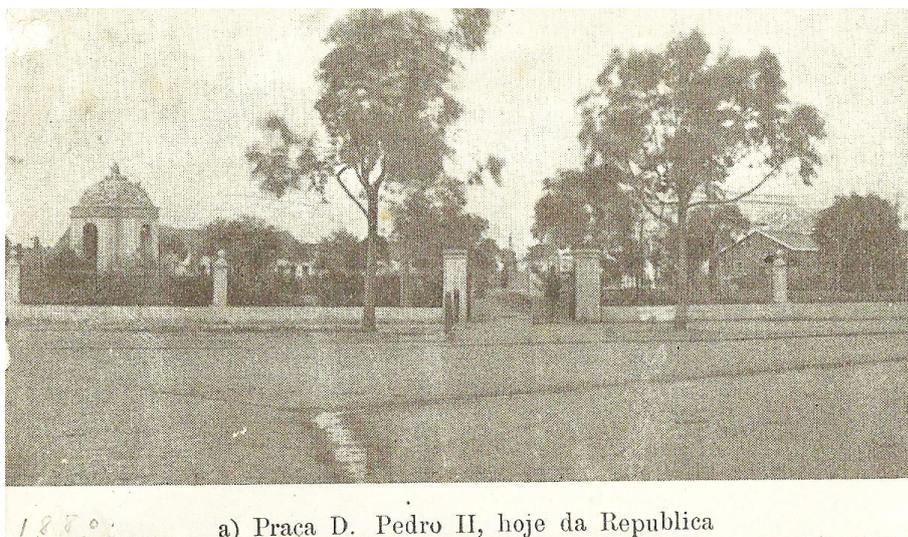
Com o objetivo de proteger as melhorias públicas que esta área começava a receber, em 23 de novembro de 1876, por meio de edital de concorrência pública, a Câmara Municipal determinou a elaboração de planta à feitura de um gradil de ferro, sobre base de alvenaria a circundar todo o seu perímetro. O fechamento deste gradil seria acordado em 09 de maio de 1877, quando a Municipalidade contratou Carlos Zanotta para a colocação de oito portões de ferro, com as respectivas soleiras de lajes provenientes de Porto Alegre, no cercamento existente. (BPP, 1876 e 1877).

A população da cidade esperava, com boas expectativas, a conclusão desses serviços, haja vista as precárias condições nas quais se encontrava a praça central. A edição de 18 de maio de 1877 do jornal **Diário de Pelotas** destacava as más condições da área, comparando este espaço público a um

elegante potreiro, onde cavalos, mulas, cabras e vacas eram conduzidos por seus proprietários para pastar no local. (DIARIO DE PELOTAS, 1877)

A partir da construção de seu cercamento, concluído em setembro de 1877, a área passou a receber uma série de cuidados, transformando assim o primitivo “campo” em um agradável jardim. Estes melhoramentos foram materializados com a execução de ajardinamento elaborado pelo Sr. G. Beauvalet, mediante gratificação mensal paga pela Municipalidade, em 1878. Somaram-se a este ajardinamento as melhorias construídas por Manoel Thedósio Gonçalves, cujos serviços realizados em 1880 se constituíram na colocação de outro gradil, a circundar o lago artificial - até hoje existente - e na instalação de bancos, complementando a qualificação da área.

A nova conformação estrutural da Praça estava então definida: caminhos, grades e vegetação consolidavam a Praça da população, conforme podemos observar na imagem reproduzida na figura 05.



1880 a) Praça D. Pedro II, hoje da Republica
 Figura 05- Praça Dom Pedro II, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas RS, 1880.
 Fonte: Acervo de cartões postais de Mogar Pagana Xavier

Junto às benfeitorias executadas, foram integrando-se pequenos coretos localizados no entorno da Praça, completando a pluralidade de usos que esta abrigaria.

Na imagem da figura 06, reprodução de um cartão postal do início do século XX, é possível identificar a diversidade de equipamentos e serviços que a Praça central permitiu agregar.



Figura 06- Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1900
 Fonte: Acervo de cartões postais de Mogar Pagana Xavier

O início do século XX testemunhou a retirada do gradil periférico que circundava toda a Praça, no ano de 1907, conforme descreveu o professor Eduardo Arriada, na publicação **Praças de Pelotas: o ontem e o hoje no olhar das crianças**. (ARRIADA, 2003).

Esta área lentamente começava a adquirir a configuração que hoje conhecemos. Na primeira década do século XX, entre os anos de 1911 e 1915, para comemorar o primeiro centenário da cidade, realizou-se uma nova requalificação, dirigida pelo intendente Municipal doutor Cypriano Correa Barcelos: substituíram-se as árvores primitivas por arbustos e vegetação de pequeno porte, instalaram-se pisos de ladrilhos hidráulicos em todos os caminhos, executou-se um patamar para levantar o chafariz, reparou-se o lago e a gruta (que ficaria, a partir daquele momento, dotada de sanitários). Tal intervenção destacou-se pelo cuidado dispensado a nova vegetação executada pelo jardineiro japonês Yata Saito, conforme se observa nos cartões postais reproduzidos nas figuras 07 e 08. (MAGALHÃES 1989).



Figura 07- Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas RS, 1919.
Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues



Figura 08- Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas RS, 1921.
Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues

A Praça adquiriu *status* de marco referencial para a cidade e progressivamente começou a receber em seus limites territoriais monumentos e símbolos comemorativos. No ano de 1919 era possível identificar, segundo podemos visualizar na figura 09, a herma do doutor Miguel Barcelos, recentemente instalada. A esta escultura seguiram uma profusão de estátuas e bustos que materializaram a memória de vultos históricos. A partir da segunda metade do século XX, três obras do escultor Antonio Caringi integraram-se ao

conjunto de estatuárias públicas que o jardim abrigaria: o monumento ao Coronel Pedro Osório e, neste, o alto relevo “As Três idades do Trabalho”, instalado em 1954; os monumentos às Mães e ao doutor Brusque Filho, executados em 1968. A área foi agregando valor histórico e cultural. (PAIXÃO, 1988).



Figura 09- Herma do Dr. Miguel Barcellos. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS, 1919.

Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues

A última requalificação desta área histórica foi realizada entre os anos de 2006 e 2009, por intermédio do Programa Monumenta do Governo Federal. Esta requalificação respeitou o traçado e as obras de arte existentes em seu interior, sendo, no entanto, substituídos todos os passeios por uma nova pavimentação em ladrilho hidráulico e instalado mobiliário urbano contemporâneo: postes, bancos e lixeiras. O paisagismo da Praça não foi recuperado nesta intervenção e ainda obedece aos padrões regulamentados na requalificação realizada no início do século XX.

A Praça transformou-se. Alteraram suas designações. De um campo aberto foi paulatinamente sendo urbanizada até adquirir caráter de lugar de memória e teve seu território diversas vezes renomeado conforme a realidade sociopolítica de cada época. Reverenciando esta história, a pesquisa apresentada passa a designar este jardim histórico pelo seu nome atual, possibilitando o reconhecimento da área aos leitores que porventura desconheçam suas nomenclaturas anteriores.

1.5. Delimitação da Área

Os lotes que delimitaram o recorte físico espacial da pesquisa foram definidos por localizarem-se nas faces de quarteirões que envolvem a Praça Coronel Pedro Osório. Área de inegável valor arquitetônico artístico e cultural, e que constituiu o foco central do Programa Monumenta, instrumento do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Cultura, destinado à recuperação e fomento para as questões patrimoniais.

As faces dessas quadras apresentaram um parcelamento atual total de 35 lotes, sendo estes implantados em doze quarteirões distintos, localizados conforme a seguinte descrição: na face sul da área da pesquisa, no quarteirão delimitado pela Praça Coronel Pedro Osório, Rua Quinze de Novembro, Rua Sete de Setembro e Rua Padre José de Anchieta, encontram-se situados cinco lotes da pesquisa, sendo estes a sede do Banco Itaú, o Edifício Del Grande, o Teatro Sete de Abril e os estabelecimentos bancários Santander e Bradesco.

Ainda na face sul, mas agora delimitados pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório, Rua Padre José de Anchieta, Rua Sete de Setembro e Rua Félix da Cunha, situam-se três lotes da pesquisa, sendo estes o Clube Caixerai, a Casa Comercial cadastrada sob o número 104 e o prédio popularmente conhecido como Casa da Banha.

Na orientação oeste estão localizadas quatro quadras: a primeira destas, estabelecida no quarteirão formado pelas ruas Princesa Isabel, Félix da Cunha, Sete de Setembro e Gonçalves Chaves. Este quarteirão apresenta apenas um lote da pesquisa: o Edifício Urbano Oliveira.

A segunda quadra da orientação oeste é delimitada pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório e pelas ruas Princesa Isabel, Gonçalves Chaves e Barão de Butuí. Neste quarteirão estão localizados seis lotes da pesquisa, sendo estes o Edifício Álvaro Rosa, a Casa de Pompas Fúnebres, implantada sobre os lotes de nº 62 e 64, o lote destinado a um Estacionamento de veículos, o Edifício Tom Jobim e o Edifício Embaixador.

Na terceira quadra da orientação oeste, reconhecida como o quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório e pelas ruas Barão de Butuí, Rua Gonçalves Chaves e Rua Lobo da Costa, encontram-se situados três lotes da pesquisa: o conjunto Neoclássico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN, formado pelos Palacetes 02, 06 e 08. Inegavelmente, a face de quarteirão de maior valor histórico e artístico da pesquisa.

Na quarta e última quadra da orientação oeste, identificada pelo quarteirão formado pelas ruas Félix da Cunha, Rua Lobo da Costa, Rua Gonçalves Chaves e Rua Tiradentes, está implantado apenas um lote da pesquisa, o prédio que atualmente abriga a Faculdade de Turismo da Universidade Federal de Pelotas.

Na orientação norte localizam-se duas quadras da pesquisa: a primeira delas é delimitada pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório, e pelas ruas Félix da Cunha, Tiradentes e Padre José de Anchieta. Nesta quadra estão implantados quatro lotes da pesquisa, sendo estes as casas geminadas construídas sobre os lotes um e três da Praça Coronel Pedro Osório, o Edifício Assumpção Rheingantz e o Edifício Barão de Jarau.

A segunda quadra, da orientação norte é definida pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório e pelas ruas Padre José de Anchieta, Tiradentes e Quinze de Novembro. Este quarteirão possui seis lotes da área em estudo, sendo estes o Grande Hotel, o Banco Itaú, o estacionamento do Banco Itaú, o prédio destinado à Farmácia, o restaurante Teia e o edifício de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores, este último que se encontra desocupado.

Na face leste da área da pesquisa situam-se quatro quadras da área pesquisada, sendo que a primeira delas é composta pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório e pelas ruas Lobo da Costa, Andrade Neves e Travessa Conde de Piratini, sendo localizados nesta quadra dois lotes da pesquisa: o Paço Municipal e a Biblioteca Pública Pelotense.

A segunda quadra da orientação leste é identificada pelo quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório, Travessa Conde de Piratini, Rua Andrade Neves e Travessa Ismael Soares; tal quarteirão possui apenas um lote: o Edifício Praça Quinze.

A terceira quadra da orientação leste, estabelecida no quarteirão formado pela Praça Coronel Pedro Osório, Travessa Ismael Soares, Rua Andrade Neves e Rua Marechal Floriano, apresenta dois lotes da pesquisa: a Casa Comercial nº 201 e o Edifício Rex Hotel.

A quarta e última quadra da orientação leste está delimitada pelo quarteirão formado pelas ruas Quinze de Novembro, Rua Marechal Floriano, Rua Andrade Neves e Rua Sete de Setembro. Nesta quadra apenas um lote foi incluído na pesquisa: o do prédio comercial cadastrado sob o nº 04 da Rua Marechal Floriano,

Desta forma são relacionados os 35 lotes que constituíram a área pesquisada. A identificação e demarcação destes lotes pode ser observada no mapa da figura 10, onde apresenta-se a referida área.

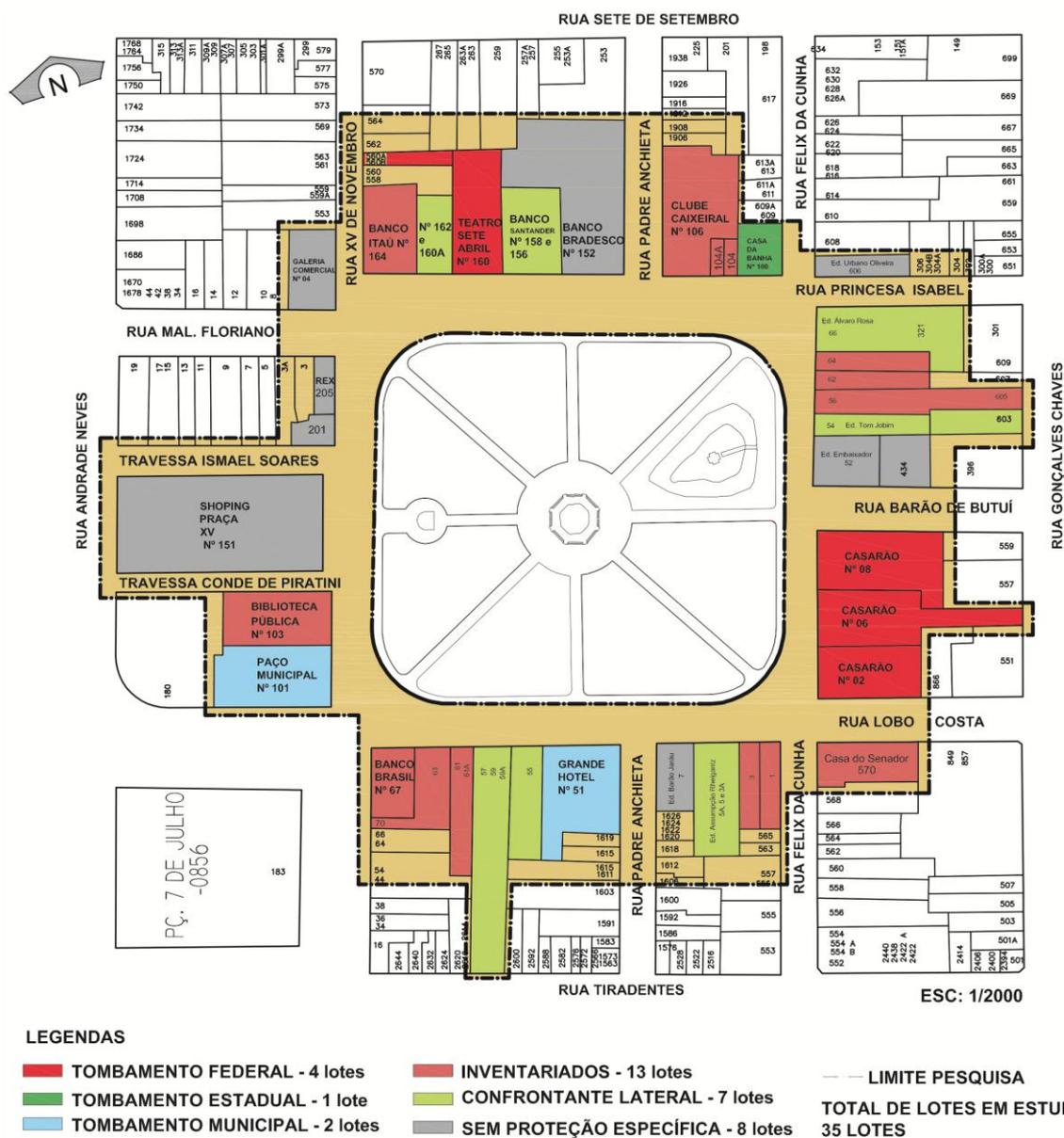


Figura 10- Mapa do recorte físico espacial da Pesquisa - Arquitetura Ausente.

Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano da cidade de Pelotas da Prefeitura Municipal- Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Setembro 2011.

O recorte físico espacial descrito, delimitado para a pesquisa, pode ser considerado a área de maior proteção patrimonial existente no Município. Tal observação se amparou na localização de diversos edifícios históricos, legalmente protegidos, construídos neste perímetro. Esta avaliação pode ser confirmada ao identificarmos a existência dos Palacetes 02, 06 e 08 e do Teatro Sete de Abril, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), do sobrado da Casa da Banha, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Estadual (IPHAE), e dos prédios do Grande Hotel e do Paço Municipal, tombados pelo Município de Pelotas. Ainda nesta área estão situados onze edifícios listados no Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, entre os quais se destacam os prédios monumentais do Clube Caixeiral e da Biblioteca Pública Pelotense, bem como os prédios confrontantes laterais a estes bens inventariados que, por sua localização, apresentam tutela legal incidindo sobre os mesmos.

A área de proteção, instituída pela portaria 09 do IPHAN, regulamenta os demais lotes da área pesquisada. Desta forma concluímos que todos os lotes inseridos neste recorte físico espacial estão regulados por legislação preservacionista.

A proteção patrimonial aplicada a estes edifícios permitiu que tais construções fossem preservadas, consolidando-as como ícones de memória, e reconhecidas pelos moradores da cidade como representativas da identidade local. Alguns destes bens patrimoniais foram registrados na figura 11.



Figura 11- imóveis protegidos por tombamento federal, municipal e inventário. Pelotas, RS. 2010
Fonte: Fotos acervo digital da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, s.d.

CAPÍTULO 2.

CONCEITOS E METODOLOGIAS

2.1. Marco Teórico e Metodologia

Devemos considerar que para elencar elementos formadores da identidade cultural será preciso conhecer e registrar o universo a ser preservado. Afinal, dentro deste amplo panorama composto das mais diversas manifestações, desde aquelas particulares até as globais, fica a questão: Como identificar o que preservar? Não se pode preservar o que não se conhece, portanto, torna-se necessário reconhecer o que possui significação cultural para cada lugar, região ou país. Nesse sentido, remetemo-nos aos conceitos apresentados pela Carta de Burra, onde esclareceu-se que tal significação cultural representa “[...] o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.” (IPHAN, 1980, p.1). Reconhecer esses valores exige um levantamento apurado.

Este objetivo, o de ajudar na perpetuação da memória e da história de comunidades específicas com a função de reforçar sua identidade cultural, possibilitou o desenvolvimento de políticas públicas e particulares de proteção ao patrimônio cultural, legitimando os instrumentos capazes de efetivar tal proteção.

Na trajetória preservacionista, a elaboração de ferramentas para registro e proteção patrimonial tem sido largamente utilizada e vem obtendo, na materialização dos inventários patrimoniais, um suporte à concretização da proteção aos bens culturais.

Estes inventários se caracterizaram como estudos que visam conhecer o universo de bens culturais de determinada região, ou relacionados com determinado tema, que identifique e cadastre as ocorrências materiais ainda existentes, apontando a necessidade de análises mais detalhadas. Ais inventários constituíram-se em um instrumento de proteção e de gestão do patrimônio cultural.

A pesquisa desenvolvida também se deparou com a necessidade de elaborar um instrumento de cadastro, destinado a servir de suporte para o trabalho. Este instrumento foi desenvolvido na forma de um inventário. Porém,

para sua elaboração, tornou-se necessário compreender a função e a evolução deste mecanismo de preservação patrimonial, de maneira a servir de fundamentação à elaboração da ferramenta que balizou toda a pesquisa.

2.1.1. Patrimônio e Inventário

Patrimônio e inventário: Antiguidade e Idade Moderna.

Os primórdios deste instrumento datam do final do século XVII, na França, e vem acompanhando as transformações dos conceitos e valores atribuídos ao patrimônio. Evoluindo ao longo do tempo de simples documentos de cadastros para instrumentos de proteção e, mais recentemente, como banco de dados para o conhecimento e gestão de ações voltadas à proteção patrimonial, demonstrando assim ser a melhor maneira de identificar os bens culturais e possibilitar ações de preservação e valorização dos mesmos.

Inicialmente, no período da Antiguidade e da Idade Média, os inventários restringiram-se ao cadastro dos bens considerados obras de arte, sempre estimados pelas classes dominantes dedicadas com afincos a reuni-los, porém sem vínculos com os valores históricos, culturais e locais destes bens. Este conceito inicial se contradiz com o modo como entendemos o patrimônio hoje, relacionando-o com a identidade cultural de comunidades específicas.

Neste período inicial, apareceram medidas jurídicas de proteção para as obras de arte da Antiguidade. Tal fato foi comprovado na obra **Conservación de bienes culturales: teoria, historia, principios y normas**, do professor de arquitetura da Universidade Politécnica de Cartagena, Ignacio GONZALEZ-VARAS. Nesta publicação, Gonzalez-Varas relatou as determinações ditadas pelo imperador romano Constantino, em especial aquelas visando evitar o espólio e a destruição das obras da cultura grega, considerada pelos romanos como uma cultura superior e, conseqüentemente, por estes preservada e apropriada. Entre tais determinações encontraram-se as referentes à elaboração do inventário de obras de arte e a criação, pelo imperador, do cargo de *Curator Statuarium*. (GONZALEZ-VARAS, 2000).

Portanto, tal período pode ser destacado como precursor das práticas de preservação patrimonial, mesmo que suas práticas não fossem elaboradas com o

intuito de apropriação do patrimônio como construtor da memória social, ainda contribuíram inegavelmente para a preservação da história da civilização antiga.

Tanto a Antiguidade como a Idade Média apresentaram visão limitada sobre conservação e preservação. Na publicação **A Alegoria do Patrimônio**, a autora Françoise Choay, historiadora e professora de Urbanismo, Arte e Arquitetura da Universidade de Paris, destacou que nesta época não existia uma tomada de distância histórica frente aos vestígios do passado antigo (CHOAY, 2001). Estes eram assimilados e apropriados como necessários para o desenvolvimento do novo momento sem que a ruptura histórica interferisse no processo de forma reflexiva, levando tais práticas de restauração em voga a significarem, de certa forma, atualização das obras de arte sem uma avaliação crítica do passado. Contudo, a criação de medidas de preservação e conservação nestes períodos, indicava uma preocupação para com o patrimônio, ainda que voltada apenas ao representativo de uma civilização, neste caso a grega ou greco-romana.

A partir do século XV, no Renascimento, começaram a esboçarem-se as noções de patrimônio conforme as conhecemos hoje: os fundamentos das questões históricas e artísticas se sobrepuseram e ampararam-se na forma de conhecer e de avaliar a Antiguidade.

O historiador de arte vienense Alois Riegl, em sua obra **O Culto Moderno dos Monumentos**, indicou que o valor histórico dos monumentos começou a ser apreciado após um período em que não se conhecia senão os monumentos intencionais, a partir do século XV na Itália. As obras da Antiguidade começam a ser valoradas por suas características artísticas e históricas, não mais apenas por serem símbolos ou memoriais das grandezas de Grécia e Roma. Assim, é a partir dessa mudança de atitude que se verifica o despontar de um novo valor de rememoração, não mais aquele ligado à memória coletiva, mas ao valor histórico-artístico. (RIEGL, 2008).

Com o decorrer do século XVIII, o patrimônio cultural passou a ser entendido pelo seu caráter histórico-artístico e também como riqueza pertencente à coletividade. A mudança de pensamento sobre o caráter anteriormente destinado ao patrimônio foi impulsionada pelo reconhecimento do passado através da fundamentação científica.

Gonzales-Varas destacou que este processo estava amparado em importantes acontecimentos. Neste período desenvolveu-se a arqueologia e o colecionismo, pautado por métodos científicos de catalogação e não apenas por conceitos esteticistas e subjetivos. A arte atingiu uma dimensão histórica, com a fundação da História da Arte como disciplina. Teve início a ação do estado no exercício de uma tutela ativa sobre os monumentos e as obras de arte, através de uma articulada proteção jurídica e estatal que inspecionava e limitava escavações arqueológicas, tutelava monumentos antigos e obras de arte e controlava o espólio do patrimônio, aliada ainda à ação institucional dos museus e das academias (GONZALEZ-VARAS, 2000).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, foi no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, que o patrimônio absorveu ainda o valor de nação por meio das ideias iluministas do novo governo revolucionário, que tinha a necessidade de dar nova propriedade às riquezas confiscadas, assim como dar um novo significado a essas posses. Desta forma, os bens culturais passaram a ter um novo proprietário: o Estado que, por sua vez, começou a desenvolver ações de catalogação e proteção do patrimônio. Assim, junto às depredações revolucionárias, nasceram às primeiras tentativas de conservação dos monumentos por meio de medidas oficiais, jurídicas e técnicas; tais medidas se concretizaram na forma dos inventários.

Entre os anos 1780 e 1790, apareceram na França os primeiros inventários, os quais registraram inicialmente recursos agrícolas, econômicos, obras históricas e belezas naturais. Tais inventários tinham a função de documentar e perpetuar as informações a serem preservadas, formando o conceito que Françoise Choay convencionou chamar de museus de papel, “[...] onde edifícios são conservados apenas pelo poder da imagem e do texto.” (CHOAY, 2001. p. 62).

Neste período, vários países, na Europa, iniciaram o registro do seu patrimônio, seguindo o modelo francês, desenvolvendo assim seus inventários com a finalidade de catalogar, por intermédio de um trabalho sistemático e contínuo, o panorama de seus territórios nacionais.

Até o final do século XIX, esses inventários não atingiram o objetivo de compor um levantamento completo, como idealizado pelas primeiras iniciativas durante a Revolução Francesa. As dificuldades em sistematizar um trabalho contínuo impediram a conclusão destas catalogações. Conforme descreve o arquiteto e urbanista Paulo Ormino de Azevedo, doutor em restauração de monumentos e sítios, um dos poucos países a manter a regularidade dos trabalhos foi a Alemanha, cujo inventário, iniciado em 1860 por Lander, teve uma exemplar continuidade, hoje atingindo mais de 500 volumes. (AZEVEDO, 1987).

Patrimônio e inventário: Contemporaneidade.

Muitos dos países europeus, inclusive a França, conseguiram concluir seus inventários somente após a Segunda Guerra Mundial. Esses inventários, em diversas partes do mundo, foram transformados em um instrumento complementar ao tombamento, agregando, além da função inicial de conhecimento, a legitimidade de proteção dos bens neles cadastrados.

Em 1931, na cidade de Atenas, realizou-se a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, dando origem a Carta de Atenas que, entre outras determinações, estabeleceu: “[...] cada Estado ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para este trabalho publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações.” (IPHAN, 1931, p. 4). Esboçava-se assim uma primeira tentativa de política para a universalização desta ferramenta como prática de conservação.

As mudanças das estruturas sociais decorrentes da Segunda Guerra Mundial refletiram nas alterações dos conceitos de patrimônio. Este passou a ser entendido pela presença de vestígios da atividade humana, desvincilhando-se aos poucos dos condicionantes eminentemente históricos e artísticos. Perdem-se os vínculos com a monumentalidade, agregam-se signos que eram considerados irrelevantes, como o patrimônio produzido pelos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas, ampliando, consideravelmente, o conceito de patrimônio.

Na segunda metade do século XX, a criação de organizações internacionais direcionadas especificamente para a cultura, como a Organização

das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e Cultura - UNESCO - e o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS -, permitiram que ações para legitimar a preservação do patrimônio cultural ganhassem amparo.

Sob este cenário, os inventários tornaram-se foco de interesse e se encaminharam para assumir sua função como instrumento de conhecimento sistemático tanto para a continuidade dos cadastros nacionais como para a identificação dos novos bens do patrimônio cultural.

Nos últimos 30 anos, com o aporte do patrimônio imaterial, a noção de bens culturais foi inserida dentro de um conceito cada vez mais amplo, relacionado a áreas cada vez mais específicas, ou seja, o patrimônio local. Esta nova visão de patrimônio deu origem aos inventários de referências culturais, vinculados não apenas ao patrimônio de pedra e cal, mas aos saberes e fazeres que constituem, de igual maneira, a identidade de uma nação.

Patrimônio e Inventário no Brasil

No cenário brasileiro, a formação de conceitos de patrimônio e inventário seguiu a tendência mundial, na qual as práticas de preservação são determinadas pelo valor nacional e cultural atribuídos ao patrimônio.

O texto **“Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”**, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -, publicado em 1980, identificou uma primeira tentativa de proteção de monumentos ainda no período colonial. Consiste na carta de D. Andre de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, enviada em 1742 ao Governador de Pernambuco, tratando das construções deixadas por holandeses no estado. (SPHAN, 1980)

No artigo “Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro”, publicado na **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Paulo Ormino de Azevedo apresentou as primeiras tentativas de cadastrar os bens culturais no Brasil, que datam do período colonial. Estes são os inventários realizados por Francisco Mesquita e pelo frei Agostinho de Santa Maria.

O inventário elaborado por Francisco Mesquita - escrivão da Fazenda Real - catalogou os prédios existentes em Recife e Maurícia, após a expulsão dos

holandeses, relacionando 290 imóveis que foram construídos com as técnicas construtivas de origem holandesa e portuguesa.

No segundo inventário descrito, desenvolvido por frei Agostinho, realizou-se um trabalho extenso e minucioso, sob o título de *Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora*. Este inventário catalogou e descreveu as imagens da Virgem Maria e dos templos no arcebispado da Bahia e nos bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O resultado, publicado na cidade de Lisboa em 1722, correspondeu aos volumes 9 e 10. (AZEVEDO, 1987).

Neste primeiro momento o patrimônio foi identificado e listado a partir de ações isoladas, voltadas para diferentes tipos de bens com o objetivo de preservá-los pelo seu valor histórico ou artístico, mas não ainda como representante da cultura da nação.

No Brasil, a partir do período colonial, houve reconhecimento pelas questões preservacionistas, porém a preservação deste patrimônio até o início do século XX foi pouco eficaz e descontínua. Inicialmente, ainda sem um valor legitimador, a preservação configurou-se em tentativas isoladas sem maiores resultados.

Os inventários como forma de conservação mostraram-se presentes por meio de trabalhos isolados para cadastrar bens móveis e imóveis, sendo citados nas legislações como medida essencial para o conhecimento e a proteção.

A partir da década de 1920, com o despertar e o progresso do Movimento Modernista, o patrimônio artístico e histórico passou a agregar a noção de nacionalidade e as ações de proteção patrimonial começaram a ser consideradas politicamente relevantes. Esta mudança de conceitos deveu-se a atuação dos intelectuais de tal Movimento, que programaram a proteção do patrimônio histórico e artístico como política nacional.

Maria Cecília Londres Fonseca, em seu livro **O Patrimônio em Processo, a trajetória das políticas de preservação no Brasil** destacou a importância destes modernistas para a formação do pensamento da preservação no Brasil que, inicialmente, desenvolveu-se seguindo a linha de pedra e cal, com o caráter exclusivo de preservar o patrimônio material identificado apenas com uma parte da sociedade.

Tal noção de patrimônio, conforme descreveu Fonseca, foi construída por estes intelectuais que elaboraram a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, a forma do conceito de preservação que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado através do SPHAN. Pois foram estes modernistas que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país. (FONSECA, 1997.)

A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN –, no ano de 1937, oficializou a proteção do patrimônio pelo Estado no país. Assim teve início a fase heroica, esta que compreendeu desde a criação da SPHAN, e estendeu-se até o ano de 1967, quando se encerrou a gestão de Rodrigo de Mello Franco e começou a ascensão de Aloísio Magalhães.

Quanto aos inventários, estes foram iniciados após a criação da SPHAN, visando fundamentar a inscrição dos bens (basicamente monumentos ou peças de exceção) nos livros de tomo. Tais inventários, ressaltados pelo Diretor-Geral Rodrigo Melo Franco de Andrade como a mais importante atividade do órgão, foram elaborados, em um primeiro momento, para os monumentos arquitetônicos, no cumprimento dos artigos 26 a 28 do Decreto-Lei nº25, sujeitando os negociantes de antiguidades e obras de arte a um registro especial.

Nesta fase, preservar significava promover o tombamento do bem. Este era justificado pelo valor artístico e pela noção de excepcionalidade, e apenas secundariamente pelo seu valor histórico. Este último considerado como um valor de segunda classe e atribuído com base na interpretação literal do decreto-lei nº25, ou seja, a sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Com a prevalência do valor artístico, a atribuição requeria um julgamento especializado. A interpretação desse valor ocorreu nos alcances conceituais e nas condições políticas vigentes, sendo validada pela autoridade de quem os atribuía – no caso, os agentes do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN - atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (FONSECA, 2005).

O universo dos bens passíveis de preservação passava a ser constituído pelos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente de arquitetura religiosa. Sobre estes a instituição desenvolveu a maior parte de suas pesquisas,

permitindo assim a formulação de critérios considerados seguros para as decisões sobre tombamento e restauração. (FONSECA, 2005).

Os inventários constituíram-se, neste momento, não no ato de um trabalho de investigação propriamente dito, mas de um reconhecimento em campo de valores preestabelecidos em uma busca de exemplares correspondentes às características já consagradas.

As mudanças mais significativas começaram a ocorrer a partir da década de 1970, com a ascensão de Aloísio Magalhães na política cultural, momento em que o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - DPHAN - transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN. Para Cecília Fonseca, esta etapa foi considerada renovadora para a instituição, estendendo-se até os anos de 1980 e 1990.

A renovação a qual se referiu Cecília Fonseca estava relacionada ao posicionamento adotado por Aloísio Magalhães em relação ao conceito de patrimônio. Aloísio Magalhães articulava passado, presente e futuro, tendo sempre em vista elaborar a ação projetiva. Porque, para ele, uma cultura é feita de elementos compostos do passado que são vistos pelos homens transitórios do presente e que desenham o caminho projetivo. (FONSECA, 1997).

A partir de então, e ao longo dos anos da década de 1980, passaram a coexistir duas linhas de atuação dentro da instituição: a da Pedra e Cal - da antiga SPHAN - e a da Referência, esta última com base no Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. O grupo de referência possuía uma hegemonia limitada ao plano discursivo e o da Pedra e Cal, na prática, por meio dos tombamentos, continuou a construir o corpo do patrimônio histórico e artístico nacional.

Somente nesta década – 1980 – começaram a ser desenvolvidos dentro da instituição trabalhos de pesquisa envolvendo o registro de bens não tombados. A carta de Petrópolis de 1987 ressaltou o papel do inventário como parte dos procedimentos da análise e da compreensão da realidade nos Sítios Históricos Urbanos.

Em decorrência do reconhecimento do inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - passou a trabalhar no sentido de

promover a identificação do patrimônio, especialmente nas regiões onde o acervo tombado era pouco numeroso, mas ainda sem a existência de uma política de inventários dentro da instituição. As ações foram dispersas e heterogêneas; as informações coletadas não previam ser integradas a um sistema de informações que possibilitassem seu intercâmbio. Isto levou a instituição a promover encontros que visaram à unificação de métodos, critérios e estudos de compatibilização entre os inventários.

Inegavelmente, a partir das ações de preservação do patrimônio intangível, devido a sua natureza de grande fragilidade e seu caráter abrangente, tornou-se possível englobar a diversidade cultural, social e econômica que, necessariamente, devem ser protegidas e perpetuadas. Neste contexto, foram desenvolvidos, a partir do ano 2000, novos instrumentos de preservação patrimonial: o Registro de bens culturais de natureza imaterial, e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC -, sendo o patrimônio imaterial inserido no âmbito da preservação.

Recentemente, em 2009, para reforçar a prioridade dos inventários de conhecimento - proporcionando a compreensão do universo em que se insere o bem antes de um aprofundamento -, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – lançou o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Tratou-se de um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. (IPHAN, 2011). O objetivo principal de tal sistema, quanto aos bens e sítios identificados como patrimônio cultural, foi corrigir as distorções existentes entre as diferentes regiões do país.

Reconhecimento como instrumento de preservação

Portanto, a noção de patrimônio foi ampliada no decorrer do século XX, e integrou outras categorias de objetos em um conceito mais abrangente de “bem cultural”.

Da mesma forma, a metodologia de cadastramento dos bens culturais por intermédio dos inventários consolidou-se ao longo do tempo, até estabelecer-se, atualmente, como instrumento de conhecimento e proteção deste patrimônio.

À interpretação de Gonzáles-Varas para a utilização do inventário como ferramenta de preservação patrimonial, equiparou-o a uma prática de conservação indireta, definida como uma operação que possibilitou o conhecimento e valoração dos bens culturais de um país, de uma região ou de uma localidade, com a ação voltada à identificação, descrição e localização do bem. A inclusão no mesmo supõe um reconhecimento do artefato como passível de tutela e proteção. (GONZALES-VARAS, 2000).

Para Paulo Ormino Azevedo, os inventários têm efeitos conscientizadores e legitimadores muito importantes. A própria realização do trabalho abre espaço para a discussão com lideranças locais e proprietários sobre o valor cultural de seus bens; a publicação de seu material serve como importante referência para setores da administração pública e privada; existe ainda a possibilidade de divulgação ao grande público. Uma segunda implicação corresponde ao conhecimento sistemático e aprofundado do patrimônio edificado, servindo de base para diversos estudos. Deve ser destacado, ainda, o seu caráter legitimador de valores culturais não reconhecidos oficialmente. (AZEVEDO, 1987).

Os inventários, além de sua função básica de cadastramento, têm papel significativo como forma de conhecimento, sendo este o primeiro passo para a conservação, meio pelo qual se torna possível reconhecer, identificar e estudar os bens culturais, sendo aplicável em todas as suas categorias.

Outro papel adquirido pelo inventário é o de servir de instrumento legal para a proteção do patrimônio. Tal fato já ocorre com o **Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas**, estabelecido pela lei Municipal 4568 do ano 2000, que elenca os imóveis constantes no inventário e dá as diretrizes para sua preservação. (PELOTAS, 2000)

Alicerçados nestas afirmativas, concluímos que o inventário é parte de um processo e não um fim em si mesmo, auxiliando como instrumento para as mais variadas finalidades, dentre as quais: a restauração, a conservação, o planejamento, a educação, etc. Pode ainda se constituir na base para discussões e argumentações, e de resposta a uma série de questões.

Classificação dos Inventários

Os inventários patrimoniais têm sido interpretados a partir de três funções distintas porém complementares: a proteção, o conhecimento (cadastramento) e, mais recentemente, a gestão; esta última possível devido ao desenvolvimento da informática, transformando-se assim em uma ferramenta de conhecimento metodológico e de base para planos de conservação e de gestão integrada, amplamente inserida no contexto atual dos estudos deste campo.

Sua classificação foi sistematizada pelo arquiteto Guillermo Arango, conforme esclareceu a historiadora Maria Tarcila Guedes. Este autor identificou três categorias:

- 1) – Inventários de identificação: aqueles que se resumem em efetuar um simples reconhecimento do patrimônio a ser listado, tendo em conta sua localização, proprietário, época e autor.
- 2) – inventários de proteção: aqueles que consistem em reunir os elementos suficientes e necessários que permitam identificar com precisão os bens e valores que devam ser salvaguardados.
- 3) – inventários científicos: aquele cuja finalidade é recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e de fôlego para cada bem cultural, com função principalmente acadêmica. (GUEDES, 1987).

2.2. Inventário da Arquitetura Ausente

Portanto, ao analisar as funções dos inventários patrimoniais e a sua devida aplicação como ferramenta de perpetuação à memória cultural, constata-se ser a elaboração de um instrumento de cadastro a melhor maneira de organizar e quantificar os dados da construção da memória edificada do Centro Histórico de Pelotas. Tais dados foram identificados por meio de informações contidas em suportes distintos, como por exemplo as imagens depositadas em fotografias, cartões postais, projetos arquitetônicos e publicações impressas (álbuns, livros e periódicos).

Para organizar estes registros, e adotando a classificação das funções de inventário sistematizada por Guillermo Arango, definiu-se que a compilação das informações para o estudo sobre a arquitetura ausente se desenvolveria a partir

da elaboração de um inventário científico. Sua função foi servir como instrumento de cadastramento da memória edificada de parte do Centro Histórico de Pelotas.

2.2.1. Bases para o Inventário da Arquitetura Ausente

A construção deste inventário tomou por base inventários desenvolvidos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram utilizados como referências: em primeiro lugar, no âmbito federal, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN - cuja aplicação fundamental foi o desenvolvimento de Inventários de Conhecimento para formar uma base de informações aplicada à construção de “Redes de Patrimônio” em todos os estados e municípios.

O segundo inventário adotado como modelo tratou do Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE. Este instrumento cadastrou o patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul, abrangeu um grande espaço geográfico e legitimou o valor cultural destes edifícios para suas comunidades. Tal inventário transformou-se em ferramenta para a preservação deste patrimônio, balizou novas atuações relativas à sua proteção patrimonial e recuperou, além do objeto edificado, os valores imateriais presentes em várias gerações que conviveram com a passagem dos trens em suas cidades.

Finalmente, no âmbito Municipal, analisou-se o Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, documento que listou os bens integrantes do patrimônio cultural da cidade, no qual foram cadastrados 1600 imóveis, e caracterizou-se por ser um sistema articulado de caráter permanentemente passível de acumulação, revisão e atualização. Esse inventário materializou o suporte para propor medidas de proteção visando assegurar a adequação do patrimônio cultural no contexto social. A escolha desses três inventários como referência para a construção do inventário que balizou a pesquisa embasou-se no critério do objeto cadastrado, cujo propósito é exclusivamente os bens de natureza material, e os objetivos deste cadastramento com relevâncias para as características históricas. Os modelos deste fichamento podem ser observados na figura 12, na qual são apresentadas as três fichas correspondentes aos inventários de referência.

Base Inventário:



Figura 12 - Fichas de inventário: Iphan, Iphae e IPC Pelotas.

Fontes: IPHAN, Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão; IPHAE, **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002 e PELOTAS. “**Lei Municipal nº 4568**”, de 07 de julho de 2000. Estabelece áreas da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens e dá outras providências.

2.2.2. Ficha de Inventário da Arquitetura Ausente

Necessariamente, a base de construção para qualquer tipo de inventário está estruturada em fichas de cadastramento, sendo estas as ferramentas utilizadas para compilar e organizar as informações coletadas. De maneira geral, estas fichas correspondem à síntese dos objetivos do trabalho, podendo ser simples ou bastante complexas, conforme o tipo de inventário. Desta maneira, torna-se de vital importância para a estruturação tanto do próprio inventário como das fichas, a informação coletada, sua organização e finalidade.

Respeitando tais critérios para a construção do inventário que embasou a pesquisa, elaborou-se uma ficha específica, tendo por modelo as fichas dos três inventários adotados como referência para o trabalho proposto. Amparado nestes três instrumentos e acrescido de dados específicos para o preenchimento de informações iconográficas e documentais, criou-se a ficha de Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas.

A formulação desta ficha constituiu a base da elaboração do Inventário Científico da Arquitetura Ausente, no qual as informações registradas têm a finalidade de servir de banco de dados ao desenvolvimento do estudo da evolução urbana de parte do Centro Histórico de Pelotas.

Ficha Resumo

A elaboração da “ficha inventário” aconteceu em duas etapas, sendo a primeira etapa chamada de “ficha resumo” (Apêndice A), na qual informaram-se todas as ocupações identificadas no lote. Tal ferramenta de cadastro tem fácil leitura, pois apresentou os dados agrupados. Nesta etapa de registro ainda foram inseridas imagens digitalizadas de fotografias, cartões postais, álbuns e periódicos que resgataram, por meio destas fontes iconográficas, as características construtivas das edificações que ocuparam o lote estudado.

As informações contidas nesta ficha permitiram que se obtivesse um panorama geral das diversas ocupações que ocorreram no lote. Nela relataram-se, de forma sucinta, os dados referentes às etapas urbanas e datas de ocupação, período, uso, propriedade, linguagem arquitetônica, situação do lote, bem como a situação da construção, e, finalmente, o estágio de preservação, que acaba por identificar quando a construção é uma arquitetura ausente ou um edifício presente na área pesquisada.

Quanto às etapas urbanas indicadas na ficha resumo, estas foram divididas em períodos de tempo variáveis, iniciando no ano de 1835 – marco temporal da pesquisa – e estendendo-se até o ano 2011. Tais etapas se estabeleceram em quatro faixas temporais que não apresentaram um limite homogêneo, pois precisaram ser definidas a partir da sequência de substituições construtivas identificadas pelo cadastramento dos lotes pesquisados.

Desta forma, as datas que demarcaram as faixas temporais foram elencadas não por representarem ou identificarem algum fato relevante para a memória ou para história da cidade, mas sim para permitir, sempre que possível, que as ocupações identificadas nos lotes cadastrados pudessem ser inseridas em períodos temporais distintos.

O primeiro período abrangeu os anos de 1835 a 1875, perfazendo um espaço temporal de 40 anos; o segundo período compreendeu os anos de 1876 a

1925 e analisou um espaço de 49 anos; já o terceiro período englobou os anos de 1926 a 1960, correspondendo a uma faixa de tempo de 34 anos; a última etapa iniciou em 1961 e chegou até o ano de 2011, sendo esta a maior faixa temporal, com um espaço estudado de 50 anos.

Esta ficha também apresentou um quadro resumo que estabeleceu sinteticamente a relação entre ocupações no lote.

Ficha Cadastro

A segunda etapa da “ficha de inventário” foi chamada de “ficha cadastro” (Apêndice B), sendo esta aplicada individualmente em cada ocupação existente no lote e apresentada, posteriormente, a “ficha resumo”. A ficha cadastro apontou dados urbanos, em geral, e do edifício, de forma específica, permitindo deste modo um estudo mais profundo e individualizado das ocupações que ocorreram no terreno apreciado.

Esta ficha, assim como a ficha resumo, apresentou imagens digitalizadas que identificaram e reforçaram os dados cadastrados, necessários para a compreensão das fases edificadas em cada lote da área pesquisada.

A ficha cadastro foi organizada a partir de três partes específicas: os dados urbanos, os do edifício e os históricos. Os registros contidos cadastraram oito modalidades distintas de informação, conforme sua ordem de importância.

A primeira modalidade, correspondente àquelas características denominadas primárias, discriminadas como item 1, **IDENTIFICAÇÃO**, são fundamentais e universais, e constituíram-se de recorte territorial, no qual informou-se a área de abrangência de aplicação do inventário; o recorte temático, que determinou a natureza da informação que o estudo busca; a identificação do bem, onde estabeleceu-se o nome mais representativo do edifício, e pelo qual este é reconhecido; a localização do imóvel, que indicou seu endereço geográfico; a fase construtiva, na qual indicou-se a sequência construtiva que está sendo cadastrada, haja vista que o lote pode apresentar várias edificações ao longo de sua existência. Ainda neste item, apresentou-se o mapa atual da área, com destaque para o lote em cadastro, e o mapa da área em 1835 – marco temporal da pesquisa – com destaque para a quadra onde o lote está inserido.

Junto a este item encontra-se também o registro de sistematização do inventário – o código identificador que corresponde ao número da ficha em cadastramento e compreende da ficha 01 à ficha 35, conforme mapa específico do recorte geográfico.

Esses dados foram complementados pela segunda modalidade de informação, discriminada como item 2, **DADOS ICONOGRÁFICOS**. Tais dados balizaram a pesquisa proposta e constituíram-se de: dados iconográficos, nos quais identificaram-se as imagens dos edifícios que fundamentam o trabalho; e dados documentais, nos quais registraram-se os projetos arquitetônicos, mapas, reproduções de documentos ou outra fonte de informação que não pertençam ao campo da iconografia.

O terceiro item de informação apresentado na ficha cadastro, especificado como item 3, **DADOS URBANOS**, permitiu descrever a conformação do lote, apontando se este se mantém original ou foi submetido a desmembramentos ou remembramentos.

O item 4 desta ficha, apresentado como **DADOS DO EDIFÍCIO**, recuperou a história da construção do bem cadastrado, identificando o tipo de propriedade, isto é, se esta foi pública, privada ou mista; quem foi seu proprietário e seu construtor; qual a data de sua construção e de sua demolição, qual sua tipologia e linguagem arquitetônica, além de informar ainda seu uso original e seu uso atual. Neste item deu-se destaque as informações sobre a situação da construção, que pode ser uma nova construção, quando o prédio cadastrado tratou-se de um edifício novo, ou uma construção alterada, quando um edifício existente sofreu algum tipo de alteração.

O estágio de preservação precisou ser avaliado cuidadosamente, haja vista que, a partir desta análise, efetivamente resgatamos as arquiteturas ausentes, objetivo principal da pesquisa. Estes estágios de preservação podem ser: presente original, quando o edifício construído se perpetua até os dias atuais na sua forma original; presente original alterado, quando esta construção, original no lote, já sofreu algum tipo de alteração; presente atual, quando o edifício cadastrado não é a primeira construção que ocupou o lote, ou, caso seja a primeira construção no lote, esta sofreu alterações que a distanciaram de sua concepção original (fato que foi diversas vezes observado e ocorreu quando o

edifício teve sua linguagem arquitetônica alterada); presente atual alterado, quando o edifício cadastrado, além de não ser a primeira construção edificada no lote, já possui modificações construtivas que a afastam da arquitetura inicial; ou uma arquitetura ausente, quando o edifício cadastrado não existe mais como objeto concreto.

Nesta fase de registro optou-se por utilizar terminologias aplicadas em outras fichas de inventário para classificar a tipologia construtiva e a linguagem arquitetônica da construção cadastrada, sendo, portanto, empregados nestes itens os mesmos termos adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – para o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG.

A quinta modalidade de informação apresentada pela ficha cadastro, classificada como item 5, **PROTEÇÃO**, identifica a forma de proteção legal que incide sobre o edifício. Este item somente será preenchido na última fase construtiva do lote, pois tal proteção legal somente pode incidir sobre uma arquitetura existente.

O item 6 desta ficha, apresentado como **DADOS HISTÓRICOS**, permite que sejam inseridos dados textuais, caso existam, sobre o bem cadastrado.

No item 7, são apresentadas as **FONTES CONSULTADAS**, neste campo são informados as publicações, arquivos e acervos utilizados no preenchimento da ficha.

No item 8 são informados os dados de **PREENCHIMENTO**, campo da ficha que registra o trabalho com o nome do responsável pelo preenchimento, instituição, e datas.

Este processo de fichamento – a ficha resumo e a ficha cadastro – é representado na figura 13, na qual são apresentadas as fichas aplicadas a um dos lotes da pesquisa: o prédio do Rex Hotel (ficha número 32).

O preenchimento destas fichas cadastrais nos 35 lotes que integram o recorte físico e espacial da pesquisa resultou no Inventário Científico da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas.

Ficha Resumo

Nº	Área	Faixa	Estado	Lotif.	Proprietário	Uso	Área	Valor	Valor de Avaliação
41	1453-401	1012-1013	Original	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto
42	1474-402	1012-1013	Original	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto
43	1481-403	1012-1013	Original	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto
44	1491-404	1012-1013	Original	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto

Detalhe da Ficha Resumo

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

Ficha Resumo

Detalhe da Ficha Cadastro

Ficha Cadastro

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

Ficha Cadastro

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

Ficha Cadastro

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

DATA DE CRIAÇÃO DO PROJETO: 11/06/2011

Ficha Cadastro

Figura 13 - Fichas de Inventário da Arquitetura Ausente aplicada ao lote urbano do Rex Hotel.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa.

2.2.3. Inventário como metodologia aplicada ao Estudo da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas

A metodologia adotada para a construção do inventário tomou como ponto de partida a elaboração da revisão bibliográfica. Nesta primeira etapa estudaram-se trabalhos que tratam do resgate da memória edificada por intermédio da iconografia.

A localização das fontes documentais sobre a cidade de Pelotas constituiu a segunda etapa desenvolvida. Assim, reconheceram-se os acervos onde estão depositados os dados iconográficos, impressos e manuscritos, utilizados na pesquisa. Estes acervos, públicos e particulares, foram encontrados sob a salvaguarda da Biblioteca Pública Pelotense, do Núcleo de Estudos sobre Arquitetura Brasileira da FAUrb/UFPel, das Secretarias Municipais de Cultura e Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas e das coleções particulares dos bibliófilos Fausto Leitão, Mogar Xavier e do professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas doutor Eduardo Arriada.

Dentre estes acervos, merece destaque a documentação revelada pelo arquivo da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas. Afinal, foi a partir dos projetos arquitetônicos, arquivados junto ao órgão municipal que se desenvolveu, com base de dados precisa, a evolução construtiva da área pesquisada, pois os projetos registravam as datas de sua aprovação e conseqüentemente o provável nascimento das construções na própria história da cidade.

Depois de concluída a localização das fontes documentais, desenvolveu-se a sistematização e a análise desta documentação. Realizou-se então a identificação, catalogação e a coleta de dados iconográficos e históricos.

Após classificar este material, fez-se necessário produzir a digitalização destas informações, para que mais tarde fossem inseridas nas fichas de inventário. Neste momento inicial, digitalizaram-se imagens (fotografias e cartões postais) e documentos (projetos arquitetônicos, anúncios de jornais e periódicos). Fez-se necessário ainda realizar o levantamento fotográfico de alguns edifícios, para assim concluir iconograficamente a coleta de dados dos lotes que foram cadastrados.

A diversidade de suportes, onde se depositavam estas informações, tornou a etapa de coleta de dados da pesquisa um exercício de persistência, que a cada dado encontrado descortinava a memória edificada do Centro Histórico de Pelotas.

Para indicar graficamente, na ficha cadastro, a localização do lote objeto do cadastramento, produziram-se mapas indicativos. Estes mapas tiveram como base o mapa atual do parcelamento da área, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana. Da mesma forma, foram elaborados mapas de quarteirão com base no mapa do município de 1835, os quais indicaram o quarteirão onde o lote cadastrado está inserido.

De posse dos dados iconográficos digitalizados e com a conclusão dos mapas indicativos, iniciou-se o preenchimento da ficha resumo e da ficha cadastro dos 35 lotes que integram o recorte físico espacial da pesquisa. Nesta fase foram também digitados os textos, reproduzidos de fontes primárias, que elucidaram a origem da ocupação da área em estudo. O preenchimento destas fichas permitiu organizar e recuperar dados iconográficos, urbanos, construtivos e históricos, bem como indicaram sua proteção legal e as fontes pesquisadas.

Tais registros apresentaram a evolução urbana resgatada individualmente em cada lote cadastrado, sendo abordadas as transformações pelas quais este lote foi submetido. Ao analisarmos as referidas informações, nos foi permitido avaliar questões relativas à sua conformação urbana, à linguagem arquitetônica apresentada pelos edifícios que existiram sobre o lote, aos usos destas construções e à identidade de seus proprietários.

A elaboração do inventário proporcionou a informatização da informação e permitiu que este documento fosse transformado em banco de dados, possibilitando sua utilização em outros trabalhos distintos da pesquisa desenvolvida.

Também alicerçada na conclusão do Inventário que balizou a pesquisa, confeccionou-se a tabela de ETAPAS URBANAS, contendo as informações indicadas nas fichas resumo dos lotes pesquisados. Esta planilha teve como finalidade apresentar informações agrupadas e tabuladas, permitindo estabelecer um panorama global de todas as transformações apontadas pela pesquisa. Tal planilha encontra-se reproduzida na figura 14.

Nasceu, assim, o estudo da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas, consolidado em quatro limites temporais, com as ocupações sendo apresentadas seguindo uma ordem cronológica de construção.

Na primeira etapa urbana, definida dentro dos anos de 1835 até o ano de 1875, reconheceram-se 18 ocupações. A segunda etapa urbana, que inicia em 1876 e estende-se até 1925, identificou 41 ocupações. Tal faixa mereceu destaque por possuir o maior número de registros construtivos. A terceira etapa urbana, estabelecida no espaço temporal entre os anos 1926 e 1960, apresentou 15 ocupações. Finalmente na quarta e última etapa urbana, delimitada pelos anos de 1961 a 2011, cadastraram-se 12 ocupações.

Dentro destas faixas temporais podemos observar que a primeira etapa construtiva abrigou 20,93% do total de ocupações cadastradas na pesquisa, e contrastou, consideravelmente, com o percentual de 47,67% de ocupações, identificadas na segunda etapa pesquisada. A terceira e quarta etapas construtivas apresentaram, respectivamente, 17,44% e 13,95% do total das ocupações que integraram a pesquisa, demonstrando uma considerável redução construtiva em relação às etapas anteriores, conforme se observa no gráfico da figura 15.

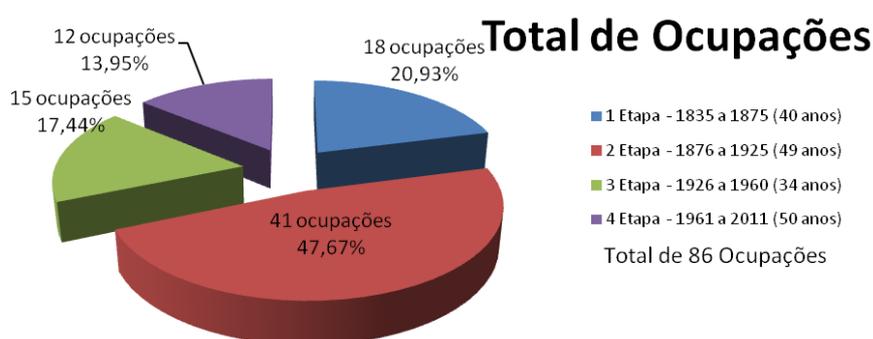


Figura 15 – Gráfico do Total de ocupações.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa.

Os estudos individualizados sobre estas quatro etapas urbanas resultaram nos capítulos seguintes da dissertação.

Deste modo, o Inventário da Arquitetura Ausente e a planilha de Etapas Urbanas consolidaram a construção da memória edificada do Centro Histórico de

Pelotas. Ambos os documentos permitiram dar fundamentação ao desenvolvimento do resgate da arquitetura ausente da cidade e se constituíram no segundo volume desta dissertação.

Devemos salientar, no entanto, que o inventário não deve ser considerado terminado. A elaboração de estratégias de manutenção e atualização e a busca pela clareza da informação sempre se fará necessária, reconhecendo que os aspectos da história podem mudar, permitindo que futuras investigações possam incorporar novas informações. Na prática, a atualização pode ser feita de dois modos: junto à base de dados (com a atualização de uma bibliografia, adições textuais ou de ilustrações, referências, etc.) ou com visitas ao local, para investigação *in loco*.

CAPÍTULO 3.

PRIMEIRA ETAPA URBANA: PERÍODO - 1835 a 1875

A origem do estudo da arquitetura ausente do Centro Histórico de Pelotas tomou como marco temporal o ano de 1835, época em que foi confeccionada a planta da cidade de Pelotas e momento em que a área contígua em direção Sul ao cais do porto, de propriedade de Mariana Eufrasia da Silveira, foi anexada ao primeiro loteamento.

A partir desta data se inicia o primeiro período temporal estudado, o qual se estendeu até o ano de 1875, compreendendo, portanto, os 40 anos iniciais de existência da cidade de Pelotas. Neste período havia, em torno da Praça Coronel Pedro Osório, 18 construções. Estes prédios representaram a origem da urbanização da nova expansão territorial, que anos mais tarde se transformaria na área de maior valor artístico e cultural da cidade.

3.1. Contexto histórico e social

No ano de 1835, o Estado do Rio Grande do Sul iniciou um período de transformação política e econômica marcada pelo início da Revolução Farroupilha. As cidades de Pelotas e Rio Grande centralizavam o poder econômico da região sul através da produção e da exportação de charque.

A Revolução sustou o crescimento de Pelotas e a cidade deixou de progredir durante os dez anos de guerra.

José Vieira Pimenta, considerado o primeiro cronista de Pelotas, anotou, num manuscrito de 1853, referindo-se a vida religiosa: “De agosto de 1835 a dezembro de 1843 nada ocorreu por causa da guerra civil” (PIMENTA, cit. por LOPES NETO, 1905). O historiador Moacir Flores chegou à mesma conclusão: em depoimento semelhante afirmou que mais de três quartos da população de Pelotas abandonou a cidade por conta das constantes tomadas e retomadas (FLORES, 1984). O escritor Ângelo Pires Moreira chamou este período de “a noite escura de Pelotas”, referindo-se a mais completa acefalia judiciária e administrativa que a cidade vivenciou. (MOREIRA, 1988).

A paralisação foi praticamente total, houve uma forte queda nas exportações de charque, reduzida, nos primeiros seis anos de guerra, à cerca de um sexto da exportação média anterior, conforme destacou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. (CARDOSO, 2003).

Poucos anos antes do final da guerra, o Município iniciou a retomada de seu crescimento econômico. O historiador Mario Osório Magalhães descreveu que em 1841 começaram a se estabelecer, no interior do Município, pequenas fabricas de velas, cordas e sabão. Em 1853 concluiu-se, no centro urbano, a obra do Mercado Público e, em 1857, um novo hospital, a Beneficência Portuguesa, era erguido na cidade. Assim, até o final da década de 1850 a cidade se refaz do período de estagnação e se prepara para o desenvolvimento econômico e urbano que ocorreu a partir da década de 1860. (MAGALHÃES, 1993).

3.2. As Ocupações

A pesquisa identificou como primeiro registro da origem da história urbana do segundo loteamento da cidade a planta de 1835. Nela, além dos quarteirões e lotes demarcados, ainda representavam-se as construções edificadas em seus lotes. Sobre este documento, Gilberto Yunes, doutor em arquitetura e urbanismo, esclareceu, no texto “A importância do traçado Urbano da Cidade”, que sua elaboração foi desenvolvida por Ernesto Eduardo Kretschmar, sendo aprovada pela Câmara do Município em julho de 1834. (YUNES, 1999).

No recorte físico espacial da pesquisa, a partir deste primeiro registro, foi possível observar treze construções estabelecidas no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Três destes edifícios não puderam ser identificados – deles só podemos descrever que ocuparam os lotes nos quais hoje estão edificadas o Casarão de nº 08 e os prédios de nº 54 e nº 58, conhecidos como Edifício Tom Jobim, além do estacionamento lindeiro a este edifício e o prédio de nº 66, denominado Edifício Álvaro Rosa.

As construções que tiveram sua localização reconhecida foram apontadas como a Casa do General Osório, situada onde atualmente está edificado o prédio de nº 55 ocupado pelo Banco Itaú (MAGALHÃES,1993); a residência unifamiliar de nº 57, instalada no lote contíguo a casa do General; a residência de nº 104 de propriedade de João Rodrigues Ribas (GUTIERREZ, 2010), construída ao lado da

Casa da Banha; a Câmara Administrativa de nº 158 e a Escola pública de nº 162, ambas implantadas no lado direito e esquerdo do Teatro Sete de Abril. Hoje estes prédios não existem mais como objeto concreto, fazendo parte das arquiteturas ausentes na paisagem do Centro Histórico de Pelotas.

Os edifícios desta época inicial que sobreviveram até a atualidade, carregando consigo a memória edificada dos primeiros tempos da cidade, consistem nos prédios conhecidos como o Casarão de nº 02; as Casas de nº 62 e nº 64, nas quais se encontra estabelecida a empresa de Pompas Fúnebres; o sobrado de nº 100, reconhecido como a Casa da Banha; e o prédio de nº 160, destinado ao Teatro Sete de Abril. Estes edifícios, mesmo tendo sofrido alterações que os distanciaram de sua concepção original, transformaram-se em documentos concretos para a compreensão da arquitetura pelotense. No detalhe do mapa da figura nº 16 foi possível visualizar estas construções.



Figura 16 – Detalhe do recorte físico espacial da pesquisa elaborado a partir da Planta da cidade de Pelotas de 1835.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – Secult.

Os relatos descritos nos artigos publicados na **Revista do Primeiro Centenário de Pelotas** revelaram que em 1846 começava a ser edificada, no terreno destinado à igreja da povoação, a futura igreja matriz, cuja obra nunca chegou a ser concluída. (LOPES NETTO, 1911). Este terreno estava localizado onde atualmente situa-se o prédio de nº 151, ocupado pelo complexo comercial

Praça XV. A partir de então, nos anos que se sucederam, quatro novas edificações foram erguidas no entorno da Praça.

Em 8 de abril de 1853, o Sr João Rodrigues Ribas & Irmão, apresentou à Câmara Municipal pedido para a execução de um prédio a ser localizado na esquina da Praça com a Rua da Igreja (atual Rua Padre Anchieta), identificado sob o nº 152. O pedido de construção tinha uma característica curiosa, pois seus proprietários solicitavam a permissão para edificar o imóvel com a esquina em canto redondo. Esta solicitação não foi atendida, sendo o prédio construído com característica luso-brasileiras, em canto vivo, e possivelmente com tipologia só de portas, levando a crer que tivesse uso comercial, conforme os poucos registros encontrados.

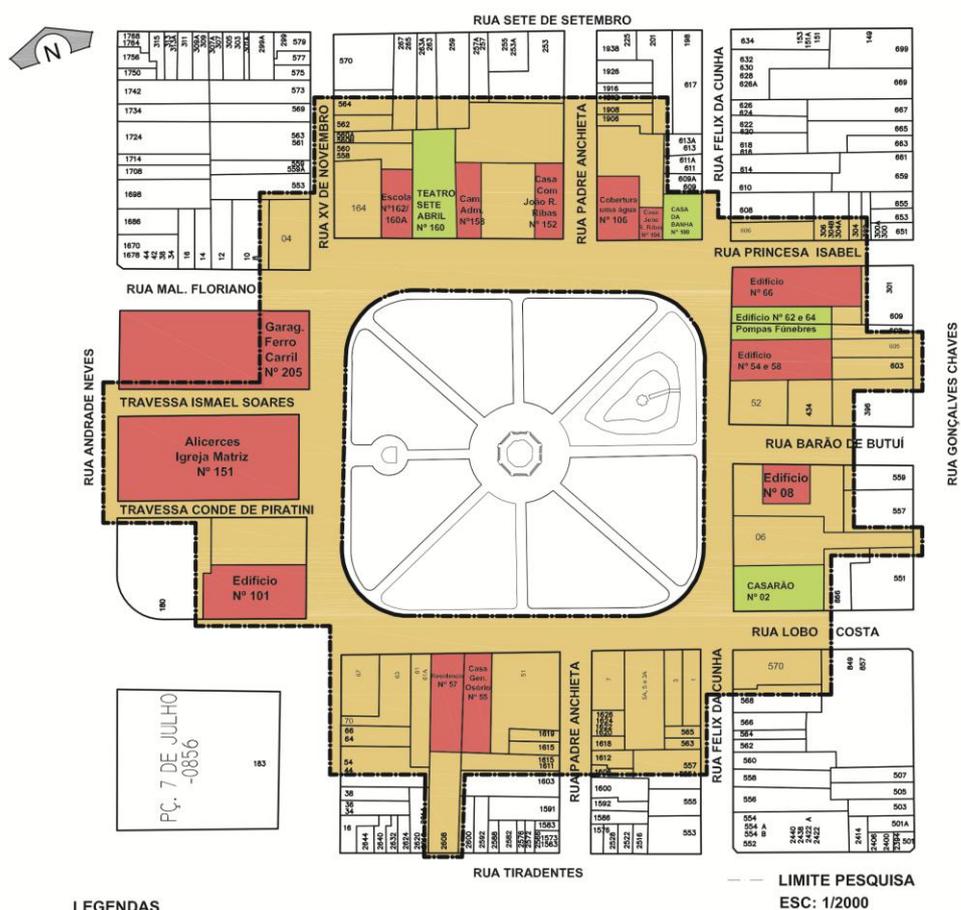
“ A mesma comissão tendo examinado o requerimento de J. R. Ribas & Irmão em que pedem licença a esta camara para edificar na Praça da Regeneração esquina da rua da Igreja, um predio de canto redondo, com uma curva de 2 ½ palmos [55 cm] mais ou menos, é de parecer que se indefira a petição dos suplicantes, porque ella offende a planta da edificação d'esta cidade que tem marcado todas as quadras de quina viva. E com quanto a comissão reconheça que esta innovação adoptada em principio podia concorrer para o aformaseamento da cidade, entende todavia, que hoje em vez de produzir esse resultado, traria deformidade e irregularidade; opina mais a comissão que quando mesmo a camara quizesse hoje adoptar esse melhoramento, commetteria sem duvida, uma violencia contra o direito de propriedade, privando os particulares d'aquella porção de terreno necessaria para fazer a curva, uma vez que não tratasse de desapropriação, a qual na actualidade não pode ter lugar em vista de deficit em que se acha o cofre municipal.”(CAMARA MUNICIPAL, 1854, p 35)

Também de propriedade do Sr. João Rodrigues Ribas, observa-se, no ano de 1861, a existência de uma cobertura em uma água, construída no lote de nº 106, situado na outra esquina formada pela Praça Coronel Pedro Osório com a rua da Igreja (atual Rua Padre Anchieta). (GUTIERREZ, 2010).

Doze anos mais tarde, em 1873, dois novos edifícios passam a ser identificados no entorno da Praça, sendo estes um pequeno prédio construído no lote que receberia mais tarde o edifício de nº 101, destinado a abrigar o Paço Municipal, e a garagem da empresa Ferro Carril e Caes de Pelotas. Este serviço, conforme relatou o historiador Fernando Luís Osório no livro **A Cidade de Pelotas**, foi inaugurado em 09 de novembro daquele ano, destinava-se ao transporte público de bondes puxados à tração animal e teve sua garagem

edificada na esquina da Praça Coronel Pedro Osório com a Rua São Jerônimo (atual Rua Mal. Floriano). (OSÓRIO, 1922).

Assim, 17 prédios e mais os alicerces da igreja matriz, em construção, estavam edificadas em torno da Praça Coronel Pedro Osório até o ano de 1875. No mapa da figura 17 podemos identificar a localização destes edifícios.



LEGENDAS

--- LIMITE PESQUISA
ESC: 1/2000

PERÍODO: 1835 A 1875

- Ausentes - 13 edifícios
- 08-Edifício sem identificação
hoje Casarão nº08
- 54/58-Edifício sem identificação
hoje Edifício Tom Jobim nº54
e Estacionamento nº 58
- 55-Casa General Osório
hoje Banco Itaú nº55

- Remanescentes - 5 edifícios
- 02-Casarão nº 02
- 62-Pompas Fúnebres nº 62
- 64-Pompas Fúnebres nº 64
- 100-Casa da Banha nº 100
- 160-Teatro Sete de Abril nº 160

- 57-Residência
hoje Estacionamento do Banco Itaú nº 57
- 66-Edifício sem identificação
hoje Edifício Álvaro Rosa nº 66
- 101-Edifício sem identificação
hoje Paço Municipal nº 101
- 104-Casa João Rodrigues Ribas
hoje Casa Comercial nº 104
- 106-Cobertura em uma água
hoje Clube Caixeiral nº 106

- 151-Igreja Matriz
hoje Edifício Praça XV nº 151
- 152-Casa Comercial João R. Ribas e Irmão
hoje Banco Bradesco nº 152
- 158-Camara Administrativa
hoje Banco Santander nº 156 e 158
- 162-Escola Pública
hoje Edifício Del Grande nº 162
- 205-Garagem dos Bondes nº 205
hoje Rex Hotel

Figura 17- Mapa do recorte físico espacial da Pesquisa Arquitetura Ausente com a identificação dos 18 lotes do primeiro período: 1835 a 1875.

Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano da cidade de Pelotas da Prefeitura Municipal- Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Setembro 2011.

3.3. Parcelamento

O parcelamento da área do segundo loteamento da cidade, desenvolvido por Kretschmar, seguiu o traçado ortogonal inicialmente implantado pelo piloto Maurício Inácio da Silveira para a freguesia de São Francisco de Paula.

O panorama da cidade reticulada evidenciava que seu traçado fora elaborado com base nas orientações estabelecidas pela provisão real de 09 de agosto de 1747. Esta regulamentação, com a função de determinar um regramento para o delineamento do traçado das cidades, foi empregada na implantação das povoações de colonos açorianos dirigidos inicialmente à Santa Catarina e, posteriormente, se tornou regra generalizada para a fundação dos povoados no Rio Grande do Sul. (YUNES, 1999).

Na nova área urbana que se estabelecia, o macro parcelamento elaborado – formado pela topografia plana, ruas retas, quarteirões que se sucediam heterogeneamente, perspectivas únicas e escala de aberturas de ruas relativamente constante – configurou o cenário que serviu de suporte estrutural para as edificações que surgiam. O micro parcelamento, bastante regular, possuía terrenos com testadas estreitas e comprimento de aproximadamente meia quadra.

Os lotes que se encontravam implantados no entorno da Praça, apresentaram conformação em formato retangular e mantiveram suas faces invariavelmente voltadas para esta Praça. Poucos terrenos possuíram forma quadrática.

Observou-se que os 17 terrenos edificadas até o ano de 1875 ao redor da Praça Coronel Pedro Osório e o terreno destinado à igreja matriz, em construção, correspondiam a metade dos lotes existentes nesta área. Portanto, neste período, 50% da área que envolvia a Praça estava ocupada. O Parcelamento destes lotes carregava consigo sua concepção original.

3.4. Uso e Propriedade

As construções que constituíram o início da urbanização do entorno da Praça possuíram usos diversos, e se mantiveram, salvo raras exceções, vinculadas a propriedade privada. Fato bastante previsível, haja vista que esta

área teve como origem a data de terras doadas a dona Mariana, que após receber a posse começou a parcelar e vender os lotes.

Neste contexto cinco prédios se apresentavam com uso destinado à residências unifamiliares, sendo estas o Casarão de nº 02, de propriedade do Charqueador José Vieira Viana, construído por volta de 1830, conforme esclareceu a arquiteta e urbanista Ceres Chevalier na publicação **Vida e obra de José Isella: Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX** (CHEVALIER, 2002); a residência do Sr. Ismael Soares, cujo prédio foi cedido para servir de residência ao General Manuel Luís Osório e sua família – edifício nº55, conforme relatou a Sra. Inês Moraes, descendente da família de Ismael Soares. (MORAES, 2011); a casa lindeira à residência do General Osório – edifício nº 57; o sobrado de propriedade do Sr. João Rodrigues Ribas, atualmente conhecido como Casa da Banha – edifício nº 100; e a casa térrea anexa a este sobrado, igualmente de propriedade do Sr. João Rodrigues Ribas – edifício nº 104. (GUTIERREZ, 2010)

O comércio, modestamente estabelecido na área, era composto pelo prédio de nº 152, situado na esquina formada pela Praça e a Rua da Igreja (atual Rua Padre Anchieta), cujos proprietários foram identificados como o Sr. João Rodrigues Ribas & Irmão.

A garagem da Companhia Ferro Carril – edifício nº 205, destinada ao transporte público de bondes à tração animal, a Câmara Administrativa – edifício nº 158 e a Escola Pública – edifício nº 162, compunham o conjunto de prédios institucionais, que juntamente com o Teatro Sete de Abril – edifício nº 160, integravam o complexo de construções de usos públicos. Estes prédios, apesar de possuírem a finalidade de atender a população da cidade, pertenciam a propriedade privada. A Câmara Administrativa e a Escola Pública funcionaram em imóveis particulares alugados, o Teatro se manteve como propriedade particular da Empresa Sociedade Scenica de Pelotas, e a Companhia Ferro Carril Caes de Pelotas, constituía empresa de capital privado, com concessão de uso da área em que edificou suas garagens.

A crescente movimentação em torno destes serviços tornou esta região da cidade bastante frequentada, fato que permitiu alavancar seu crescimento. Deste grupo de construções de uso público, apenas o Teatro Sete de Abril

sobreviveu até a atualidade, porém, com sua arquitetura original alterada, os demais edifícios foram demolidos, e integram as arquiteturas ausentes do Centro Histórico da cidade. Estes prédios podem ser observado nas imagens reproduzidas nas figuras 18 e 19.

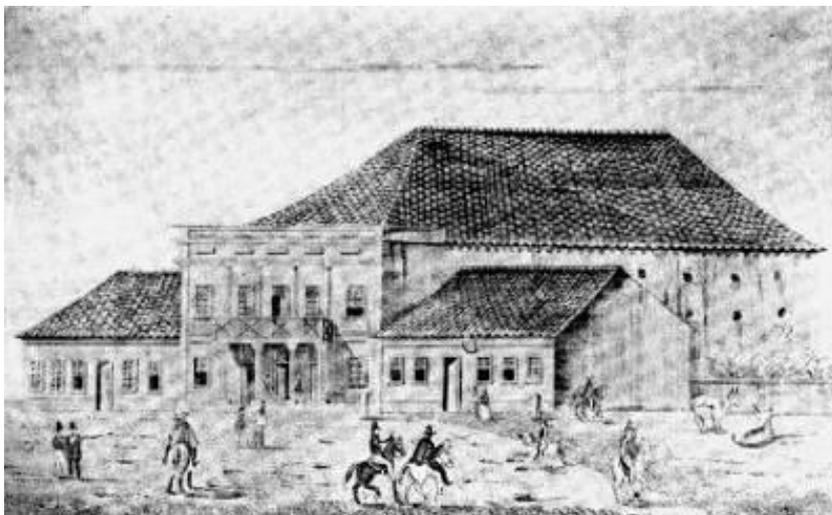


Figura 18 - Teatro Sete de Abril, entre a escola pública e a Câmara administrativa, na época da sua inauguração. 1883. Fonte: AVÉ-LALLEMANT, Horizonte: Itatiaia, 1980, p 151.

Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul.** (1858). Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p 151.



Figura 19 - Garagens dos Bondes à tração animal, Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório esquina Rua São Jerônimo, hoje Rua Marechal Floriano. Pelotas, RS. 1900. Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues

Curiosamente uma parcela dos terrenos para uso público, cuja origem resgata a cláusula de aforamento da data de terras de Dona Mariana Eufrasia da Silveira, destinada a doação de terrenos a população da povoação, teve sua função alterada. Em parte destes terrenos públicos edificou-se a garagem da Companhia Ferro Carril. Esta empresa de transportes de bonde explorou o terreno público até o ano de 1889, quando teve seu patrimônio vendido à Firma Zanotta e Cia (OSÓRIO, 1922). Da mesma forma, o terreno que abrigaria a nova

igreja matriz, jamais concluída, teve seu uso alterado. Nele, pequenos prédios de aluguel, de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Francisco de Paula, foram alguns anos mais tarde construídos. (LOPES NETTO, 1911).

Verificamos que muitos dos lotes pertenciam a um mesmo proprietário, pois apenas o Sr. João Rodrigues Ribas possuía quatro terrenos no entorno da Praça central da cidade.

Os lotes onde hoje estão edificadas o Casarão de nº 08, o Edifício Tom Jobim (nº 54) e o estacionamento (nº 58), o Edifício Álvaro Rosa (nº 66), a pequena construção que ocupou o lote do Paço Municipal (nº 101) e a cobertura construída na esquina da Praça com a Rua da Igreja (nº 106), não tiveram seus usos reconhecidos.

Igualmente, não foi possível identificar, nos primeiros anos de ocupação da área, o uso dos lotes de nº 62 e 64. Contudo, a partir de 1882, estes passaram a ser conhecidos como o comércio e a residência do Sr. Joaquim Moreira Lopes, proprietário da Empresa de Pompas Fúnebres.

Os edifícios cujos usos não foram identificados corresponderam a 38,89% do total de prédios existentes neste primeiro período analisado.

Nos usos identificados, as construções residenciais representaram 27,78% das edificações existentes, as construções comerciais, 5,56%, os prédios institucionais, 17,65% e ocupações específicas como o teatro, e a igreja em construção, 11,11%. Portanto, até o ano de 1875, nos edifícios que tiveram seus usos reconhecidos, a prevalência das habitações unifamiliares era consideravelmente superior, conforme podemos observar no gráfico da figura 20.

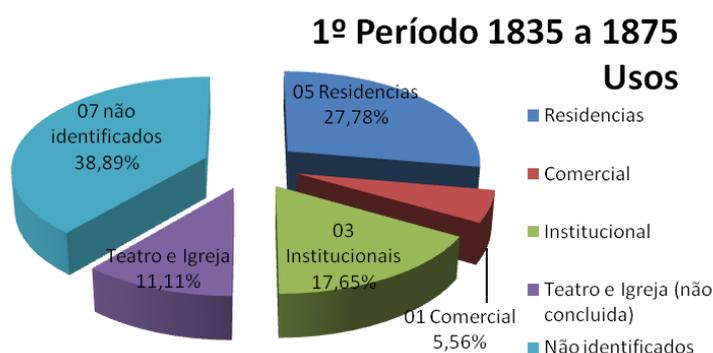


Figura 20 – Gráfico dos usos do período de 1835 a 1875. Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa.

3.5. Linguagem

Invariavelmente, as construções estabelecidas neste primeiro período estudado pela pesquisa foram erguidas com embasamento nas características adotadas pela arquitetura luso-brasileira. Estes edifícios estavam intrinsecamente relacionados ao tipo de lote no qual se implantaram. As casas foram construídas de frente para a rua, sobre o alinhamento das vias públicas e nos limites laterais dos terrenos.

O regramento para a construção destes prédios já havia sido estabelecido nos códigos de posturas policiais para a Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul desde o ano de 1829, e foram adotados para a futura Vila de São Francisco de Paula. Entre outros, este código estabelecia a proibição do uso de cobertura em capim, a necessidade do cercamento de lotes demarcados, estabelecia que todas as construções necessitavam de licença do juiz para serem erguidas, tendo as mesmas ao menos dezoito palmos de pé direito (3,96m), sendo térreas e sendo sobrados trinta e cinco (7,70m). O descumprimento deste regramento era punido com multas. (CÂMARA MUNICIPAL, 1829).

A aprovação do Código de Posturas Policiais pela Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula, em 1834, instituiu o regramento específico para o ordenamento urbano da povoação. Este código estabeleceu os limites do aglomerado urbano, determinou gabaritos para as ruas e praças, norteou os parâmetros para a execução das construções e assegurou as regras de convivência para a ocupação do espaço urbano. (CÂMARA MUNICIPAL, 1834).

Sob a regulação destes códigos, as treze primeiras edificações que ocupavam o entorno da Praça Coronel Pedro Osório foram construídas. Dentre estas construções, quatro não tiveram sua linguagem arquitetônica identificada, os demais prédios carregaram consigo os elementos marcantes do período luso-brasileiro.

A tecnologia construtiva empregada nestas construções utilizou alvenaria portante em tijolos cerâmicos, sistema de cobertura em duas águas (fazendo com que as águas pluviais fossem lançadas sobre o passeio público e o pátio), amplos beirais, aberturas com vergas em arco de escarção, nível do piso no primeiro pavimento rente ao solo e distribuição rigorosa dos compartimentos: as salas da frente servindo para o comércio ou ala social da casa, os compartimentos no

fundo da construção ficando destinados aos serviços e, entre estes, as alcovas, reservadas à permanência noturna.

As variações desta linguagem eram identificadas nos lotes de esquina, nos quais os edifícios apresentavam sistema de cobertura em quatro águas e alterações na distribuição dos compartimentos. A produção desta arquitetura baseada no trabalho escravizado resultou em construções com um nível tecnológico precário. Características construtivas destes edifícios podiam ser observadas no anúncio sobre a Empresa de Pompas Fúnebres, quando esta ainda apresentava sua linguagem construtiva original, e no cartão postal que resgata a arquitetura ausente do edifício comercial localizado na esquina da Praça com a Rua dos Canários (atual Rua Quinze de Novembro), conforme as figura 21 e 22.



Figura 21 - A primitiva sede da Casa Moreira Lopes Praça da Regeneração nº 62 e 64, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, início século XX.

Fonte: ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Florentino Paradedda, 1932, s.p.



Figura 22 - Rua dos Canários, atual Rua XV de Novembro, Pelotas, RS, 1900.

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, Pelotas, RS. Acervo CDOV – Coleção Henrique de Moraes.

O panorama urbano desta área da cidade apresentava ruas de aspecto uniforme, e não se concebiam casas urbanas recuadas com jardins. A horizontalidade da ambiência era predominante nas construções estabelecidas a partir de 1835. Somente o Teatro Sete de Abril - edifício nº 160, o sobrado do Sr. João Rodrigues Ribas (edifício nº 100), reconhecido atualmente como a Casa da Banha, e o Casarão de nº 02 possuíam dois pavimentos. Os demais prédios que puderam ser identificados se constituíam em construções de apenas um pavimento.

Nestor Goulart Reis Filho, arquiteto e urbanista e autor do livro **Quadro da Arquitetura no Brasil**, descreveu esta paisagem, formada pelas construções de linguagem luso-brasileira, como uma arquitetura monótona, na qual a habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado, geralmente comprido e estreito e usualmente de profundidade igual a meia quadra. Este lote abrigava um tipo de arquitetura igualmente padronizada, tanto nas plantas como em suas técnicas construtivas. Tais soluções foram caracterizadas para forçar a aparência de concentração mesmo nos centros de população reduzido e demonstraram a interdependência entre arquitetura e o lote urbano. (REIS FILHO, 1987).

A paisagem que se descortina nos primeiros anos de urbanização possuía ruas sem calçamento e sem passeios, tornando impossível pensar em ruas sem prédios, pois eram estas edificações quem limitavam o traçado das vias.

A partir do código de 1834, contudo, a regulamentação da necessidade de construção, pelo proprietário, de calçadas em frente aos seus lotes, determinou a execução dos primeiros equipamentos urbanos. Assim, o cenário onde careciam os serviços de infraestrutura começava a ser alterado e, gradativamente, surgiam os primeiros sinais de requalificação urbana. Nos registros iconográficos do início do século XX o Município já podia ser fotografado com vias pavimentadas, passeios públicos definidos e serviço de iluminação pública implantado.

Possivelmente o prédio que poderia ter rompido a monotonia da paisagem urbana primitiva descrita por Reis Filho, jamais foi construído. Tratava-se do edifício destinado à nova igreja, que começou a ser edificado em terreno para este fim designado em cláusula de aforamento. A pesquisa não identificou o

motivo para a interrupção desta obra, que teve apenas os alicerces construídos. O projeto, elaborado pelo arquiteto Roberto Offer, tinha dimensões imponentes e linguagem clássica. Sua pedra fundamental foi lançada pelo Imperador Dom Pedro II em fevereiro de 1846. (LOPES NETTO, 1911). Sua fachada principal e corte transversal, publicados na revista do **Primeiro Centenário de Pelotas** podem ser analisados através da figura 23.

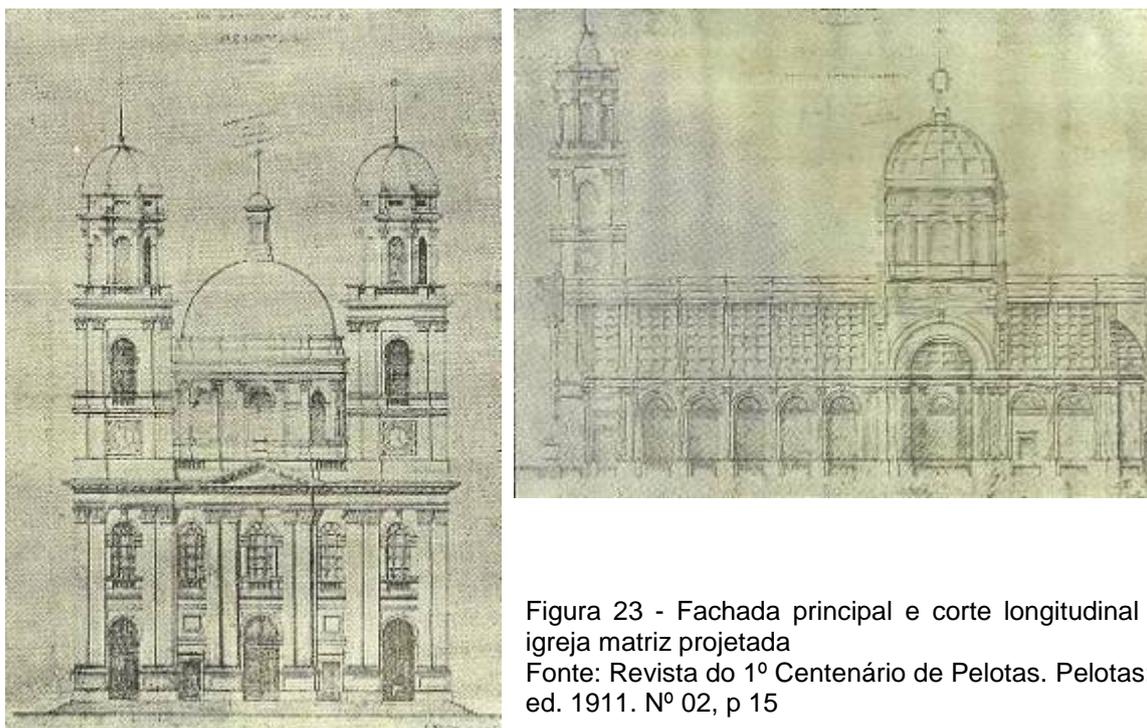


Figura 23 - Fachada principal e corte longitudinal da igreja matriz projetada
 Fonte: Revista do 1º Centenário de Pelotas. Pelotas: s. ed. 1911. Nº 02, p 15

Os edifícios que foram construídos posteriormente a 1846, com exceção de uma cobertura em uma água que ocupou o lote na esquina da Praça com a Rua da Igreja (atual Padre Anchieta) - edifício nº 106, mantiveram a linguagem luso-brasileira, encontrada nos primeiros prédios deste período. Desta forma, podemos concluir que as construções erguidas no intervalo temporal entre os anos de 1835 a 1875, que puderam ser identificadas, apresentavam linguagem luso-brasileira.

3.6. Situação da construção e Estágio de Preservação.

Nestes primeiros tempos da urbanização da área, as construções executadas se constituíram em prédios novos, erguidos em terrenos sem nenhum vestígio de edifícios anteriores. As 18 edificações executadas entre os anos de

1835 e 1875 foram consideradas pela pesquisa como as novas construções, revelando a origem da história edificada do Centro Histórico de Pelotas.

Destas 18 construções, cinco edifícios se perpetuaram até os nossos dias, os demais prédios se transformaram nas arquiteturas ausentes do primeiro período avaliado. O surgimento destas ausências arquitetônicas foi motivado por fatores distintos: alguns edifícios foram totalmente demolidos para que viessem dar lugar a uma nova construção, outros inicialmente tiveram sua arquitetura original alterada por meio de mudança da sua linguagem arquitetônica original, para pouco depois serem totalmente demolidos, ou ainda pelo simples fato de nunca terem sido concluídos.

Enfim, vários foram os fatores que levaram os edifícios a desaparecer. O mais radical, logicamente, foi a demolição total, motivada pela necessidade de trocar uma arquitetura por outra, na sociedade que se desenvolvia, e precisava se modernizar.

Para Luiz Amorim, podemos analisar as ausências arquitetônicas, por intermédio de metáforas biológicas, bastante comuns na história e na teoria da arquitetura. “Já interpretamos cidades e edifícios como corpos humanos, onde os espaços de circulação de pessoas e veículos são comparados ao nosso sistema circulatório, as áreas verdes aos pulmões e a estrutura ao esqueleto”. (AMORIM, 2007, p 15). Sob esta ótica o arquiteto argumenta que o desaparecimento de um bem arquitetônico pode ser comparado à perda de um ser vivo, e classifica cinco tipos de mortes arquitetônicas, como forma de justificar as substituições construtivas pelas quais os centros urbanos vêm sendo submetidos: A morte prematura, de nascença, por vaidade, parasitas, abandono e anunciada.

Adotando esta classificação, podemos entender como se procederam algumas ausências arquitetônicas no Centro Histórico de Pelotas.

O prédio da nova igreja, que nunca foi concluído, teve morte prematura, pois morreu sem ao menos ter nascido. Os imóveis que foram demolidos para dar lugar a novos edifícios, foram submetidos a uma morte anunciada, que é dentre as mortes arquitetônicas a que mais mata. Ela é anunciada nas normas dos homens, que estabelecem o princípio de trocar uma arquitetura por outra. Esta morte foi identificada nos prédios que ocuparam os lotes onde hoje se encontram construídos o Casarão de nº 08; o Edifício Tom Jobim e o estacionamento de nº

54/58, e o prédio de nº 66, identificado como Edifício Álvaro Rosa. Também sofreram este tipo de substituições arquitetônicas a residência unifamiliar instalada no lote contíguo a casa do General Osório - edifício nº 57, o pequeno prédio construído no lote que mais tarde abrigaria o Paço Municipal - edifício nº 101, a residência construída ao lado da Casa da Banha - edifício nº 104, a cobertura edificada na esquina da Praça com a Rua da Igreja - lote nº 106 e a garagem da empresa Ferro Carril e Caes de Pelotas - edifício nº 205. Estes edifícios foram classificados pela pesquisa como as construções ausentes na realidade atual do Centro Histórico da cidade.

Não foi possível determinar com precisão como ocorreu a ausência arquitetônica da residência do General Osório - edifício nº 55. Duas hipóteses concorrem para seu desaparecimento: a construção luso-brasileira, construída antes de 1835, poderia ter sido demolida para dar lugar a um edifício eclético, ou o edifício primitivo teria sofrido uma remodelação alterando sua linguagem, para mais tarde ter desaparecido, se integrando aos demais ausentes estabelecidos pelo estudo.

Os registros iconográficos que resgatam a Casa do General Osório e a residência unifamiliar instalada no lote lindeiro a casa do General podem ser identificados na figura 24. O pequeno edifício construído no lote que mais tarde abrigaria o Paço Municipal foi reproduzido na figura 25.



Figura 24 – Casa do General Osório nº 55 e Residência unifamiliar em lote anexo nº 57, situadas à Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 23 de Outubro de 1923.
Fonte: Acervo de Mogar Pagana Xavier

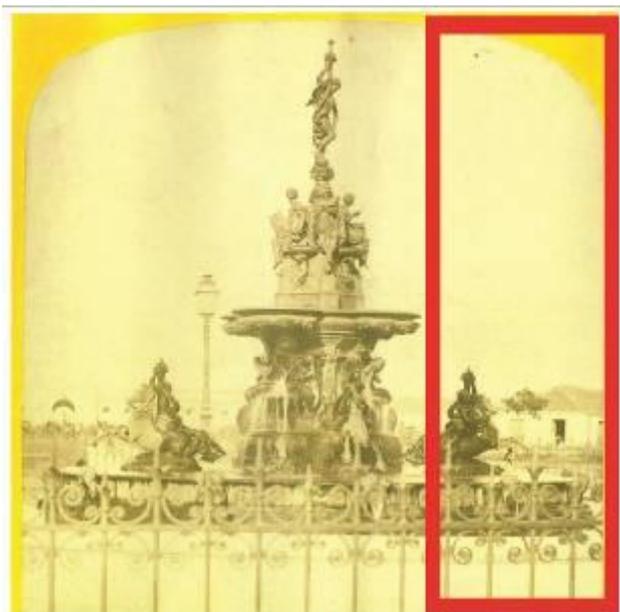


Figura 25 - Chafariz da Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório. Em destaque, o pequeno prédio, que ocupou o terreno onde está construído o Paço Municipal. Pelotas, RS. 1873
Fonte: Acervo de Eduardo Arriada

Os prédios apontados como a casa comercial de propriedade do Sr. João Rodrigues Ribas & Irmão - edifício nº 152, a Câmara Administrativa - edifício nº 158 e a Escola Pública - edifício nº 162, inicialmente sofreram alteração de linguagem arquitetônico para, tempos mais tarde, serem totalmente demolidos, se integrando as demais arquiteturas ausentes estabelecidas pela pesquisa.

O Casarão de nº 02, a Casa de Pompas Fúnebres - edifícios nº 62 e 64, a Casa da Banha - edifício nº 100 e o Teatro Sete de Abril - edifício nº 160 representam os imóveis que carregaram consigo a origem da história edificada do segundo loteamento da cidade.

Estes bens culturais foram considerados pela pesquisa como os únicos edifícios presentes na área desde sua origem. No entanto, estes cinco imóveis sofreram alterações na sua arquitetura original, pois apresentaram mudanças em suas linguagens arquitetônicas primitivas, motivo pelo qual a pesquisa considerou o estágio de preservação dos mesmos como presente original alterado, ou seja, estes edifícios estiveram presentes no entorno da Praça Coronel Pedro Osório desde sua origem, porém tiveram suas características originais alteradas ao longo do tempo. Nas figuras 26, 27 e 28 podemos identificar o Teatro Sete de Abril, a Casa da Banha e a Empresa de Pompas Fúnebres com suas características originais preservadas. Apenas o Casarão de nº 02 não possui documentação que resgate iconograficamente sua arquitetura original.



Figura 26 – Teatro Sete de Abril, Praça da República nº 160, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, início do século XX.

Fonte: ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Florentino Paradedda, 1935, s.p.



Figura 27 - Casa da Banha. Praça da Regeneração nº 100, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1910

Fonte: Cartão Postal da Livraria Pelotense - Acervo de Fausto José Leitão Domingues

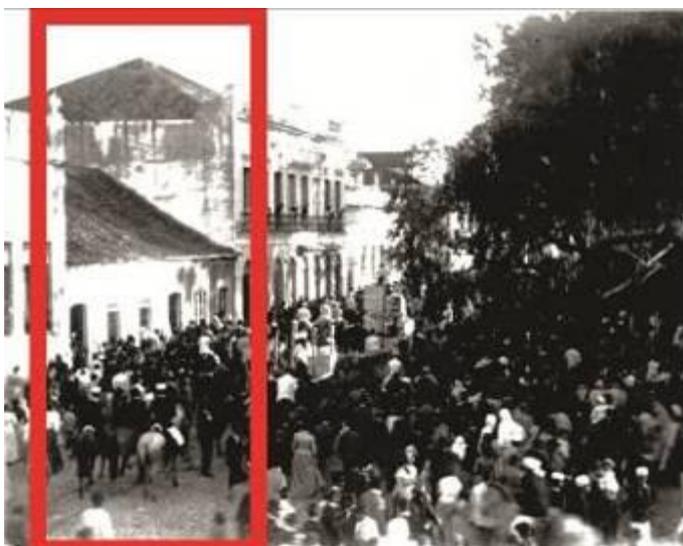


Figura 28 – Vista da Praça da Regeneração e cortejo em procissão em destaque o edifício da Empresa de Pompas Fúnebres. Pelotas, RS, início do século XX.

Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFPel, RS. Acervo digital NEAB

As construções deste primeiro período, possivelmente por conta da distancia temporal, apresentaram estágios de preservação constituídos de 72,22% de arquiteturas ausentes e 27,78% de edifícios presentes com arquitetura original alterada, conforme o gráfico da figura 29. Os prédios que sobreviveram ao tempo, de modo a se constituírem em ícones de memória, foram aqueles que por sua representatividade social e solidez estrutural puderam permanecer materializados através dos anos. As construções menores, por apresentarem reduzidas dimensões arquitetônicas ou em decorrência de certa fragilidade tecnológica construtiva, fatalmente foram substituídas.



Figura 29 – Gráfico do Estágio de preservação do período de 1835 a 1875.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa.

CAPÍTULO 4.

SEGUNDA ETAPA URBANA: PERÍODO - 1876 a 1925

O ano de 1876 marca o início do segundo período temporal estudado, que se estendeu até 1925, compreendendo 49 anos de história construtiva do recorte físico espacial da pesquisa. Neste segundo período, havia em torno da Praça Coronel Pedro Osório 39 construções. Dez destes edifícios tiveram origem no primeiro período temporal estudado, estabelecido entre os anos de 1835 e 1875, e as demais construções foram erguidas a partir de 1876 nos lotes que envolveram a Praça central.

4.1. Contexto histórico e social

A realidade socioeconômica do Município, nesta segunda etapa estudada, apresentava a urbe em franco desenvolvimento. Esta prosperidade passou a ser percebida a partir da segunda metade da década de 70 do século XIX, e representou para a cidade de Pelotas um período de expansão e consolidação de seu crescimento econômico, cuja retomada acontecera poucos anos antes do término da Revolução Farroupilha.

Neste período, a área das charqueadas voltou a ser o núcleo de maior circulação monetária e de acumulação de capitais dentro da Província. Conforme descreveu o pesquisador Alvarino da Fontoura Marques, o restabelecimento da concorrência com as charqueadas platinas após o fim das guerras de Oribe e Rosas, a proibição do tráfico negreiro e a inclusão das estâncias do norte da Província como fornecedoras de gado para o abate fomentaram a remodelação da fabricação saladeiril. (MARQUES, 1987).

Para a historiadora Sandra Pesavento, a introdução de novas tecnologias e relações de trabalho assalariado igualmente promoveram a modernização destas indústrias. Logo surgiram estabelecimentos complementares de curtumes e fabricas de velas e sabão. Como consequência deste crescimento fabril periférico, foram intensificadas as operações de crédito e de transações bancárias. (PESAVENTO, 1984).

O êxito e a articulação destes setores produtivos provocaram um processo de urbanização amplo e acelerado. A classe de charqueadores, enriquecida, aos poucos transferiu suas residências e famílias para o centro urbano, ajudando a edificar a cidade com exemplares de arquitetura bastante requintada. Igualmente, este grupo de empreendedores investiu em prédios para aluguel e incentivou a construção de infraestrutura urbana. Entre os anos de 1873 e 1875 foram executadas as obras públicas de instalação das redes de água e gás encanado, bem como a pavimentação das ruas do centro da cidade.

Em 1880, por conta deste desenvolvimento urbano e econômico, Pelotas possuía 21.258 habitantes, praticamente a mesma população de Porto Alegre e São Paulo. (MAGALHÃES, 1993 e CUNHA, 1928).

A estabilidade financeira alcançada pelo município haveria de manter o desenvolvimento urbano da cidade por mais uma década. A partir de 1890, entretanto, a produção saladeiril começava a entrar em declínio. No âmbito regional, a Revolução Federalista de 1893 quase inviabilizou o comércio de gado e, no contexto mundial, a instalação das indústrias frigoríficas veio definitivamente suplantar a produção dos estabelecimentos charqueadores. As atividades econômicas que substituíram em nível local as charqueadas não tiveram força suficiente para sustentar iguais padrões de prosperidade e riqueza, levando a cidade a entrar em um novo processo de estagnação econômica. (MAGALHÃES, 1993)

4.2. As Ocupações

Envolvidos neste contexto social foram erguidas as ocupações do segundo período temporal avaliado pela pesquisa. Nesta época, a área que circundava a Praça Coronel Pedro Osório já possuía 40 anos de história urbanizada e os 18 primeiros prédios, erguidos até 1875, gradativamente foram substituídos ou tiveram sua concepção original alterada. A movimentação construtiva nesta região da cidade apresentava ritmo acelerado, e novas e imponentes edificações começavam a ser edificadas.

Tais construções foram identificadas a partir de 1878. Neste ano o palacete de nº 08 era construído para servir de residência a Francisco Antunes Maciel e Francisca de Castro Moreira, e um ano mais tarde, em 1879, foi

edificado o Palacete de nº 06 para seu irmão, Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luis, e sua esposa Cândida Moreira Castro. A autoria destas obras, no entanto, não foi comprovada. (CHEVALIER, 2002).

Ainda na década de 70 do século XIX, era erguida a casa do Sr. Pinto da Rocha, projetada pelo arquiteto italiano José Isella. Esta obra ocupou o lote de nº 104, no qual no período anterior existia uma residência de propriedade do Sr. João Rodrigues Ribas. Nesta década foi também executada a modernização do palacete de nº 02, de propriedade de Alfredo Gonçalves Moreira, cuja obra alterou sua linguagem arquitetônica. Tal remodelação igualmente foi realizada por Isella (CHEVALIER, 2002). Ambos os projetos podem ser identificados nas figuras 30 e 31.

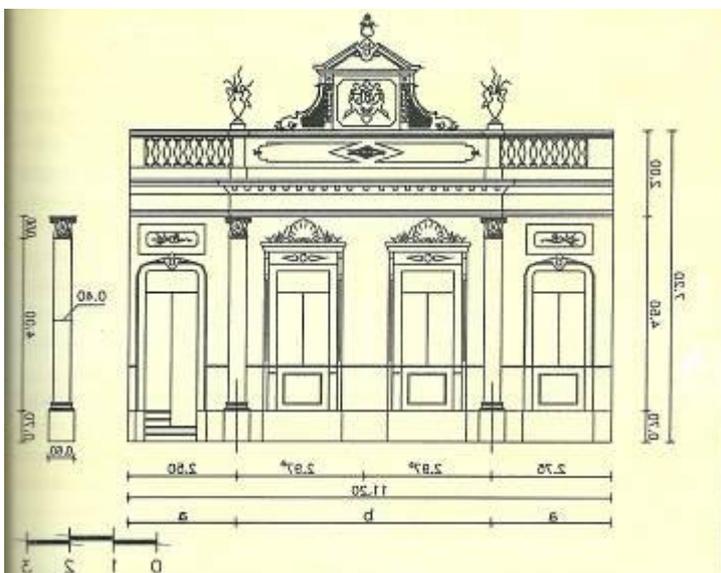


Figura 30- Projeto da Fachada da Residência do Sr. Pinto da Rocha. Fonte: CHEVALLIER, C. **Vida e obra de José Isella:** Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p 148.

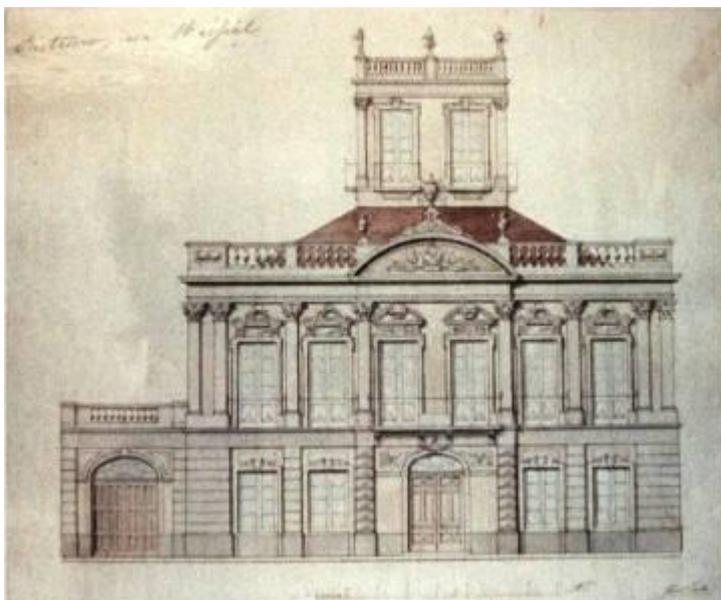


Figura 31- Projeto da Remodelação da fachada da residência do Sr. Alfredo Gonçalves Moreira. Fonte: CHEVALLIER, C. **Vida e obra de José Isella:** Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p 175.

A partir do primeiro ano da década de 80 do século XIX, conforme descreveu a arquiteta e urbanista Rosa Rolim de Moura no livro **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**, era executado o prédio do Paço Municipal - edifício nº 101. Esta edificação, construída por Carlos Zanotta, teve seu projeto elaborado pelo agrimensor Romualdo de Abreu e Silva (MOURA, 2002).

No ano de 1881, foram construídos dois importantes prédios institucionais. Estas construções foram identificadas como o primeiro salão da Biblioteca Pública Pelotense – edifício nº 103, inaugurado em 12 de março de 1881, cuja obra foi totalmente concluída somente em agosto de 1888, tendo concorrido para a elaboração deste projeto Dominique Pineau e José Isella. Na ata do dia 22 de setembro de 1878, ficou determinado, no entanto, que a comissão encarregada das obras da Biblioteca tinha optado, com algumas modificações, pelo projeto de José Isella. (CHEVALIER, 2002). Hoje este edifício sofreu alterações que o distanciaram de sua arquitetura original, estas características formais podem ser observadas no cartão postal reproduzido na figura 32.



Figura 32 - Biblioteca Pública Pelotense, Praça da Regeneração nº 103, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, s.d.

Fonte: Acervo de Fausto José Leitão Domingues.

O segundo edifício construído neste ano foi a sede do Clube Comercial. Sobre este edifício, o historiador Emmanuel de Bem descreveu que sua fundação ocorreu em 17 de agosto de 1881, em imóvel instalado no lote de nº 106, implantado na esquina da Praça Coronel Pedro Osório com a Rua General Vitorino (atual Rua Padre Anchieta), tendo como primeiro presidente o senhor

Francisco Alsina. (DE BEM, 2010). Atualmente este edifício não está mais presente na realidade urbana da cidade e integrou-se às arquiteturas ausentes da pesquisa. Porém sua presença no entorno da Praça foi resgatada através da aquarela de Dominique Pineau, publicada no livro **A cidade de Pelotas**, gravura reproduzida na figura 33.



Figura 33- Reprodução da aquarela de Dominique Pineau, em destaque o prédio do Clube Comercial. Praça Dom Pedro II nº 106, atual Praça Coronel Pedro Osório Pelotas, RS, 1883.

Fonte: OSÓRIO Fº, Fernando Luis. **A cidade de Pelotas**: Corpo Coração e Razão. Pelotas: Diário Popular, 1922, s. p.

Por intermédio das análises realizadas no mapa de 1882, elaborado e ilustrado por Hugo Bergamini, que trazia representado o mapeamento das construções edificadas no parcelamento elaborado para a cidade, foi possível documentar a existência de oito prédios. Estas construções foram identificadas como a residência da família Moreira, construída no lote onde hoje está edificado o prédio de nº 52, reconhecido como edifício Embaixador; uma residência de linguagem eclética, construída no lote atualmente ocupado pelo edifício da farmácia - edifício nº 61/61A; o prédio comercial denominado Casa Louvre, estabelecido no lote que hoje abriga o edifício de nº 67; dois edifícios de linguagem eclética, implantados nos lotes de nº 154 e 156, que no momento atual estão integrados aos lotes dos Bancos Santander e Bradesco; o prédio comercial de nº 164 da Casa Coates, instalado na esquina da Praça com a Rua dos Canários (hoje Rua Quinze de Novembro); o sobrado ocupado por um Hotel, localizado na esquina da atual Rua Félix da Cunha com a Rua São Jerônimo (atual Rua Princesa Isabel), onde hoje se encontra estabelecido o edifício Urbano

Oliveira - edifício nº 606, e a casa de propriedade da família Amarante, agora ocupada pelo restaurante Teia - edifício nº 63. Esta última construção foi a única dos oito edifícios, identificados a partir do mapa de 1882, que se encontra presente até os dias atuais, os demais prédios se constituíram em arquiteturas ausentes no entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

As datas de construção destes prédios não foram determinadas pela pesquisa, porém, como estes se encontravam demarcados no mapa de 1882, o estudo das arquiteturas ausentes fixou como período de nascimento destas construções os anos anteriores a data de confecção do mapa. No detalhe do mapa da figura 34 é possível visualizar as oito construções.



Figura 34 – Detalhe do recorte físico espacial da pesquisa elaborado a partir da Planta da cidade de Pelotas em 1882

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – Secult.

Entre os anos de 1884 e 1889, ainda seriam edificadas a residência do senador Joaquim Augusto de Assumpção - edifício nº 570, retratada na figura 35. (GUTIERREZ, 2010), e o sobrado residencial e comercial de propriedade do Sr. Antônio Raimundo Assumpção, no qual se estabeleceu a casa comercial Torre Eiffel – edifício nº 04 - situada na esquina da Rua São Jerônimo (hoje Rua Marechal Floriano) com a atual Rua Quinze de Novembro, considerado o último projeto de Isella na cidade e hoje ausente na realidade urbana do Centro Histórico de Pelotas (CHEVALIER, 2002). Tal sobrado pode ser identificado na figura 36.



Figura 35 – Residência do Senador Joaquim Augusto de Assumpção, Rua Félix da Cunha nº 570, esquina com a Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, s.d.
Fonte: Acervo de Mogar Pagana Xavier.



Figura 36 – Sobrado do Sr. Antônio Raimundo Assumpção. Rua São Jerônimo nº 04, atual Rua Marechal Floriano esquina com a Rua Quinze de Novembro. Pelotas, RS, 1916.
Fonte: DOMEQ, Ramon Monte. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Estabelecimento Graphico Thomas, 1916, p 302.

No final do século XIX, por volta de 1898, sobre os alicerces da igreja matriz inacabada, passaram a ser edificados pequenos prédios comerciais e casas de renda de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Francisco de Paula. Afirma a arquiteta e urbanista Carmem Vera Roig que no lote original da igreja foram construídos 32 prédios. Quatro destes edifícios se implantaram com frente para a Praça Coronel Pedro Osório e puderam ser

identificados iconograficamente, conforme registra a fotografia reproduzida na figura 37. Na década de 1980, estas construções foram demolidas, para em seu terreno ser implantado o complexo residencial Praça XV. (ROIG, 1997)



Figura 37 – Casas Comerciais da Irmandade São Francisco de Paula. Praça Coronel Pedro Osório nº 129, 131, 151 e 155. Pelotas, RS, 1923.

Fonte: Acervo Viva o Charque. Disponível em http://www.vivaucharque.com.br/albuns/postais_pelotas/postais5/postais5.htm

O início do século XX carregou consigo o incremento da atividade construtiva ao redor da praça da cidade. A partir de 1904, executaram-se a residência de nº 05, de propriedade de Francisco de Sá Rheingantz e Maria Augusta de Assumpção Rheingantz, hoje ausente na realidade urbana da cidade, e a sede do Clube Caixeiral - edifício nº 106, cujo terreno anteriormente abrigava o Clube Comercial. Ambas as construções foram edificadas pelo arquiteto italiano Caetano Casaretto (BRAUNER, LAMARE E SILVA, 2000 e CHEVALIER, 2002).

Dois anos depois, em setembro de 1906, a Intendência Municipal aprovou o projeto para a construção da residência de Noêmia de Assumpção Osório e Pedro Luís Osório - edifício de nº 07, igualmente edificada por Caetano Casaretto. Implantada na esquina da Praça com a Rua General Vitorino (hoje Rua Padre Anchieta), esta residência atualmente integra as ausências arquitetônicas do Centro Histórico de Pelotas, e em seu terreno encontra-se construído o edifício Barão de Jarau. Sua construção, juntamente com a residência lindeira de nº 05, podem ser observadas na figura 38. (BRAUNER, LAMARE E SILVA, 2000).



Figura 38 – Residências da Praça Coronel Pedro Osório nº 07 e nº 05. Pelotas, RS, s.d.
 Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues.

Ainda no ano de 1906, por intermédio dos dados iconográficos resgatados nas cenas urbanas reproduzidas em cartões postais, passaram a ser conhecidas a existência dos sobrados geminados de uso misto – edifícios nº 54 e 58, e da casa do Coronel Alberto Rosa – edifício nº 66. Da mesma forma, foram reconhecidas por meio destes registros as remodelações arquitetônicas realizadas nos edifícios ocupados pelo Hotel Brasil – edifício nº 162 – e pela casa Coates – edifício nº 164. Dentre estas construções, apenas a fachada em ruínas do edifício nº 58 sobreviveu até nossos dias, os demais prédios fazem parte das ausências arquitetônicas apontadas pela pesquisa e podem ser observados nos cartões postais reproduzidos nas figuras 39 e 40.



Figura 39 – Residência do Cel. Alberto Rosa nº 66 e sobrados geminados nº 54 e nº 58. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS. 1906
 Fonte: Acervo de Cartões Postais de Fausto José Leitão Domingues



Figura 40 – Prédios Comerciais Casa Coates nº 164 e Hotel Brasil nº 162. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1906

Fonte: Acervo de Cartões Postais de Fausto José Leitão Domingues

Em 1911, conforme descreveu a historiadora Heloísa Assumpção Nascimento na publicação **Nossa cidade era assim**, foram construídas por Caetano Casaretto as casas gêmeas de nº 01 e 03, cujos projetos vieram da Inglaterra via Argentina. Neste ano ainda edificou-se o Teatro Politeama Pelotense. Este teatro, que se constitui em mais uma das ausências arquitetônicas identificadas pela pesquisa, ocupou o terreno onde hoje está implantado o prédio do Grande Hotel – edifício nº51. (NASCIMENTO, 1989 e NASCIMENTO, 1999)

Um ano depois, em 1912, erguia-se o segundo pavimento da Biblioteca Pública Pelotense, projetado por Caetano Casaretto e executado por Severo Gonçalves, conforme planta nº 133 de 1912, representada na figura 41.



Figura 41- Projeto da Fachada da Biblioteca Pública Pelotense, com a ampliação do segundo pavimento.

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Gestão Urbana. Planta nº 133 de 1912.

A partir de 1916, intensificou-se o processo de remodelação arquitetônica dos edifícios que haviam sido construídos no primeiro período temporal do estudo. Na iconografia pesquisada, foram identificadas, naquele ano, as alterações de linguagem arquitetônicas no prédio nº 152, implantado na esquina da Praça com a Rua General Vitorino (atual Rua Padre Anchieta), conforme registra a figura 42. A Casa do General Osório – edifício nº 55 já apresentava elementos da linguagem eclética da arquitetura e o Teatro Sete de Abril – edifício nº 160 – era submetido a reformas que alteraram toda sua concepção original. Destacamos que dentre estas construções somente o Teatro sobreviveu para chegar à atualidade.

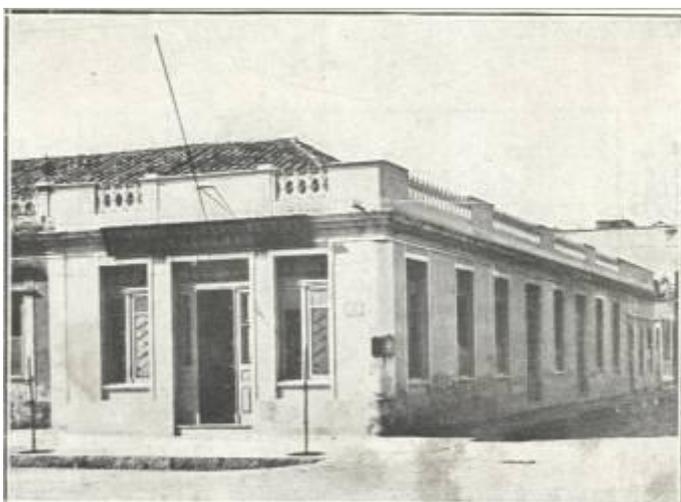


Figura 42- Prédio da Sociedade Marítima e Terrestre. Praça Coronel Pedro Osório, nº 152. Pelotas, RS. 1922.

Fonte: CARRICONDE, C. **Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil**. Pelotas: s. ed, 1922, s.p.

A sequência de alterações construtivas teve continuidade nos anos que se seguiram. No anuário **Almanaque de Pelotas**, foi possível identificar, no ano de 1917, a execução do segundo pavimento do Hotel Brasil - edifício nº 162, hoje demolido. (ALMANACH DE PELOTAS, 1917)

Dois anos mais tarde, em 1919, observa-se a alteração de linguagem arquitetônica executada na sede do Clube do Comércio - edifício nº 158, atualmente ausente na realidade urbana da cidade, e em 1921, conforme os registros documentais arquivados na Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas, era aprovado o projeto de alteração de linguagem arquitetônica do comércio e da residência da Sra. Moreira Lopes, proprietária da

Empresa de Pompas Fúnebres – edifícios nº 62 e 64. (SGMU, 1921). As figuras 43, 44 e 45 identificam estas construções.



Figura 43- Hotel Brasil e Teatro Sete de Abril. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1917. ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Ferreira e Cia, 1917, s.p.



Figura 44- Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Em destaque o Prédio do Club do Comércio, nº 158. Pelotas, RS. 1919.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS. SECULT - Acervo Digital Eduardo Arriada



Figura 45- Empresa de Pompas Fúnebre. Praça Coronel Pedro Osório nº 62 e 64. Pelotas. RS. s.d.

Fonte: Acervo de Cartões Postais de Mogar Pagana Xavier

A última ocupação estabelecida neste segundo período temporal analisado foi identificada em 1922. Trata-se do prédio comercial da Casa Hercílio – edifício nº 205, cuja execução ocupou parte do lote, onde no período anterior se encontrava edificada a Garagem da Empresa Ferro Carril e Caes de Pelotas, destinada ao transporte de bondes à tração animal, promovendo o parcelamento do lote original. Esta edificação, executada com base na linguagem eclética da arquitetura, hoje integra as ausências arquitetônicas estabelecidas pela pesquisa e pode ser observada na figura nº 46.



Figura 46- Vista da Praça Coronel Pedro Osório. Em destaque o Prédio da Casa Hercílio, nº 205. Pelotas, RS, 1922.

Fonte: Acervo de Cartões Postais de Mogar Pagana Xavier – coleção Pelotas Memória.

As construções e remodelações identificadas entre os anos de 1876 e 1925 resultaram em 41 movimentações construtivas. Algumas destas movimentações ocorreram no mesmo edifício, ocasionadas por acréscimo de pavimento ou alterações de linguagem arquitetônicas, outras aconteceram no mesmo lote, ocasionadas por ausência arquitetônica dentro do segundo período temporal analisado.

Assim, no ano de 1925, 29 novas construções e dez prédios construídos no primeiro período temporal da pesquisa, oito destes remodelados entre os anos de 1876 e 1925, estavam edificadas em torno da Praça Coronel Pedro Osório. No mapa da figura 47 podemos identificar a localização dos 39 edifícios construídos.

parcelamento, identificado no entorno da Praça Coronel Pedro Osório entre os anos de 1876 e 1925, seguiu a conformação estabelecida nos primeiros anos de urbanização da área, e o micro parcelamento original foi submetido a fracionamento em alguns lotes.

Os terrenos implantados nos primeiros anos de urbanização da área mantiveram, neste segundo período temporal estudado, seu formato retangular, com testadas estreitas, comprimento de aproximadamente meia quadra e faces voltadas para a Praça, conforme foram inicialmente implantados. Apenas quatro destes terrenos originais sofreram desmembramentos, dando origem a novos lotes. Uma área original foi submetida à remembramento.

Nascem assim os terrenos que abrigariam o Palacete de nº 06, desmembrado do lote nº 08; o prédio de uso misto de nº 58, desmembrado do lote nº 54; e as diversas casas de renda da Irmandade São Francisco de Paula, cujos terrenos foram parcelados da área destinada à Igreja Matriz. Quatro destes lotes apresentaram testadas voltadas para a Praça Coronel Pedro Osório e receberam os nº 129, 131, 151 e 155. O lote de nº 106 foi lembrado para receber o prédio do Clube Comercial e o terreno de nº 205, no qual anteriormente se encontrava edificada a Garagem de Bondes à tração animal, foi fraccionado para abrigar o prédio da Casa Hercílio, construída no lote inicial, porém com dimensões reduzidas.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX intensificou-se a ocupação do entorno da Praça. Novos terrenos foram demarcados nos quarteirões anteriormente ociosos e, a partir de 1911, as faces de quadras que circundavam este jardim passavam a apresentar 39 terrenos delimitados e totalmente edificadas.

Os novos lotes seguiram a conformação de terrenos estabelecida nas primeiras demarcações, mantendo assim as configurações do micro parcelamento inicialmente adotado.

Os quarteirões que envolveram a Praça, e que nos primeiros anos de urbanização possuíam apenas 18 lotes demarcados, tiveram, neste segundo período analisado, sua ocupação acrescida com mais 21 terrenos. A densidade ocupacional desta região cresceu 116%, sendo este o maior parcelamento de

solo que a área da pesquisa recebeu. Nos anos seguintes esta ocupação viria a ser reduzida devido à série de unificações que o entorno da Praça abrigaria.

4.4. Uso e Propriedade

Seguindo a tendência apresentada no início da urbanização da área, as construções existentes ao redor da Praça, entre os anos de 1876 e 1925, possuíram usos diversos e estiveram vinculadas basicamente à propriedade privada.

Os edifícios remanescentes do primeiro período temporal estudado mantiveram, salvo raras exceções, seus usos iniciais. Apenas os prédios originalmente ocupados pela Câmara Administrativa e pela Escola Pública apresentaram alterações de uso. O primeiro, de acordo com os relatos do escritor João Simões Lopes Neto na **Conferência sobre a Cidade de Pelotas**, passou a abrigar a sede do Clube do Comércio (BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE, 1905), e o segundo, conforme registra a iconografia pesquisada, foi modernizado para receber as primitivas instalações do Hotel Brasil, contudo permanecendo em posse da propriedade privada.

O incremento construtivo apresentado a partir de 1876 fez com que surgissem novos edifícios, restritos a propriedade privada e com uso exclusivamente residencial, cuja imponência das construções começava a materializar a elitização da área ao redor da Praça. Nasceram 12 novas residências que, somadas a cinco construções igualmente residenciais erguidas no período anterior, totalizavam 17 casas de moradia existentes neste entorno até o ano de 1925.

Quatro destes imponentes exemplares da arquitetura residencial, executadas entre os anos de 1904 e 1911 pelo arquiteto italiano Caetano Casaretto, podem ser identificados na figura nº 48, na qual foram representadas as casas gêmeas de nº 01 e nº 03, a residência de nº 05 (implantada no lote hoje ocupado pelo edifício Assumpção Reinghantz – edifício nº 05) e a residência nº 07, que ocupava o lote onde hoje se encontra construído o edifício Barão de Jarau – edifício nº 07. Todos os quatro edifícios pertenciam a membros da família Assumpção. Dentre estes prédios, apenas as casa gêmeas de nº 01 e nº 03 sobreviveram até a atualidade.



Figura 48- Residências nº 01 e 03, 05 e 07 da Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas RS, 1916.

Fonte: ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Ferreira e Cia, 1916, s.p.

Modestamente, os prédios de uso misto foram igualmente se estabelecendo na área pesquisada. O comércio no pavimento térreo e a habitação no pavimento superior passavam a ser uma nova forma de ocupação das construções, antes rigidamente distintas. Sob esta concepção de edifício foram construídos os sobrados geminados de nº 54 e 58 e o prédio da loja Torre Eiffel, edificado onde hoje está construído o edifício de lojas comerciais, situado a Rua Marechal Floriano nº 04.

O comércio, que nos primeiros anos de urbanização da área encontrava-se timidamente instalado, teve seu uso intensificado. A casa de Pompas Fúnebres, edifício nº 64; a casa Louvre implantada no lote nº 67; a Casa Coates, edificada no lote nº 164; a Casa Hercílio, construída no lote nº 205 e os quatro edifícios para uso comercial pertencentes à Irmandade São Francisco de Paula, nos quais no lote nº131 funcionou o 2º Tabelionato, que a época era propriedade do escritor João Simões Lopes Neto, e no lote nº155 se estabeleceu a Confeitaria Brasil, representavam as atividades comerciais precursoras que iriam gradativamente transformar as características de ocupação da área. Na imagem da figura 49, que resgata a movimentação urbana promovida por estes estabelecimentos, podemos observar o edifício onde funcionou a Confeitaria Brasil.



Figura 49- Confeitaria Brasil Praça da República nº 155, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas RS, 1922

Fonte: CARRICONDE, C. **Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil**. Pelotas: s. ed, 1922, s. p.

Os usos institucionais estavam condicionados aos edifícios destinados ao Paço Municipal – edifício nº 101, à Biblioteca Pública Pelotense – edifício nº 103 e ao Clube do Comércio – edifício nº 158. Destes três edifícios, apenas o Clube do Comércio encontrava-se estabelecido em propriedade privada, estando os demais assentados sobre terrenos públicos, doados a população pela antiga posseira, Dona Mariana Eufrasia da Silveira.

Comércio de serviços e recreação também se instalaram no entorno da Praça. O Teatro Sete de Abril, construído em 1833, somou-se ao Teatro Politeama Pelotense, edificado no lote nº 151, no qual hoje está implantado o prédio do Grande Hotel. Clubes sociais e hotéis igualmente foram edificados ou adaptados em prédios existentes, compondo um cenário bastante diverso. A área ao redor desta Praça adquiria ares de centro político, comercial e social, destacando-se no cenário da cidade.

Os lotes que receberam os edifícios de nº 154 e nº156 não tiveram seus usos identificados, mas de acordo com as características construtivas adotadas por suas construções, possivelmente tratavam-se de residências unifamiliares. Atualmente estes terrenos foram unificados a lotes lindeiros, desaparecendo da realidade urbana da cidade.

Nos usos identificados, as construções residenciais representaram 36,59% das edificações existentes, as construções de uso misto 7,32%, as

construções comerciais 24,39%, os prédios institucionais 9,76% e ocupações de recreação e serviços como os teatros e clubes 17,07%, conforme podemos verificar no gráfico da figura 50.

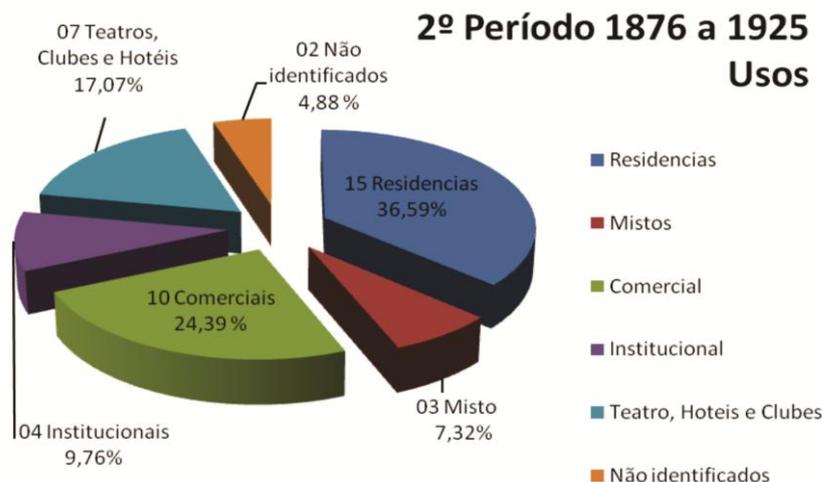


Figura 50 – Gráfico dos usos do período de 1876 a 1925.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa.

Observamos que até o ano de 1925, mesmo com toda a diversidade ocupacional que a área começava a alcançar, a prevalência das residências unifamiliares persistia, da mesma forma que perdurava a posse destes terrenos, basicamente vinculados à propriedade privada.

4.5. Linguagem

As últimas décadas do século XIX trouxeram consigo um novo padrão de construção para o entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Nascia, neste período, um renovado tipo de edifício, fundamentado na linguagem eclética da arquitetura.

O rompimento com o antigo modelo construtivo foi impulsionado pelas transformações econômicas e sociais vivenciadas pela cidade, as quais provocaram o desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar adotados pela arquitetura luso-brasileira.

Assim, a posição econômica favorável alcançada pela urbe, obtida por intermédio das exportações de charque, permitiu a importação de materiais de construção e mão-de-obra especializada, fato que possibilitou a modernização da maneira de edificar os prédios erguidos ou reformados, sobretudo a partir da década de setenta do século XIX.

A diminuição do trabalho escravizado foi igualmente propulsora para a modificação da maneira de morar e edificar estas construções. As formas de uso das habitações já não estavam apoiadas no sistema servil e a qualificação da mão-de-obra seria alcançada com a presença de imigrantes que, contratados como trabalhadores assalariados, respondiam pelas alterações das técnicas construtivas adotadas nesta época.

Devemos salientar, ainda, que as mudanças na forma de conceber estas construções não se restringiram às técnicas e materiais construtivos. Gradativamente, nos imóveis do entorno da Praça, começaram a ser identificadas pequenas alterações na relação entre o edifício e lote que, aos poucos, se libertava de seus limites.

Os prédios foram afastando-se das divisas laterais do terreno, porém se conservavam frequentemente sobre o alinhamento da via pública. Materializava-se a presença de jardins laterais e centrais, fato que possibilitou introduzir um elemento paisagístico à arquitetura e permitiu maior iluminação e ventilação nestas construções, eliminando a utilização de alcovas. A adoção destes recuos na implantação dos edifícios resultou no aparecimento de vazios sobre o alinhamento, contribuindo para que sutilmente se alterasse o marcante traçado luso-brasileiro.

No conjunto de edifícios residenciais construídos no final da década de 70 do século XIX, retratado no cartão postal reproduzido na figura 51, é possível reconhecer estas alterações de ocupação das construções no lote.



Figura 51- Residências nº 08, 06 e 02 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS. 1906.
Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues

As moradias edificadas no entorno da Praça a partir destes novos conceitos construtivos ficaram conhecidas como casas de porão alto e representavam, conforme descreveu Reis Filho, uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas erguidas no primeiro período de ocupação da área. (REIS FILHO, 1987).

A concepção destes edifícios, ainda de frente para a rua, permitia aproximar as residências da via sem os defeitos das casas térreas de linguagem luso-brasileira, graças aos porões elevados. Neste caso, para solucionar o problema de desnível entre o piso da habitação e o passeio, surgia uma pequena escada e, em seguida, a porta de entrada que conduzia a um hall, para somente após ter-se acesso a uma porta quebra vento que levava ao interior da edificação.

A presença dos equipamentos importados insinuava-se, nestas construções, através do uso de platibandas que substituíam os velhos beirais por condutores ou calhas; na existência de vasos e estátuas de louça portuguesa a marcar a fachada sobre as platibandas; na execução de sacadas com grades de ferro fundido de procedência estrangeira e no aparecimento de novas soluções de caimentos de telhado para as coberturas. Estas características arquitetônicas representavam uma renovação dentro dos velhos moldes construtivos e podem ser identificadas no palacete nº 06 da Praça Coronel Pedro Osório, na figura 52.



Figura 52- Palacete. Praça Cel. Pedro Osório nº 06. Pelotas, RS, 2002.
Fonte: Acervo Mogar Pagana Xavier

As fachadas incorporaram esquemas de composição tripartida – embasamento, corpo e coroamento – e uma grande variedade de ornamentos derivados da arquitetura clássica, que remetia ao mundo greco-romano da Antiguidade. Na cidade, passou a existir o predomínio de uma linguagem arquitetônica que o doutor em arquitetura Andrey Schlee convencionou chamar de “Ecletismo Historicista”, na qual se buscava adotar modelos arquitetônicos pertencentes a algum período do passado. Esses modelos faziam referência principalmente aos elementos do Renascimento italiano e, logicamente, à tradição clássica. (SCHLEE, 1993).

Para estes esquemas compositivos, conforme relatou Schlee, empregou-se como ornamentação basicamente uma variação da ordem compósita, apresentando cinco folhas de acanto estilizadas divididas em dois níveis e encimadas por duas volutas, além de dois esquemas gerais de composição de fachadas que variavam segundo o número de aberturas da construção. (SCHLEE, 1993).

Todo o incremento construtivo que acontecia na cidade desencadeou a necessidade do poder público elaborar um novo regramento para as construções que seriam edificadas ou reformadas. Da mesma forma, tornava-se indispensável estabelecer normas de respeito entre estas construções e os sistemas de infraestrutura urbana que começavam a ser executados: redes de abastecimento de água e esgotos pluviais. Os antigos códigos de posturas policiais não mais satisfaziam a realidade urbana ora apresentada.

Assim, em 1915, foi aprovado pela Intendência Municipal de Pelotas o **Código de construções e reconstruções do Município**, que tinha a função de orientar e legitimar questões de conforto, higiene e segurança dos edifícios construídos na cidade.

Sob a égide deste código foram regulamentados aspectos construtivos que já haviam sido adotados pelos construtores na cidade, mas que, a partir de sua aprovação, passaram a ter caráter de exigência legal. Esta lei permitiu o uso de recuos nas construções, estabeleceu a obrigatoriedade de platibanda nos prédios edificadas junto ao alinhamento predial e determinou a execução de cantos chanfrados nos edifícios implantados nas esquinas de quarteirão. Nota-se, nesta legislação, a evidente preocupação com a higiene e a segurança das

moradias. A proibição do uso de estruturas de sustentação em madeira, os cuidados com o isolamento entre o edifício e o passeio público, que deveriam obedecer a um desnível mínimo de 20 cm, e a necessidade de ventilação e revestimentos adequados em todos os compartimentos evidenciavam a intenção de proporcionar um aprimoramento na qualidade construtiva dos edifícios. (PELOTAS, 1915).

Para Heloisa Nascimento, os prédios produzidos neste período representavam uma arquitetura própria da cidade. A historiadora ainda conclui que essa arquitetura peculiar à Pelotas desde cedo se imbuíu do gosto pela cultura europeia e deu vazão a tal tendência, acolhendo os arquitetos e construtores José Isella e Guilherme Marcucci. No final do século XIX e início do século XX, modelos desta linguagem igualmente foram usados pelo construtor de origem italiana Caetano Casaretto. (NASCIMENTO, 1989).

No intervalo temporal entre os anos de 1876 e 1925, dos edifícios que se encontravam construídos ao redor da Praça central, dez prédios foram projetados ou executados por mestres italianos ou seus descendentes. Esta contribuição correspondeu a 25,00% de área edificada ao redor da Praça Coronel Pedro Osório e se materializou especialmente na produção arquitetônica executada pelos construtores José Isella e Caetano Casaretto.

Sob a orientação de José Isella, remodelou-se a residência de nº 02, construiu-se o primeiro pavimento da Biblioteca Pública Pelotense - edifício nº 103, e executou-se o sobrado de uso misto da loja Torre Eiffel. (CHEVALIER, 2002).

Filho do arquiteto italiano Jerônimo Casaretto, Caetano Casaretto foi responsável pela execução das residências geminadas nº 01 e nº 03. Caetano também projetou e construiu as casas de nº 05 e nº 07, o segundo pavimento da Biblioteca Pública Pelotense – edifício nº 103 e a sede do Clube Caixeiral – edifício nº 106. (NASCIMENTO, 1989 e CHEVALIER, 2002).

Nas figuras 53 e 54 foi possível observar os edifícios do Paço Municipal, da Biblioteca Pública Pelotense e do sobrado da loja Torre Eiffel. Este sobrado, construído no lote que hoje abriga um conjunto comercial – edifício nº 04 da Rua Marechal Floriano, foi considerado o último prédio executado por Isella em Pelotas, e hoje integra as ausências arquitetônicas pesquisadas.



Figura 53- Prédios da Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório. Paço Municipal nº 101 e Biblioteca Pública Pelotense nº 103, com apenas um pavimento. Pelotas, RS, 1908.
Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues



Figura 54- Sobrado da Loja Torre Eiffel Rua São Jerônimo nº 04, atual Rua Marechal Floriano esquina Rua Quinze de Novembro. Pelotas, RS, 1902
Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues.

Os edifícios institucionais, produzidos por Casaretto podem ser identificados nas figuras 55 e 56.



Figura 55- Biblioteca Pública Pelotense – Praça da República nº 103, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1922.
Fonte: CARRICONDE, C. **Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil.** Pelotas: s. ed, 1922, s.p.



Figura 56- Sede do Clube Caixeiral Praça da República nº 106, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS. s.d.

Fonte: Acervo de cartões postais de Fausto José Leitão Domingues

No entanto, alguns edifícios estabelecidos neste segundo período temporal não seguiram o modelo construtivo alicerçado nos fundamentos da linguagem eclética. Estas raras exceções foram identificadas em quatro construções, sendo estas o sobrado ocupado por um hotel, implantado no lote que hoje abriga o edifício Urbano Oliveira - edifício nº 606, cuja construção seguiu os conceitos estabelecidos pela linguagem luso-brasileira; o Teatro Politheama Pelotense, edificado no lote onde está construído o Grande Hotel - edifício nº 51, o qual se constituía de um pavilhão em madeira; as remodelações arquitetônicas do Teatro Sete de Abril - edifício nº 160 e da Casa de Pompas Fúnebres – edifícios nº 62 e 64, que incorporaram o caráter simbólico da arquitetura *art nouveau*.

No prédio do Teatro este caráter se encontra representado nos ornamentos relacionados com a função do edifício – máscaras, liras, violas e um tarol – e na marquise trabalhada em ferro que, desenhada em linha sinuosas, igualmente apresenta as peculiaridades da linguagem *art nouveau*. Na empresa de Pompas Fúnebres, a platibanda cega adornada por palmas e as volutas da mesma forma remetia ao predomínio desta linguagem.

O Hotel e o Teatro Politheama hoje integram as ausências arquitetônicas da pesquisa e, juntamente com a casa de Pompas Fúnebres, podem ser observados nas imagens das figuras 57 e 58.



Figura 57- Vista da Rua Félix da Cunha em destaque o Sobrado nº 606 e a Casa de Pompas Fúnebre nº 62 e 64. Pelotas, RS, s.d..

Fonte: Acervo de cartões postais Mogar Pagana Xavier



Figura 58- Vista da Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, em destaque o edifício do Teatro Politeama Pelotense. Pelotas, RS, início do século XX.

Fonte: Acervo Mogar Pagana Xavier

Além destas quatro construções, existiram dois prédios comerciais que inicialmente foram edificados com base nos conceitos luso-brasileiros da arquitetura. Tratava-se dos prédios comerciais da Casa Louvre e da Casa Coates, implantados nos lotes nº 67 e nº 164, construídos antes de 1882. Estes edifícios, porém, foram submetidos, nos primeiros anos do século XX, a remodelações arquitetônicas absorvendo as características da linguagem clássica.

Verificamos assim que dos 39 prédios existentes no entorno da Praça neste segundo período estudado, apenas quatro edifícios não estavam alicerçados nos fundamentos do ecletismo historicista identificado por Schlee.

4.6. Situação da construção e Estágio de preservação.

O segundo período temporal analisado pela pesquisa resgatou a fase de maior diversidade ocupacional ocorrida no recorte físico espacial apreciado.

Houve, neste período, 41 movimentações construtivas nos 39 lotes existentes ao redor da Praça.

Estas movimentações se desenvolveram na forma de 30 novos edifícios, que se somaram as demais construções edificadas no primeiro período temporal estudado. Apenas o edifício de nº 55, no qual residiu o Gen. Osório, não teve sua situação de construção definida. Os dados documentais da pesquisa não esclareceram se tal edifício foi uma nova construção implantada na área ou se passou por um processo de remodelação.

Quatro lotes apresentaram duas ocupações dentro deste período, evidenciando o incremento construtivo que a área alcançara. O lote do Clube Caixeiral, edifício nº 106, recebeu duas construções: a sede do Clube Comercial, no ano de 1881, que logo foi demolida para em 1904 ser edificado o edifício que até hoje abriga o Clube Caixeiral.

No ano de 1882, o prédio do Hotel Brasil, construído no lote nº 162, sofreu alteração de linguagem arquitetônica e, anos mais tarde, seria submetido a acréscimo de um pavimento em altura.

Também neste ano de 1882, identificou-se a construção da loja Casa Coates, erguida no terreno de nº 164. Esta loja, no início do século XX, ainda receberia alteração de linguagem arquitetônica, adquirindo elementos que caracterizaram os edifícios ecléticos do período.

O prédio de nº 103, construído em 1888 para ser a sede da Biblioteca Pública Pelotense, também apresentou uma segunda alteração construtiva, em 1912, quando executou-se o segundo pavimento no edifício.

Das 41 ocupações estabelecidas neste período, apenas 16 edifícios permanecem edificados na realidade urbana atual. A dinâmica constante imposta a vida da cidade provocou, entre os edifícios presentes no segundo período temporal estudado, 25 óbitos arquitetônicos.

Estas ausências decorreram principalmente da demolição da construção para que outro edifício ocupasse seu lugar, evidenciando as premissas de Luis Amorin, que classifica esta morte como uma morte anunciada. Amorim ainda destaca que esta é a rainha das mortes arquitetônicas, estabelecida na lei dos homens segundo a qual trocar uma arquitetura por outra é um bom negócio. (AMORIM, 2011).

Para Amorin, também as remodelações sofridas pelos edifícios devem ser consideradas mortes arquitetônicas, pois a construção original morre para dar vida a um novo ente arquitetônico com características distintas, motivo pelo qual todas as alterações construtivas identificadas pela pesquisa foram consideradas como novas ocupações nos lotes.

Seguindo a classificação de Amorin, as ausências relacionadas a uma morte anunciada foram identificadas em seis exemplares residenciais e situaram-se nos lotes de nº 05, 07, 52, 66, 154 e 156.

Os registros iconográficos apresentados nas figuras 59 e 60 resgatam duas destas ausências: a residência da família Moreira, edificada no lote nº 52, e a moradia do Coronel Alberto Rosa, que se implantava no lote nº 66.



Figura 59- Residência da Família Moreira Praça da República nº 52, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, início do século XX.
Fonte: Biblioteca Pública Pelotense. Acervo CDOV - Coleção: Henrique de Moraes



Figura 60- Residência do Coronel Alberto Rosa. Praça Coronel Pedro Osório nº 66, Pelotas, RS, 1950.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS. SECULT - Acervo Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas.

A sequência de óbitos por intermédio de uma morte anunciada igualmente foi identificada em inúmeros prédios edificadas neste período.

O Teatro Politheama Pelotense foi demolido para em seu lugar erguer-se o prédio do Grande Hotel – edifício nº 51 – e o prédio de uso misto de nº 58 desapareceu para que hoje seu lote seja utilizado como estacionamento de veículos.

A sede do Clube Comercial deu lugar ao Clube Caixeiral – edifício nº 106 – e o prédio do Clube do Comércio – edifício nº158 – foi destruído e teve seu lote anexado ao terreno lindeiro, de forma a receber um edifício multifamiliar e uma instituição bancária.

Os prédios comerciais da Casa Louvre – lote nº 67, as Casas da Irmandade São Francisco de Paula – lotes nº 129, 131, 151e 155; a Empresa de Comércio Marítimos e Terrestres – lote nº 152; a Casa Coates – lote n 164 e a Casa Hercílio – lote nº 205, foram derrubados para que novas construções ocupassem seus lotes, integrando-se, portanto, as ausências arquitetônicas do período.

O Hotel Brasil – prédio nº 160, o hotel implantado no lote nº 606 da Rua Félix da Cunha e o sobrado de uso misto da loja Torre Eiffel, situado na esquina da Rua São Jerônimo (hoje Rua Marechal Floriano) com a Rua Quinze de Novembro, seguindo a tendência de transformação construtiva da área, foram substituídos por novas construções.

A figura 61 resgata a ausência construtiva do prédio que abrigou o Hotel Brasil, neste anuncio publicitário é possível identificar a linguagem eclética que dominava as construções à época.



Figura 61- Prédio do Hotel Brasil. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, nº 162. Pelotas, RS, 1922.

Fonte: CARRICONDE, C. **Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil.** Pelotas: s. ed, 1922, s.p.

De forma distinta ocorreu a ausência arquitetônica do sobrado geminado nº 54. Este edifício sofreu alterações em sua linguagem arquitetônica, descaracterizando seus elementos puramente ecléticos, e tempos mais tarde foi totalmente demolido. A figura 62 resgata sua construção.



Figura 62- Prédios geminados. Praça da República nº 54 e 58, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1920.

Fonte: ILLUSTRAÇÃO PELOTENSE. Pelotas: s.ed., 1920. Ano 2 nº 07, p 05.

Os edifícios que tiveram origem neste segundo período estudado e sobreviveram até a atualidade, uniram-se aos cinco prédios remanescentes do primeiro período, resultando em 16 edifícios que transportaram aos dias atuais a memória e a história construtiva concretizada em seus exemplares.

A classificação do estágio de preservação destas construções foi estabelecida a partir das intervenções às quais estes prédios ou seus lotes foram submetidos ao longo de sua existência.

Os imóveis reconhecidos como as residências geminadas de nº 01 e 03; a residência nº 63, onde atualmente se encontra instalado o Restaurante Teia, e a casa de nº 570, que serviu de morada ao Senador Joaquim Assumpção, sofreram acréscimos de área construída. Por conta destes acréscimos, tais construções, apesar de serem as primeiras ocupações destes lotes, se afastaram de sua configuração original, motivo pelo qual a pesquisa considerou o estágio de preservação dos mesmos como presente original alterado.

Os imóveis que apresentaram estágio de preservação reconhecido como presente atual são o prédio do Paço Municipal – edifício 101 e a sede da

Biblioteca Pública Pelotense – edifício nº 103, quando esta já apresentava concluído seu segundo pavimento. Estes edifícios se constituíram na segunda ocupação construtiva do lote, no entanto mantiveram íntegras suas arquiteturas originais.

Devemos salientar que o Casarão nº 02; a casa de Pompas Fúnebres - edifício nº 62 e 64 e o Teatro Sete de Abri – edifício nº160, igualmente passam a apresentar este estágio de preservação, pois estes prédios, remanescentes do primeiro período, após sofrerem alterações na sua concepção original incorporaram uma nova linguagem à sua construção.

A residência do Sr. Pinto da Rocha, construída no lote nº 104, e a sede do Clube Caixeiral, edifício nº 106, substituíram edifícios inicialmente construídos em seus lotes. Ambos os edifícios hoje apresentam alterações em sua construção original. A casa residencial foi reduzida a apenas duas salas principais e o Clube demoliu os torreões que arrematavam sua construção. Estas particularidades nas construções concorreram para que seu estágio de preservação fosse estabelecido como presente atual alterado.

Igual estágio foi atribuído ao Casarão de nº 08, segunda ocupação construtiva de seu lote, que teve descaracterizada a platibanda do segundo pavimento. A figura 63 registra tal descaracterização construtiva.

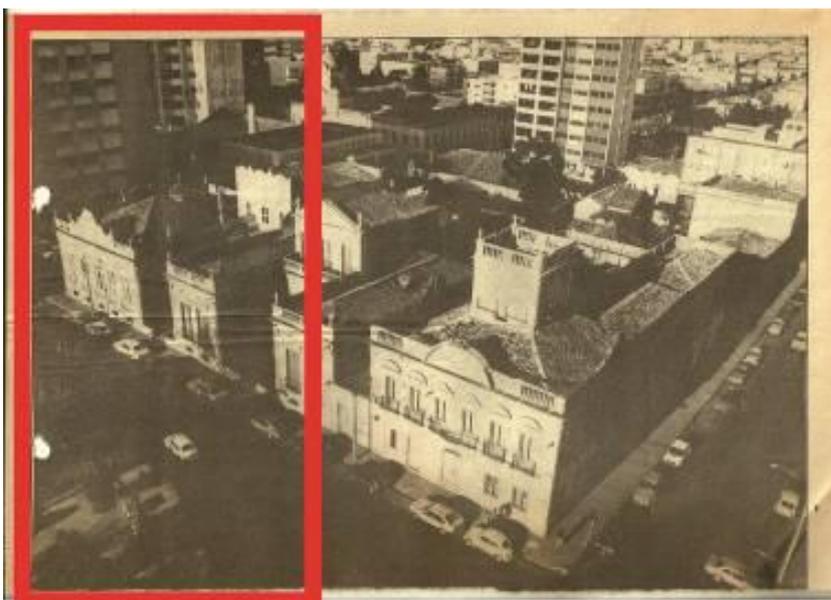


Figura 63- Casas 02, 06 e 08 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, década de 1970. Em destaque a Casa de nº 08 quando apresentava sua platibanda alterada.
Fonte: Acervo Mogar Pagana Xavier

Apenas o casarão nº 06 teve seu estágio de preservação estabelecido como um edifício presente original na área pesquisada. Sua integridade construtiva é estabelecida por ser esta residência a única construção que o lote recebeu, sendo até hoje preservadas suas características originais inalteradas.

Seguindo a tendência apresentada pela movimentação construtiva do primeiro período temporal, as ausências arquitetônicas foram consideravelmente sentidas nas pequenas construções, destinadas a residências e modestos comércios. Alguns edifícios de maior solidez arquitetônica igualmente foram substituídos, mas estiveram em menor número representados.

No gráfico da figura 64 podemos visualizar a quantificação dos estágios de preservação apresentados por estas construções:

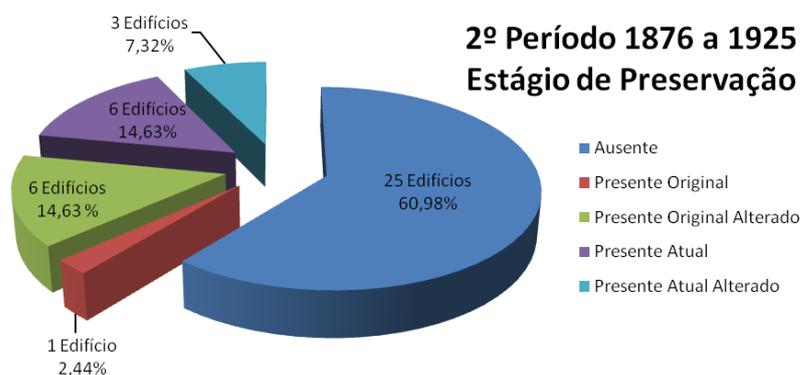


Figura 64 – Gráfico do Estágio de preservação do período de 1876 a 1925.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa em curso.

CAPÍTULO 5.

5.1 TERCEIRA ETAPA URBANA: PERÍODO - 1926 a 1960

O ano de 1926 marca o início do terceiro período temporal estudado, o qual se estendeu até 1960, compreendendo 34 anos de história construtiva do recorte físico espacial da pesquisa.

Neste período, o entorno da Praça Coronel Pedro Osório encontrava-se totalmente edificado, possuindo 38 prédios estabelecidos ao seu redor. Dentre estas construções, 23 edifícios tiveram origem nos períodos iniciais de urbanização da área e mantiveram, nesta faixa temporal, suas características preservadas. As demais construções nasceram das movimentações construtivas realizadas a partir de 1926, motivadas por substituições arquitetônicas, alterações construtivas em prédios existentes e pelo surgimento de novas construções em lotes decorrentes de remembramentos e desmembramentos.

5.1.1 Contexto histórico e social

O início do século XX carregou consigo o declínio da produção saladeiril na região de Pelotas. Com as crises da atividade pecuária, a cidade passou a crescer de forma lenta e sem dinamismo, contrariando o desenvolvimento que começava a se estabelecer na metade norte do estado do Rio Grande do Sul.

A indústria pelotense, a partir do desaparecimento das charqueadas, passava a caracterizar-se por uma concentração de fábricas de ramos têxtil e de bebidas e, de forma crescente, pela especialização das indústrias de beneficiamento de produtos agropecuários, como as de conservas alimentícias.

Conforme esclareceu o economista Paul Singer, a implantação da malha ferroviária do Rio Grande do Sul de forma desigual contribuiu ainda mais para o agravamento do quadro econômico que se desenhava na metade sul do estado, pois consolidou o eixo Porto Alegre – Caxias do Sul em detrimento de outras regiões, garantindo a supremacia da Grande Porto Alegre no panorama industrial gaúcho. (SINGER, 1974).

A importância da relação de proximidade com a capital do Estado devia-se ao fato de que Porto Alegre, a partir de 1900, tornara-se um forte centro

industrial e de abastecimento, portanto a ligação entre a capital e as diferentes regiões do Rio Grande do Sul era fundamental para o desenvolvimento destas. (MOREIRA, 1982).

Assim, a localização privilegiada da cidade de Pelotas, junto a cursos d'água e próxima ao único porto de mar gaúcho, fator determinante para que o início da industrialização da Província ocorresse na região sul, passou a ser um entrave quando o transporte por água perdeu importância frente ao ferroviário, primeiramente, e ao rodoviário, depois. (SINGER, 1974). Pelotas tornou-se uma cidade muito distante do centro do país, e até mesmo do centro distribuidor do estado, Porto Alegre.

Mesmo oferecendo condições de infraestrutura, a cidade de Pelotas estava longe das áreas produtoras de matérias-primas e detentoras de capital capazes de alavancar aqui uma diversificação industrial com produtos tão competitivos como os de outras regiões. Enquanto isso, o setor agropecuário, que fornecia a matéria-prima para grande parte das indústrias da cidade, não conseguiu contribuir como gerador de capital que viabilizasse uma diversificação tanto da indústria quanto da economia local. (PESAVENTO, 1984).

Na década de 1930, o fechamento do Banco Pelotense agravaria ainda mais a instabilidade econômica instalada. A instituição financeira, fundada em Pelotas no ano de 1906 por representantes do capital pecuarista com apoio do comércio, teve seu capital incorporado ao patrimônio do governo estadual. Este fato representou mais uma perda na luta pela recuperação agropecuária no sul do estado e ocasionou o prejuízo financeiro de inúmeros poupadores.

Tantos entraves constituíram dificuldades intransponíveis para a industrialização da região. Como forma de recuperar o equilíbrio financeiro, a cidade volta-se para o setor terciário, confirmando a característica de espaço de intercâmbio presente desde a implantação das charqueadas. Estes estabelecimentos comerciais, distribuídos por toda a cidade, conforme descreveu a arquiteta e urbanista Rosa Rolim de Moura na publicação **Protomodernismo em Pelotas**, constituíam-se principalmente de ferragens, armazéns – secos e molhados – e empresas importadoras e exportadoras, as quais distribuíam seus produtos por todo o território rio-grandense e também para outros estados. (MOURA, 2005).

5.1.2. Ocupações

De forma distinta ao período temporal anterior, a movimentação construtiva executada no entorno da Praça Coronel Pedro Osório a partir do ano de 1926 não manteve o ritmo acelerado de desenvolvimento urbano identificado na metade final do século XIX e início do século XX. Neste terceiro período avaliado, apenas quinze novas alterações arquitetônicas foram realizadas ao redor da praça central da cidade, materializando no objeto edificado o reflexo econômico e social que começava a ser estabelecido na cidade.

As ocupações neste terceiro período passaram a ser identificadas a partir do primeiro ano do recorte temporal. Em 1926, o sobrado de nº 100 da Praça Coronel Pedro Osório, cuja construção teve data de origem estabelecida nos anos anteriores a 1835, era submetido a alteração construtiva. Conforme descreveu Gutierrez, a antiga linguagem da arquitetura luso-brasileira com beirais, aberturas em arcos de escarção, postigos e janelas de guilhotina ganhou platibanda decorada com motivos geométricos, vergas retas, janelas de abrir e portas envidraçadas. Ao mesmo tempo, as alterações revelam os últimos suspiros do patrimônio eclético e anunciam os primeiros tempos do acervo moderno. (GUTIERREZ, 2010).

Ainda no final deste ano de 1926, no terreno localizado na Praça Coronel Pedro Osório esquina com a Rua Quinze de Novembro, identificado sob o nº 67, no qual no período anterior encontravam-se construídos pequenos prédios comerciais, dentre eles a Casa Louvre, começava a ser edificada uma filial para o Banco do Brasil (ALMANCH DE PELOTAS, 1929).

Em 1927, executou-se uma nova movimentação construtiva. O prédio de nº 61, ocupado por uma residência de linguagem eclética, era submetido a reformas, com acréscimo de um pavimento em altura. Conforme os registros construtivos arquivados na Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas, esta reforma, projetada e executada por arquiteto de origem italiana Carlos Casaretto Scotto, reforçou as características da linguagem eclética inicial apresentada pela construção e resultou na modificação do uso do edifício, que passou a abrigar, no pavimento térreo, o escritório comercial do senhor Olympio dos Santos Farias, proprietário do prédio, cujas atividades eram dedicadas a

exportação de charque, graxa, sebo, couros, lãs, cereais em geral e produtos industriais. Hoje este edifício abriga uma farmácia no andar térreo e salas comerciais no pavimento superior e mantém íntegras as características construtivas da obra realizada em 1927. (SGMU, 1927 e ALMANCH DE PELOTAS, 1931).

No ano seguinte, em 1928, dois novos e imponentes edifícios passaram a integrar as construções do entorno da Praça. O primeiro deles, destinado a abrigar o Grande Hotel, foi construído no lote de nº 51, implantado na esquina da Praça com a Rua General Vitorino (atual Rua Padre Anchieta), originalmente ocupado pelo pavilhão em madeira que servia de sede ao Teatro Politeama Pelotense. A concepção deste edifício, conforme descreveu a arquiteta e urbanista Rosa Rolim de Moura no livro **100 imagens da Arquitetura Pelotense**, teve início em 1922, quando o então intendente Dr. Pedro Luis Osório lançou a ideia de construí-lo. Com esta finalidade, organizou-se a “Cia. Incorporadora Grande Hotel”. Em 1924, lançou-se um concurso público para a escolha do projeto a ser edificado, com pelo menos três propostas concorrentes: a da construtora Azevedo Moura & Gertum, a da Companhia Construtora de Santos e a do arquiteto Theophilo Borges Barros, titular da Diretoria de Obras Públicas do estado, sendo esta última escolhida para ser executada. (MOURA, 2002).

No final do ano de 1928 ocorria a segunda substituição arquitetônica. Tratava-se do edifício construído para sediar o Banco da Província, projetado pela firma porto-alegrense “Azevedo Moura & Gertum”, de Fernando Azevedo Moura e Oscar Mostardeiro Gertum. O prédio do Banco seria edificado no lote de nº 164, situado na esquina da Praça com a Rua Quinze de Novembro, anteriormente ocupado pelo edifício comercial da Casa Coates. A sede desta antiga instituição bancária pode ser identificada na imagem reproduzida na figura 65 e, atualmente, abriga uma das agências do Banco Itaú, que incorporou ao seu patrimônio o primitivo banco. (SGMU, 1928).



Figura 65 – Banco da Província, atual Banco Itaú. Praça Coronel Pedro Osório nº 164. Pelotas, RS. s.d.

Fonte: Acervo de Cartões Postais de Mogar Pagana Xavier – coleção Pelotas Memória.

Concluindo o ciclo de edifícios realizados pelos mestres italianos na área de pesquisa, em 1929 executaram-se dois sobrados geminados de uso comercial e residencial. Sua construção, executada no lote de nº 57, substituiu a residência de linguagem luso-brasileira ali existente e ainda provocou o parcelamento do lote original. De propriedade de senhor Olympio dos Santos Farias e construídos e projetados por Carlos Casaretto Scotto, os sobrados, hoje ausentes da realidade urbana da cidade, formavam um belo conjunto com o prédio de nº 61, este último presente até os dias atuais. Os sobrados podem ser identificados na figura 66. (SGMU, 1929 e ALMANCH DE PELOTAS, 1931).



Figura 66 – Prédios à Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório entre as ruas Rua General Vitorino, atual Rua Padre Anchieta e Rua XV de Novembro. Em destaque os sobrados geminados. Pelotas, RS, 1931.

Fonte: ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Ferreira e Cia, 1931, s.p.

Somente nove anos mais tarde, em 1938, novas obras seriam edificadas. Neste ano, o lote implantado na esquina da Praça com a Rua Marechal Floriano, no qual no período anterior havia a Casa Comercial Hercílio, foi parcelado dando origem a dois lotes contíguos. Nascia assim o lote de nº 201, de propriedade do senhor Ramon Trapága Filho, no qual executou-se um pequeno edifício comercial térreo, cuja data de construção não pôde ser estabelecida pela pesquisa. Também era erguido sobre o lote principal, porém agora com dimensões reduzidas e identificado sob o nº 205 da Praça, um prédio comercial de três andares, de propriedade de senhor João R. da Fonseca, cujo projeto, de acordo com os registros arquivados na Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, foi aprovado em 16 de Agosto de 1938 e executado por Haessler & Woebcke Ltd, engenheiros de Porto Alegre. (SGMU, 1938). Sua construção pode ser identificada na fotografia reproduzida na figura 67.



Figura 67 – Praça Coronel Pedro Osório esquina Rua Marechal Floriano. Em destaque o Prédio Comercial de nº 205. Pelotas, RS. s.d.

Fonte: Acervo Digital da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS

Igualmente, neste ano seria realizada a alteração construtiva do sobrado geminado de nº 54, construído no início do século XX, o qual sofreu modificação em sua arquitetura original, adquirindo elementos que caracterizavam a linguagem protomoderna da arquitetura, conforme podemos observar na figura 68. (MOURA, 2005).

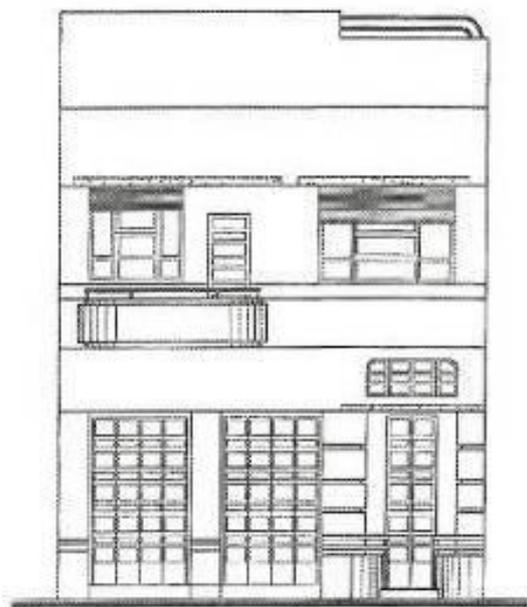


Figura 68 – Reforma da Fachada do sobrado nº 54 da Praça Coronel Pedro Osório
 Fonte: MOURA, R. G. R. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005, p.99.

Contrariando as alterações de parcelamento executadas em 1938, no ano seguinte a construção do edifício pertencente à Sociedade Marítima e Comercial Ltda. promoveria a unificação de dois lotes, modificando ainda mais a conformação original dos terrenos que envolviam a Praça. Sobre os lotes de nº 152 e 154, anteriormente ocupados por duas construções de linguagem eclética, erguia-se um prédio comercial destinado à revenda e oficina de veículos. Sua execução deu prosseguimento à nova forma de conceber as construções na área, fortalecendo os vínculos com a linguagem protomoderna da arquitetura. (SGMU, 1939). Esta construção, alguns anos mais tarde, ainda receberia as instalações da Loja Mesbla, inicialmente revendendo veículos. Hoje, tal edifício integra as ausências arquitetônicas da pesquisa.

Os anos que se seguiram testemunharam a redução da movimentação construtiva na área central da cidade e durante a década de 1940 apenas uma intervenção foi executada nos lotes pesquisados. Nascia assim, em 1947, no lote de nº 162, o edifício Del Grande. Este prédio, construído por Manoel Athayde Filho, mesmo construtor de algumas alterações sofridas pela terceira ocupação deste lote – o Hotel Brasil – concretizava na Praça Coronel Pedro Osório uma nova forma de conceber e utilizar os edifícios, pois rompia com a escala de altura

basicamente homogênea, implantava na área a moradia multifamiliar e trazia à cidade o aprimoramento da tecnologia construtiva. A partir de sua execução, as demais ocupações que foram realizadas na área, neste terceiro período estudado, basicamente acompanharam os novos conceitos construtivos. (SGMU, 1945 e SGMU 1947). Sua implantação pode ser identificada na figura 69.



Figura 69 – Edifício Del Grande. Praça Coronel Pedro Osório nº 162, entre as Ruas Quinze de Novembro e Rua Padre Anchieta. Pelotas, RS, 1957.
Fonte: Acervo de Mogar Pagana Xavier.

A década seguinte recebeu, em 1952, a execução do acréscimo construtivo no edifício de nº 205, de propriedade dos senhores Solon Gaspar da Fonseca e Oswaldo Gaspar da Fonseca, projetado por Ernesto Woebcke e Cia Ltda., empresa de Porto Alegre. Esta intervenção nasceu do projeto de acréscimo ao prédio comercial existente, conforme plantas aprovadas em 17 de fevereiro de 1952 e arquivadas junto à Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana. Neste projeto foram acrescentados o 4º, 5º e 6º pavimentos à edificação anterior, e projetaram-se algumas alterações nos pavimentos existentes, como a instalação de elevador e proposta da unificação de alguns compartimentos no pavimento térreo. Conforme podemos observar na figura 70, seu lote de implantação não sofreu alterações, bem como suas características formais, que seguiram a mesma

linguagem protomodernista da construção inicial, mantiveram ainda o uso comercial do prédio. (SGMU, 1952).



Figura 70 – Prédio Comercial Rex Hotel. Praça Coronel Pedro Osório nº 205. Pelotas, RS, s.d.
Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFPel. Acervo digital NEAB

No ano de 1955, os sobrados geminados de nº 57 e 59, construídos em 1929 por Carlos Casaretto Scotto, sofreram alteração de linguagem arquitetônica e adquiriram características protomodernas. Esta intervenção unifica ambas as construções e altera seu uso para receber uma agência do Banco Agrícola e Mercantil. (SGMU, 1955). Tal agência bancária integra hoje as ausências arquitetônicas do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, e no lote que abrigava sua construção encontra-se implantado o estacionamento do Banco Itaú.

Ainda no final deste ano, duas ausências arquitetônicas seriam promovidas nos lotes de nº 156 e 158 da Praça, onde se encontravam construídas uma residência eclética e a sede do Clube do Comércio, segundo registram as imagens da época reproduzidas na figura 71. Estes prédios foram demolidos e seus lotes unificados para receber a construção do edifício de uso institucional e multifamiliar Sul Banco – edifício nº 158, hoje identificado por sediar nos primeiros pavimentos uma agência do Banco Santander. (SGMU, 1955).

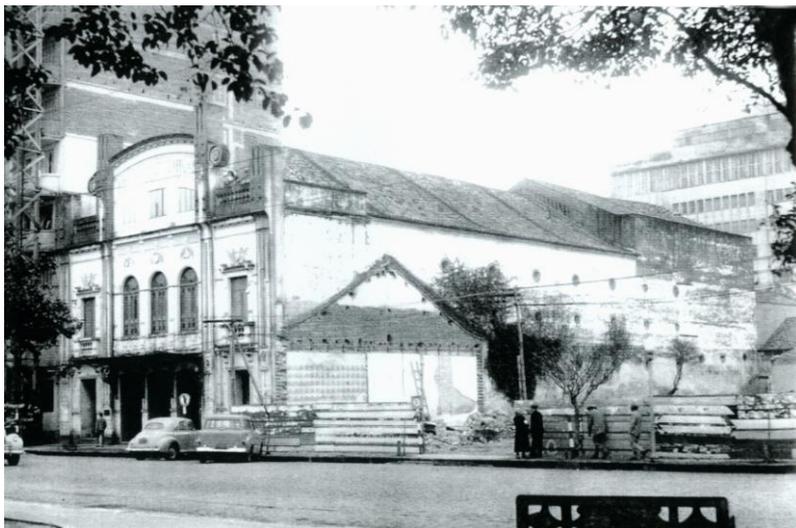


Figura 71 – Prédios demolidos da Praça Coronel Pedro Osório, lotes nº 156 e nº 158. Pelotas, RS, s.d.
Fonte: Acervo Digital da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS.

O nascimento do edifício comercial e multifamiliar Assumpção Rheingantz, em janeiro de 1957, igualmente provocou o óbito arquitetônico da residência eclética construída em 1904, a qual serviu de moradia à família do senhor Francisco de Sá Rheingantz. Este edifício, implantado no lote nº 05 da Praça, de propriedade de José Luís Menna Barreto e construído por Menna Barreto e Gonçalves Ltda., apresentava escala de altura seis vezes maior que a ocupação anterior do lote, e consolidou no entorno da Praça a presença das altas construções. A execução deste empreendimento correspondeu à última ocupação identificada neste terceiro período temporal avaliado, e pode ser observada na figura 72. (SGMU, 1957).



Figura 72 – Vista da Praça Coronel Pedro Osório com o prédio Assumpção Rheingantz em execução. Pelotas, RS, 1960.
Fonte: Acervo de Mogar Pagana Xavier.

Assim, em 1960, dez novas construções e 28 prédios construídos nos primeiros períodos temporais da pesquisa, cinco destes remodelados entre os

5.1.3. Parcelamento

Seguindo a tendência do parcelamento urbano apresentado no segundo período temporal da pesquisa, a terceira etapa urbana, estabelecida entre os anos de 1926 e 1960, conservou integralmente o macro parcelamento demarcado nos primeiros anos de urbanização da área. A conformação dos doze quarteirões que envolvem a Praça Coronel Pedro Osório desde sua implantação manteve-se completamente preservada, no entanto o micro parcelamento destas quadras foi, ao longo do tempo, gradativamente sendo alterado.

Tais alterações no micro parcelamento da área foram observadas desde o início de sua ocupação, logo que os primeiros doze terrenos, identificados no mapa do município em 1835, somaram-se, no primeiro período temporal, a mais seis terrenos, totalizando 18 lotes implantados no entorno da Praça. Juntaram-se a estes 18 lotes, no segundo período temporal, 21 novos terrenos, totalizando, até o ano de 1925, 39 lotes estabelecidos.

De forma contraditória, a partir de 1926, em consequência de uma série de desmembramentos e unificações, o parcelamento da área começou a apresentar redução de lotes, resultando, no ano de 1960, em 38 terrenos implantados nos quarteirões que envolvem a Praça central.

Os lotes – que nos primeiros períodos temporais, foram implantados com formato retangular, testadas estreitas, comprimento de aproximadamente meia quadra, e faces voltadas para a Praça – lentamente modificaram sua conformação, alterando a configuração urbana característica do período luso-brasileiro. Nos terrenos que sofreram transformações no terceiro período estudado, começavam a ser identificadas testadas mais largas e comprimentos algumas vezes inferiores à testada do lote, compatíveis para abrigar novas tipologias construtivas. Estas mudanças nos padrões urbanos tradicionais foram percebidas em cinco lotes da pesquisa que se materializaram na realização de dois desmembramentos e três remembramentos.

Assim, a primeira modificação do parcelamento urbano, neste terceiro período avaliado, foi observada em abril de 1929 no lote nº 57, no qual uma antiga residência luso-brasileira foi demolida para dar lugar a dois sobrados ecléticos geminados, resultando no aparecimento de um novo lote na área, cadastrado sob

o nº 59, e que, alguns anos mais tarde, em 1955, seria novamente lembrado ao lote nº 57, retomando sua concepção original.

Um novo desmembramento na área seria realizado em 1938, no momento em que a Casa Comercial Hercílio foi demolida e seu lote parcelado para dar lugar a dois terrenos distintos, cadastrados sob os números 201 e 205. Sobre estes lotes duas novas construções comerciais foram edificadas.

Os remembramentos executados implicaram obviamente na redução do número de lotes no entorno da Praça, e foram realizados nos terrenos de nº 152 e 154, quando as duas construções de linguagem eclética foram demolidas para dar lugar a uma revenda de veículos no ano de 1939. Igualmente, em 12 de julho de 1955, os lotes de nº 57 e nº 59 e seus respectivos edifícios são lembrados e submetidos a transformações construtivas que alteraram a linguagem e o uso dos prédios, que a partir destas alterações passaram a abrigar a agência do Banco Agrícola e Mercantil.

No final do ano de 1955 realizou-se, nos lotes de nº 156 e nº 158, o último remembramento deste período. A casa eclética e o Clube do Comércio anteriormente construídos nestes terrenos foram demolidos, e sobre o lote resultante ergueu-se o Edifício Sul Banco.

Os demais lotes existentes no entorno da Praça Coronel Pedro Osório mantiveram a conformação de terrenos estabelecidos nas primeiras demarcações da área, preservando as configurações do micro parcelamento inicialmente adotados. Neste contexto, as faces de quadras que circundavam a Praça passaram a abrigar 38 terrenos totalmente edificados.

Observou-se que a maioria dos remembramentos e desmembramentos executados no entorno da Praça implicou no surgimento de órbitos arquitetônicos, levando a crer que as substituições arquitetônicas na área necessitavam de novas conformações de terrenos, fato compreensível haja vista as mudanças de padrões e linguagem construtivas que o período apresentou.

5.1.4. Uso e Propriedade

O conjunto das análises realizadas sobre uso e propriedade, no terceiro período temporal do estudo sobre as arquiteturas ausentes do centro da cidade de Pelotas, permitiu verificar que nesta região da cidade se manteve inalterada a

tendência apresentada no início da urbanização da área, na qual as construções possuíam usos diversos, e esteve vinculada basicamente a propriedade privada.

Contudo, surgiu entre as ocupações do entorno da Praça, executadas a partir de 1926, e os prédios que já se encontravam edificadas, um gradativo distanciamento relacionado à instância da propriedade do objeto construído e a prevalência nos usos dos edifícios.

A configuração deste novo contexto urbano começava a ser delineada com a presença de prédios de uso misto, que agrupavam comércio no pavimento térreo e habitação no pavimento superior, sendo estes o sobrado de nº 54, os sobrados geminados de nº 57 e nº 59, o sobrado eclético de nº 61 e o sobrado de nº 100, reconhecido como Casa da Banha. Este último, depois de sofrer alteração construtiva que promoveu a remodelação de sua linguagem arquitetônica, conforme esclareceu Gutierrez, passava a pertencer ao Clube Caixerai e receberia usos comercial e residencial. Após o ano de 1949, no entanto, começou a abrigar usos exclusivamente comerciais, com funções diversificadas. (GUTIERREZ, 2010).

Os prédios destinados a atividades comerciais, que no segundo período temporal tiveram seus usos intensificados, ganharam, a partir de 1938, a modesta representação de mais três edifícios designados ao comércio convencional: a Casa Comercial nº 201, o prédio comercial de três andares - edifício nº 205 de propriedade de João R. da Fonseca e a revenda de veículos estabelecida no prédio nº 152.

O comércio de serviços foi materializado nas construções do prédio do Grande Hotel – edifício nº 51- e na alteração construtiva que deu origem ao prédio de seis andares, ocupado pelo Rex Hotel – edifício nº 205. Este edifício - originalmente construído em três pavimentos -, de propriedade dos senhores Solon Gaspar da Fonseca e Oswaldo Gaspar da Fonseca, foi submetido a acréscimo de mais três pavimentos em altura. Fato interessante ou, no mínimo, curioso, é que a solicitação de tal acréscimo dá-se por parte dos descendentes do primeiro proprietário, João R. da Fonseca e, quatorze anos mais tarde, o pedido é realizado pelo mesmo escritório que projetou o prédio original. Nesta intervenção, no entanto, a descrição dos compartimentos nos pavimentos superiores é

designada apenas como “salas”, levando a crer que seu uso como hotel não foi originalmente concebido. (SGMU, 1952).

Acompanhando estes edifícios com função comercial, comércio de serviços e mista, novos usos se estabeleceram a partir dos primeiros anos do terceiro período temporal estudado. A construção, nesta área central da cidade, de diversas instituições bancárias, permitiu que gradativamente a Praça adquirisse ares de centro econômico.

A primeira destas instituições foi identificada como a nova filial do Banco do Brasil, implantada no lote nº 67 da Praça. Sua construção mereceu destaque no anuário **Almanach de Pelotas** de 1929, o qual destinou, um ano após a conclusão do edifício, extensa matéria registrando a importância econômica e a representatividade arquitetônica do mesmo, que teve seu projeto elaborado pelo engenheiro Paulo Gertum e começou a ser edificado em dezembro de 1926, sendo inaugurado em 14 de julho de 1928. (ALMANACH DE PELOTAS, 1929). A figura 74 retrata a recém-inaugurada agência

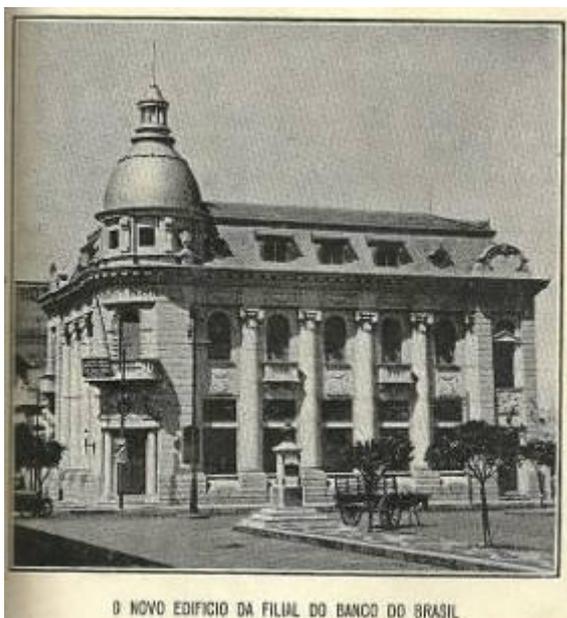


Figura 74 – Prédio da filial do Banco do Brasil – Praça Coronel Pedro Osório, nº 67, Pelotas, RS, 1929.

Fonte: ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Ferreira e Cia, 1929, s.p.

Dois anos mais tarde, a execução de um novo prédio para o Banco da Província – atual Banco Itaú – edifício nº 164, deu sequência ao grupo de instituições que a área passaria a abrigar. Este Banco, conforme esclarece a arquiteta e urbanista Rosa Rolim de Moura, possuía filial em Pelotas desde 1858. Entretanto, o valor social que o entorno da Praça começava a adquirir convidava

as instituições financeiras a implantarem suas agências junto à Praça central da cidade. (MOURA, 2002).

A área receberia ainda a instalação de outras duas agências bancárias em 1955, abrigando assim, até o final da década de 1960, quatro instituições financeiras. Este incremento seria representado pelo Banco Agrícola Mercantil, instalado nos prédios de nº 57 e nº 59, após a alteração construtiva que unificou e remodelou ambos os edifícios. Ainda no final deste ano, em 13 de dezembro de 1955, autorizou-se o início das obras para a execução do edifício institucional e multifamiliar Sul Banco - edifício nº 158 - atual Banco Santander. (SGMU, 1955).

Dentre estes quatro edifícios de uso financeiro, registra-se o óbito arquitetônico do prédio do Banco Agrícola e Mercantil. Sua agência pode ser identificada na fotografia reproduzida na figura 75. Esta substituição arquitetônica cedeu espaço para a implantação do estacionamento do Banco Itaú



Figura 75 – Banco Agrícola e Mercantil em destaque – Praça Coronel Pedro Osório, nº 57, Pelotas, RS, 1973.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, RS. SECULT. Acervo fotográfico Coleção Flávio Kramer

Completando o novo contexto urbano do entorno da Praça Coronel Pedro Osório surgiria, em 1947, no lote nº 162, o edifício Del Grande, de propriedade de Domingos Del Grande. Este edifício rompeu com a tradicional forma de moradia existente, constituída por amplas residências unifamiliares, pois implantava na área a habitação multifamiliar, traduzida em apartamentos de dois e três dormitórios. A construção apresentava ainda, no pavimento térreo, área destinada a uso comercial. (SGMU, 1947).

Seguindo esta nova tendência de habitar, as demais moradias que na sequência seriam executadas instalaram-se na forma de edifícios multifamiliares, sendo estes o edifício Sul Banco – prédio nº 158, de propriedade do Banco Industrial e Comercial do Sul S.A, e o Edifício Assumpção Rheingantz – prédio nº 05, cujo proprietário e construtor foi a empresa de José Luís Menna Barreto. (SGMU, 1955 e SGMU, 1957).

Os usos públicos e institucionais, estabelecidos nos períodos anteriores, foram mantidos e se perpetuaram até a atualidade.

Estava então formado um novo panorama de usos no entorno da Praça, onde as construções de uso misto representaram 20% das ocupações do período, as construções comerciais convencionais 26,67%, comerciais de serviços 13,33%, os prédios financeiros 20% e os edifícios multifamiliares 13,33%, conforme podemos verificar no gráfico da figura 76.

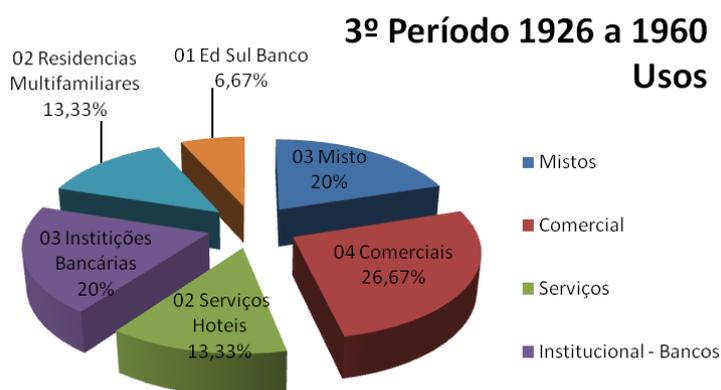


Figura 76 – Gráfico dos usos do período de 1926 a 1960.
Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa em curso.

Esta conformação de usos permitiu que se observasse, no terceiro período avaliado, o rompimento com o uso da habitação unifamiliar, que a partir do ano de 1947 gradativamente perdeu espaço para as residências multifamiliares. A posse dos lotes, contudo, mantinha-se vinculada à propriedade privada, porém, agora também representada por instituições particulares, contrariando a prevalência estabelecida nos períodos temporais anteriores, onde a maioria dos edifícios estava vinculada a proprietários individuais.

5.1.5. Linguagem

Um surpreendente equilíbrio entre linguagens arquitetônicas marcou o terceiro período avaliado pela pesquisa. Dentre as quinze movimentações

construtivas edificadas ao redor da Praça, seis construções foram erguidas com base na linguagem eclética da arquitetura, cujas características formais já se encontravam estabelecidas na área desde a década de 70 do século XIX. Evidentemente, estes edifícios foram executados nos primeiros anos desta faixa temporal, porém, a partir de 1938, uma nova linguagem arquitetônica, embasada nos fundamentos da arquitetura protomoderna, começou a ser identificada nas alterações e substituições construtivas executadas ao redor da Praça Coronel Pedro Osório. Sua implementação foi impulsionada por novos regramentos construtivos impostos às edificações da cidade.

Charles Monteiro, doutor em História Social e autor do livro **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**, explicou que estes novos regramentos tinham a intenção de modernizar as cidades, e conduzir um processo que procurava dar conta das necessidades advindas das transformações das estruturas políticas sociais e econômicas brasileiras, buscando transformar, na maior parte das vezes, uma estrutura colonial não mais condizente com uma emergente industrialização. Assim, construir edifícios em altura e de caráter mais funcional seria condição básica para auxiliar no desenvolvimento da indústria e do comércio. (MONTEIRO, 1995).

Seguindo as premissas apontadas por Monteiro, igualmente o poder público de Pelotas, imbuído da necessidade de mudar as características da cidade e na impossibilidade de ações mais rápidas e radicais, utilizou a legislação para materializar estas intenções. Tal regramento foi estabelecido no **Código de Construções** de 1930.

Sob a regulação deste código, sete edifícios foram construídos ou tiveram sua concepção original alterada no entorno da Praça. Esta lei determinava, entre outros fatores, que a área central da cidade não poderia receber a construção de edifícios em madeira, e proibia as casas edificadas sobre o alinhamento predial de possuir sistema de beirada de telhado ou qualquer sistema de esgoto derramando sobre o passeio. Basicamente este Código reproduziu as mesmas exigências do **Código de Construções e Reconstruções** de 1915, passando a estabelecer, entretanto, novas demandas referentes à higiene, estabilidade e estética da construção. (PELOTAS, 1930).

Amparado neste condicionante legal, o final da década de 1930 testemunhou, no entorno da Praça, o nascimento dos primeiros prédios que se distinguiam das tradicionais formas de execução dos edifícios.

Tais inovações construtivas puderam ser vistas a partir da execução do edifício comercial nº 205, implantado na esquina da Praça com a Rua Marechal Floriano. Esta obra, erguida em 1938, rompia com os antigos padrões até então empregados para edificar as habitações, pois continha elementos de linguagem protomoderna da arquitetura, conforme podemos observar na figura 77. Hoje esse edifício foi submetido a acréscimo de pavimentos que o distanciaram de sua concepção original, mas encontra-se materializado nos primeiros pavimentos do prédio ocupado pelo Rex Hotel.

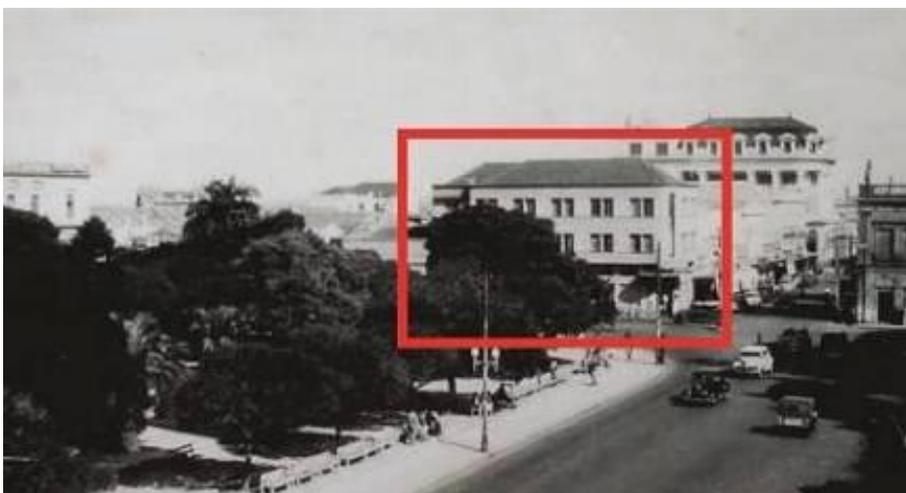


Figura 77 – Vista da Praça Coronel Pedro Osório esquina Rua Marechal Floriano, em destaque o edifício comercial nº 205. Pelotas, RS, s.d.

Fonte: Acervo da Autora.

Podemos observar neste prédio que o uso das estruturas em concreto armado veio libertar as paredes de sua primitiva função de sustentação e as estruturas de sua rigidez. As lajes de piso e cobertura eram de concreto, em substituição às velhas estruturas de vigas de madeira, com assoalhos de tábuas longas e revestidas por baixo com forros de estuque ou madeira. Também as vigas e colunas eram de concreto, e suas paredes de tijolos, antes com função estrutural, funcionavam agora apenas como painéis de vedação, além do fato de ter desaparecido o uso de porões.

Conforme descreveu Reis Filho, a renovação da maneira de edificar as construções não se restringiu ao uso do concreto. As limitações de importação e as necessidades internas do país constituíram estímulo suficiente para que a

indústria nacional fosse substituindo completamente os materiais importados por produtos nacionais. Essa mudança se refletiu na arquitetura. Os detalhes, sobretudo, perdidos os vínculos com um processo quase automático de importação dos mercados produtores internacionais com tradições próprias, passariam por uma revisão salutar, tanto do ponto de vista funcional quanto do ponto de vista formal. (REIS FILHO, 1987)

Os edifícios da área pesquisada passavam a apresentar adornos executados na própria obra, em alto ou baixo relevo, as formas tornaram-se mais puras e os materiais de construção, adquiridos dentro da mesma região, produziram edifícios com um custo de execução mais condizente com a nova realidade financeira vivenciada pela população local.

Quase duas décadas após a regulamentação do Código de Construções de 1930, o município de Pelotas ainda aprovaria, em dezembro de 1948, a lei nº 76, cujo objetivo era incentivar uma rápida verticalização na área central da cidade, mesmo que de forma tímida se considerarmos os limites mínimos de alturas propostos. Esta legislação definia o perímetro no qual só poderiam ser construídas edificações com altura igual ou superior a três pavimentos. O entorno da Praça Coronel Pedro Osório integrava este perímetro. (PELOTAS, 1948).

O incentivo para esta transformação urbana logo foi aceito pela sociedade local e, a partir da década de 1940, se verificaria ao redor da Praça Coronel Pedro Osório a instalação de uma grande inovação no setor residencial: os prédios de apartamentos.

Curiosamente, a inauguração desta nova maneira de ocupar o entorno da Praça aconteceu de forma precursora à lei nº 76, pois em 1947, um ano antes desta legislação entrar em vigor, o Edifício Multifamiliar Del Grande, implantado no lote nº 162, já se encontrava em execução. No entanto, a novidade construtiva foi erguida sobre o lote demarcado no início da ocupação da área, preservando o micro parcelamento original.

Para Reis Filho, a manutenção do parcelamento primitivo, a partir da alteração do objeto construído para que fossem edificadas prédios multifamiliares, torturava as plantas a tentar conciliar os velhos esquemas com as novas estruturas. Segundo o arquiteto, ao ocupar novamente dois ou três dos limites dos terrenos, sobravam apenas áreas internas como soluções para arejamento e

iluminação dos vários compartimentos afastados da rua. Assim, as dimensões de áreas livres, que haviam bastado para iluminar uma residência térrea, não poderiam, senão de modo precário, atender as novas condições. A nomenclatura dos códigos era esclarecedora: desapareciam áreas e surgiam poços. Predominavam ainda as ideias urbanísticas do século XIX, a despeito das amplas mudanças da linguagem arquitetônica. (REIS FILHO, 1987).

Características construtivas e de implantação destes novos edifícios podem ser constatados na fotografia reproduzida na figura 78, na qual é retratado o primeiro prédio em altura da área pesquisada, o edifício Del Grande.



Figura 78 – Edifício Del Grande. Praça Coronel Pedro Osório nº 162, entre as Ruas Quinze de Novembro e Rua Padre Anchieta. Pelotas, RS, s.d.
Fonte: Acervo de Mogar Pagana Xavier.

Os edifícios que foram construídos após 1947 mantiveram os vínculos com a linguagem protomoderna da arquitetura. O rompimento com estas características construtivas iria surgir nos últimos anos deste terceiro período temporal, com a construção dos primeiros edifícios modernos do entorno da Praça. A consolidação desta nova linguagem, porém, seria estabelecida nos anos posteriores ao período estudado.

5.1.6. Situação da Construção e Estágio de Preservação.

A pequena movimentação construtiva na área pesquisada, no período estabelecido entre os anos de 1926 a 1960, justificada devido as decorrentes crises econômicas locais e nacionais, imprimiu no entorno da Praça a instalação de 10 novos edifícios e cinco alterações construtivas, realizadas em prédios

executados nos períodos temporais anteriores, contabilizando 15 transformações arquitetônicas nos 38 lotes existentes ao redor da Praça.

Destas 15 construções, quatro edifícios se transformaram nas arquiteturas ausentes do período avaliado. Os demais prédios se perpetuaram até a atualidade, porém dois destes últimos com suas características originais alteradas.

Fatalmente, o surgimento destas ausências arquitetônicas foi motivado pela necessidade de trocar uma arquitetura por outra, imposta pela dinâmica constante impressa na vida das cidades e que, segundo Amorim, poderia ser considerado como um óbito anunciado. (AMORIM, 2007).

Para Rosa Rolim de Moura, as ausências arquitetônicas do período igualmente poderiam ser atribuídas à implementação dos códigos construtivos e suas leis complementares, na medida em que refletiam, principalmente, no rompimento com o passado colonial das cidades, negando aquilo que era antigo e assumindo, na maior parte das intervenções, um caráter destruidor e reformista. (MOURA, 2005).

Ambos os pesquisadores estavam corretos. Os óbitos arquitetônicos do período foram motivados por fatores distintos.

Neste contexto observamos que o prédio da Sociedade Marítima e Comercial Ltda. – edifício nº 152 – cedeu lugar para que em seu lote viesse a ser erguida uma agência para o Banco Bradesco, caracterizando uma morte anunciada. O registro arquitetônico que resgata esta ausência pode ser identificado na figura 79, que reproduz a fachada principal do edifício da Sociedade Marítima e Comercial. (SGMU, 1939)

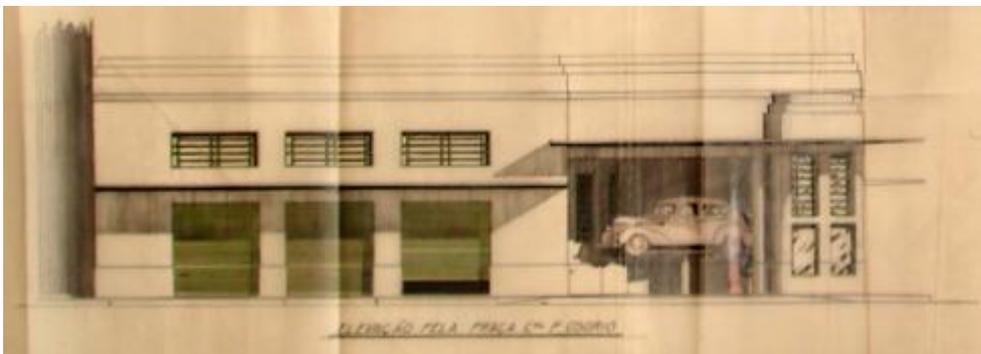


Figura 79 – Fachada Principal do Edifício da Sociedade Marítima e Comercial Ltda. Praça Coronel Pedro Osório nº 152.

Fonte: Secretaria de Gestão e Mobilidade Urbana de Pelotas. Acervo documental - Planta Nº: 84/39

Os demais óbitos arquitetônicos identificados no período aconteceram de forma gradativa. Inicialmente os prédios tiveram sua arquitetura original alterada, para tempos depois serem totalmente demolidos.

Assim, as alterações de linguagem construtiva impostas pelos novos códigos de construção igualmente produziram óbitos arquitetônicos, identificados, conforme esclareceu Amorim, como uma morte por parasitas, capaz de camuflar a arquitetura original do edifício. Esta morte foi verificada no sobrado de nº 54, o qual inicialmente foi submetido à alteração de linguagem arquitetônica, para algum tempo depois ser totalmente demolido. Da mesma forma, esta morte foi observada nos sobrados geminados de estilo eclético de nº 57 e nº 59. Ambas as construções, após serem unificadas e sofrerem alteração de linguagem construtiva, passaram a abrigar uma agência do Banco Agrícola e Mercantil. Anos mais tarde, entretanto, tal agência seria demolida para que em seu lote fosse implantado um estacionamento de veículos para o Banco Itaú. Tais ausências são resgatadas através das fotografias reproduzidas nas figuras 80 e 81, que retratam o sobrado de nº 54 e o Banco Agrícola e Mercantil - edifício nº 57, com suas arquiteturas originais alteradas.



Figura 80 - Sobrado Geminado depois da alteração de linguagem arquitetônica. Praça Coronel Pedro Osório nº 54. Pelotas, RS. 1955.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura- Acervo Digital coleção Eduardo Arriada.

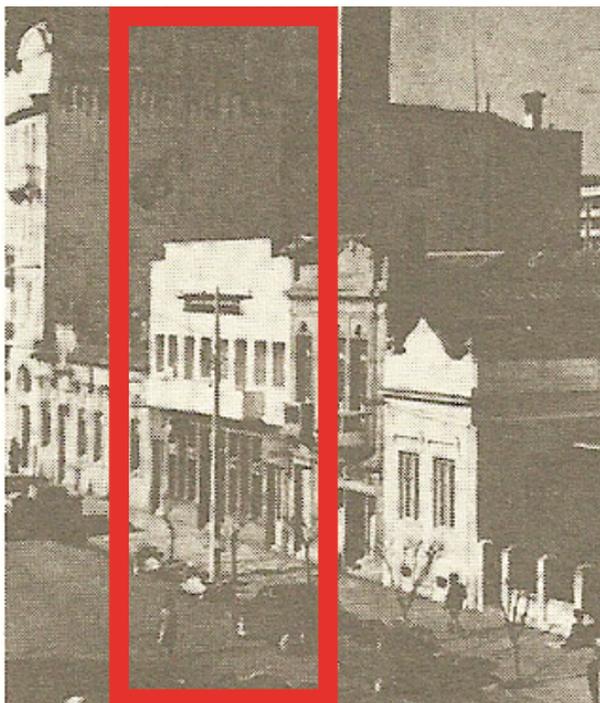


Figura 81 – Banco Agrícola Mercantil depois da alteração de linguagem arquitetônica. Praça Coronel Pedro Osório nº 57. Pelotas, RS, 1979.

Fonte: EXTREMO SUL. Pelotas: Comércio Editorial de Periódicos e Afins, n 04, 23 Jun de 1979. p 23.

Mesmo construídos no terceiro período temporal da pesquisa, o edifício implantado no lote nº 201, reconhecido como um pequeno comércio, e o edifício comercial de três andares executado sobre o lote nº 205 apresentaram alterações em sua construção original. O pequeno comércio foi submetido a reformas no ano de 1947, conforme os registros arquivados na Secretaria de Gestão e Mobilidade Urbana de Pelotas, e o prédio de três andares recebeu o acréscimo construtivo de mais três pavimentos, passando a abrigar o Hotel Rex. Estas particularidades nas suas construções concorreram para que seu estágio de preservação fosse estabelecido como presente atual alterado. (SGMU, 1947 e SGMU, 1952).

Os imóveis construídos nesta terceira etapa urbana da pesquisa que mantiveram íntegras suas características originais, tiveram seu estágio de preservação reconhecido como presente atual. Tais construções se materializaram no prédio do Edifício Multifamiliar Assumpção Rheingantz - edifício 05; no Prédio do Grande Hotel – edifício nº 51; na Sede para o Banco do Brasil - edifício nº 67; no Edifício multifamiliar e institucional Sul Banco – prédio nº 158; no Edifício multifamiliar Del Grande – prédio nº162; no Banco da Província – edifício nº 164 e na alteração construtiva que dá origem ao prédio do Rex hotel – edifício nº 205.

Devemos salientar o reconhecimento do estágio de preservação designado como presente atual também nos prédios remanescentes do primeiro e do segundo períodos temporais avaliados, quando estes, no terceiro período estudado, foram submetidos a alterações de sua concepção original, passando a incorporar uma nova linguagem à sua construção. Estes imóveis foram identificados como o sobrado eclético nº 61, cuja construção foi submetida a acréscimo de um pavimento em altura e teve sua linguagem primitiva alterada, e o prédio da Casa da Banha – edifício nº 100, o qual passou por remodelação de sua linguagem primitiva.

O estágio de preservação das quinze movimentações construtivas do terceiro período avaliado não reproduziu a tendência apresentada pelos primeiros períodos temporais da pesquisa. Nesta etapa urbana avaliada começamos a identificar a redução das ausências arquitetônicas e a prevalência pela manutenção dos edifícios no convívio com a cidade. Possivelmente, esta mudança de comportamento dos produtores do espaço construído esteja relacionada com a proximidade temporal do período com os dias atuais; no entanto, os fatores econômicos igualmente contribuíram para a permanência destas construções no entorno da Praça.

Esta distinta realidade construtiva pode ser observada no gráfico da figura 82, no qual identifica-se que 26,67% dos imóveis construídos ou alterados entre os anos de 1926 e 1960 se constituíram em arquiteturas ausentes, 60% dos edifícios foram considerados presentes atuais e 13,33% dos prédios, apesar de terem nascido neste terceiro período temporal, foram submetidos à alteração, mas permanecem presentes no contexto da cidade.

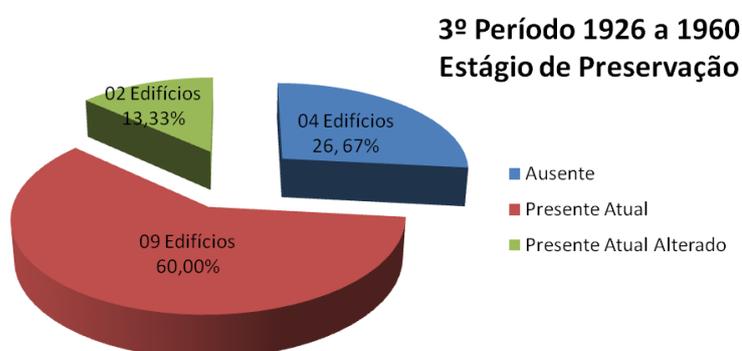


Figura 82 – Gráfico do Estágio de preservação do período de 1926 a 1960.

Fonte: Inventário da Arquitetura Ausente do Centro Histórico de Pelotas – desenvolvido para a pesquisa em curso.

5.2 QUARTA ETAPA URBANA: PERÍODO - 1961 a 2011

O ano de 1961 marca o início da quarta etapa urbana estudada, a qual se estendeu até 2011, compreendendo 50 anos de história construtiva do recorte físico espacial da pesquisa.

Nesta faixa temporal, a movimentação construtiva da área restringiu-se ao nascimento de dez novos edifícios, tendo um destes prédios sido submetido a acréscimo de pavimento em altura. Todos estes edifícios até hoje se fazem presentes na realidade urbana da cidade. Por conta desta situação distinta, na qual os prédios que foram construídos a partir do ano de 1961 até 2011 permaneceram presentes na realidade urbana da cidade, o período não produziu ausências arquitetônicas, e toda a conformação da área, desde o ano 2001, encontra-se inalterada.

Motivada por esta peculiaridade, a pesquisa tratou a quarta etapa urbana de maneira específica, haja vista que o intuito principal do trabalho, objetivado no resgate das ausências arquitetônicas, não poderia ser produzido neste período. Assim, as análises se restringiram a apresentação das doze ocupações. Os demais aspectos, abordados pela pesquisa nas etapas anteriores, encontram-se, neste período, impressos na materialidade da área.

5.2.1 Ocupações

As ocupações da quarta etapa urbana passaram a ser identificadas a partir de 1963. Em oito de novembro daquele ano, no lote de nº 52, anteriormente ocupado pela residência da Família do Barão de Butuí, começava a erguer-se o edifício Multifamiliar Embaixador. (SGMU, 1963).

Um ano mais tarde, em sete de agosto de 1964, iniciava no entorno da Praça a construção de um novo imóvel com função multifamiliar – o Edifício Álvaro Rosa – cuja execução substituiu, no lote nº 66, a residência eclética pertencente ao Coronel Alberto Rosa. (SGMU, 1964).

Durante a década de 1970 apenas um prédio foi erguido no recorte físico espacial estudado. De acordo com os registros arquivados na Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, em quatro de março de 1974, era autorizado pela Prefeitura Municipal o início da construção do Edifício Barão de Jarau, que passava a ocupar o lote nº 07, provocando o óbito arquitetônico do

sobrado eclético construído no início do século XX. Esta edificação seguiu a tendência das construções anteriores do período e destinou-se ao uso multifamiliar. (SGMU, 1974).

Curiosamente foi observado, nos primeiros 20 anos da quarta etapa urbana, apenas a construção de edifícios multifamiliares no entorno da Praça, sendo estes os responsáveis por intensificar a verticalização das construções da área.

Os construtores aproveitaram a grande valorização dos terrenos na área central da cidade, as novas possibilidades de utilização das estruturas metálicas, sobretudo do concreto, e o aparecimento dos elevadores, permitindo que estes edifícios sofressem uma verticalização acentuada. A linguagem arquitetônica de tais obras respeitou os conceitos apregoados pela arquitetura moderna, onde a pureza das linhas e o respeito pela natureza dos materiais, sem o uso de artifícios, deveriam ser obedecidos. No cartão postal reproduzido na figura 83, podemos identificar estas construções.



Figura 83 – Vista da Praça Coronel Pedro Osório, ao fundo os edifícios Embaixador, Álvaro Rosa e Urbano Oliveira em construção. Pelotas, RS. 1971.

Fonte: Acervo Mogar Pagana Xavier.

No decorrer dos anos 80, a pesquisa registrou no entorno da Praça a execução de três movimentações construtivas. A primeira delas, executada no ano de 1983, destinou-se a abrigar uma filial para o Banco Bradesco, edificado no lote nº 152. Esta construção promoveu a anexação de terrenos e provocou a substituição arquitetônica da antiga revenda de veículos pertencente à Sociedade

Marítima e Comercial Ltda. (SGMU, 1983).

No ano seguinte, em 1984, a aprovação para a construção do Edifício Urbano Oliveira implantaria na área mais um imóvel residencial multifamiliar. Este prédio edificado no lote nº 606, no entanto, inaugurou uma triste realidade construtiva no centro da cidade: a demora na conclusão das obras. Tal execução se estendeu por mais de uma década, até finalmente ser concluída. (SGMU, 1884).

A década de 1980 ainda receberia a construção de uma segunda edificação bancária, destinada à agência do Banco Bamerindus. Sua construção foi erguida no lote de nº 04, situado na esquina entre as Ruas Quinze de Novembro e Marechal Floriano, onde no segundo período temporal fora construído o sobrado de uso misto que abrigou a loja Torre Eiffel, considerado o último projeto do arquiteto italiano José Isella na cidade. A pesquisa não identificou a data precisa de execução desta agência bancária, mas possivelmente a demolição do sobrado histórico na década de 80 do século XX, conforme descreveu Chevalier, tenha sido realizada para dar lugar ao prédio bancário. (CHEVALIER, 2002).

Após o ano de 1986, a pesquisa também identificou o desaparecimento do sobrado geminado de nº 58, edificado, no segundo período temporal, com base na linguagem eclética da arquitetura e destinado a uso misto. Conforme os registros da ficha de Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, o prédio foi incendiado e demolido, restando apenas a fachada principal, protegida por este Inventário. O lote então foi ocupado por um estacionamento de veículos, e da construção original, apenas a fachada principal sobrevive como registro histórico. (PELOTAS, 2000).

Dando sequência ao complexo de instituições bancárias da área, em junho de 1994, autorizava-se a construção do prédio do Banco Unibanco, hoje anexado ao patrimônio do Banco Itaú. A agência bancária ocupou o lote de nº 55 e o estacionamento de clientes foi executado em terrenos anexos, provocando a unificação de três lotes. A concepção desta agência bancária de linhas arrojadas, elaborada pela arquiteta e urbanista Eulália Anselmo, seguia nos rumos da arquitetura contemporânea. Ao descrever este edifício no livro **100 imagens da Arquitetura Pelotense**, Moura destacou que o projeto do bloco principal recua do

alinhamento predial, afastando-se e preservando o que havia restado da parede da casa onde morou o General Osório, e ressaltou que esta, como inúmeras outras construções da cidade, foi derrubada por seus proprietários na década de 1980 como reação à lei de tombamento do patrimônio histórico, promovida pelo poder público Municipal. Este edifício pode ser observado na figura 84. (MOURA, 2002).



Figura 84 – Banco Unibanco, Praça Coronel Pedro Osório nº 55. Pelotas, RS. 2002.
Fonte: MOURA, R. G.R e Schlee, A. **100 imagens da Arquitetura Pelotense**, 2ª ed. Pelotas: Pallotti, 2002, p. 231.

Ainda neste ano de 1994, começava a ser construído o complexo comercial e residencial Praça XV, implantado no lote nº 151, resultante da unificação de pequenos terrenos pertencentes à Irmandade São Francisco de Paula. Este edifício foi concebido como um único bloco com altura de 17 pavimentos, inegavelmente o mais alto no entorno da Praça. Porém, sua execução foi parcial, encontrando-se atualmente concluídos os pavimentos de subsolo e os andares térreo, primeiro e segundo pavimentos, destinados a garagens e agência bancária. Por decorrência da falência do grupo imobiliário responsável pela obra, até hoje o edifício não foi concluído, perpetuando no Centro Histórico da cidade uma cena de abandono.(SGMU, 1994).

O início da execução, em maio de 1998, do edifício comercial e multifamiliar Tom Jobim, edificado no lote nº 54, provocou na área pesquisada o óbito arquitetônico do sobrado eclético de uso misto construído no início do século XX, cuja construção era geminada com o sobrado de nº 58. Contrariando os

demais edifícios multifamiliares erguidos, este prédio apresentou uma nova maneira de interagir com os imóveis históricos da área pesquisada, e respeitou a compatibilidade volumétrica com o imóvel confrontante lateral, protegido por legislação preservacionista, conforme podemos observar na fotografia reproduzida na figura 85. Sua execução, no entanto, seguiu a tendência apresentada por outros edifícios construídos nesta quarta etapa urbana, na qual as obras ficaram por longos anos paralisadas até serem enfim concluídas (SGMU, 1998)



Figura 85 – Prédios nº 58 e 54 da Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 2012.
Fonte: Acervo da Autora

Podemos observar, portanto, que no decorrer das décadas de 1980 e 1990 as construções executadas estavam potencialmente voltadas ao uso institucional e embasadas em um novo conceito de produzir o objeto construído, conduzindo seus edifícios para o desenvolvimento da linguagem contemporânea da arquitetura. Lamentavelmente, também foi nestes últimos anos do século XX, que a área testemunhou o surgimento de uma ruína – o edifício de linguagem eclética de nº 54 – e de um grandioso edifício – o complexo Praça XV – representado na figura 86, o qual se tornou símbolo do descaso e do abandono com a área de maior valor cultural da cidade.



Figura 86 – Complexo Praça XV. Praça Coronel Pedro Osório nº 151. Pelotas, RS, 2012.
Fonte: Acervo da Autora

Com o início do século XXI a Praça recebeu a última movimentação construtiva identificada pelo estudo das arquiteturas ausentes. Em abril de 2001, nascia o edifício de salas comerciais desenvolvido a partir de reforma e acréscimo de um pavimento em altura no edifício que abrigava a agência do Banco Bamerindus, situada no lote de nº 04, implantado na esquina entre as ruas Quinze de Novembro e Marechal Floriano. (SGMU, 2001). Este edifício pode ser observado na figura 87.



Figura 87 – Edifício de Lojas Comerciais. Rua Marechal Floriano nº 04. Pelotas, RS, 2012.
Fonte: Acervo da Autora

A conformação da quarta etapa urbana estava assim concluída, e mantém-se inalterada até os dias atuais, conforme podemos observar no mapa da figura 88, no qual se encontram localizados os 35 lotes que hoje envolvem a Praça Coronel Pedro Osório.

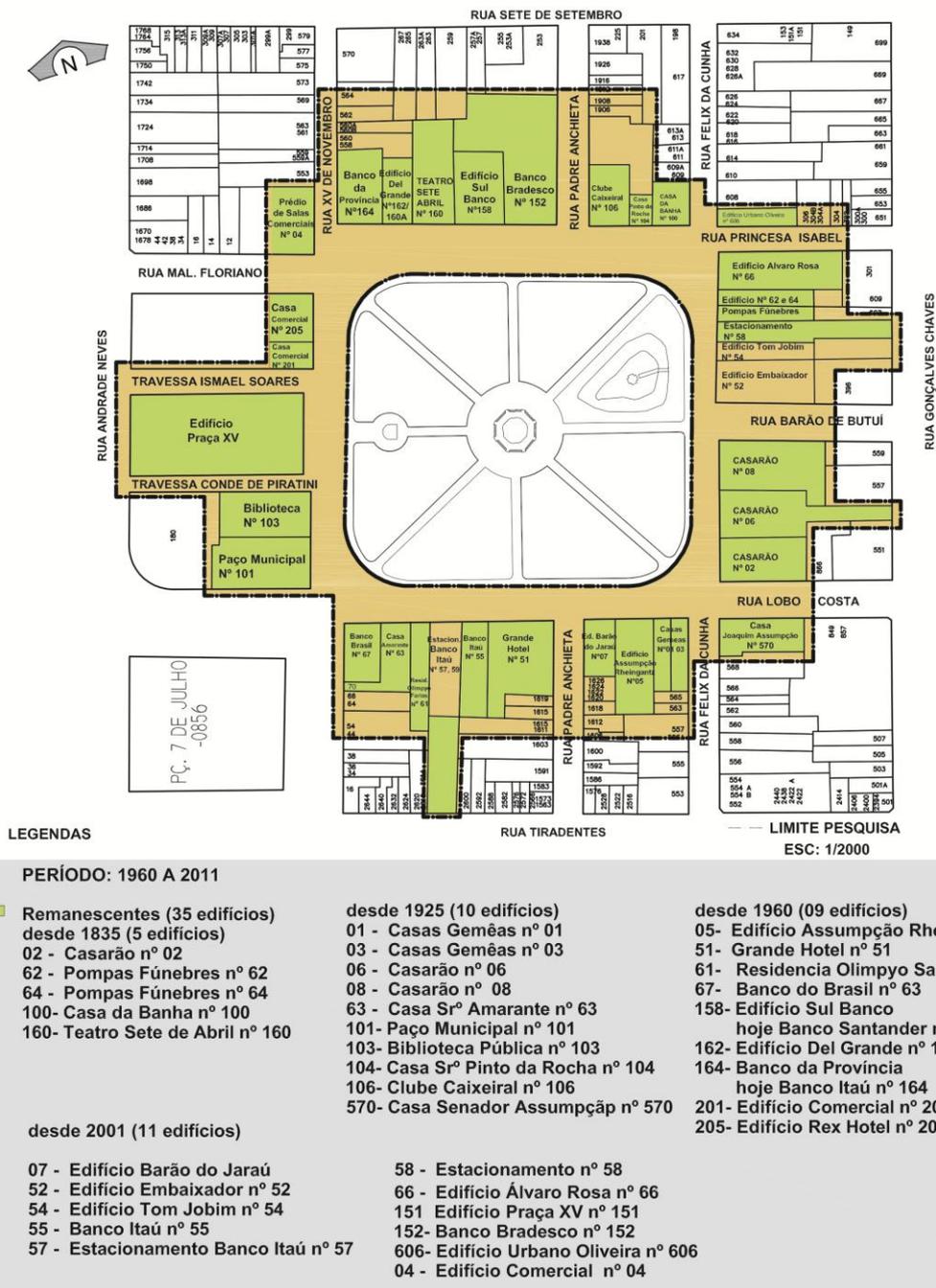


Figura 88- Mapa do recorte físico espacial da Arquitetura Ausente com a identificação dos 35 lotes do quarto período: 1961 a 2011.

Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano da cidade de Pelotas da Prefeitura Municipal- Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, Setembro 2011.

Os edifícios erguidos nesta quarta etapa urbana, salvo raras exceções, apresentaram a necessidade de modificação no parcelamento dos lotes que vieram a ocupar. Os remembramentos foram inevitáveis, haja vista a alteração de escala das construções, que substituíram os prédios edificadas no final do século XIX e início do século XX.

Observamos que o incentivo para a alteração desta escala construtiva foi impulsionado pelos regramentos urbanos vigentes. O primeiro Plano Diretor elaborado para o ordenamento urbano de Pelotas, em 1968, estimulava a verticalização e a modernização das novas construções a serem erguidas na área central da cidade. Esta legislação estabelecia para Praça Coronel Pedro Osório uma série de alterações, dentre as quais o rompimento com seu traçado histórico, a proibição do fluxo de veículos na sua face leste e a instalação de construções em seu interior. Para os quarteirões que envolviam a Praça central, o primeiro Plano Diretor sugeria até mesmo a substituição do prédio histórico do Mercado Público, que deveria ceder lugar a um centro administrativo. Este visível descompromisso com a pré-existência dos primeiros exemplares arquitetônicos que ocuparam esta área da cidade era ainda estimulado pelas novas propostas de estética urbana, conforme podemos observar na perspectiva reproduzida na figura 89, na qual apenas os edifícios do Paço Municipal e da Biblioteca Pública Pelotense apresentavam-se preservados. (PELOTAS, 1968).

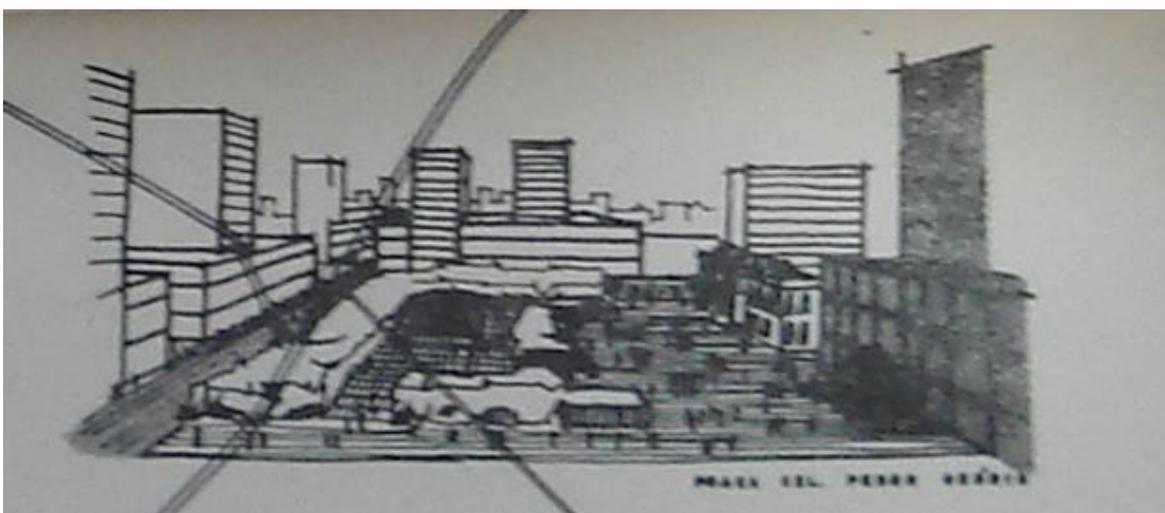


Figura 89- Prancha nº 26 com a proposição de estética urbana para a Praça Coronel Pedro Osório, elaborada para o I Plano Diretor de Pelotas.

Fonte. PELOTAS. Lei nº 1672, de 30 de maio de 1968. Institui o I Plano Diretor. s.p.

No segundo Plano Diretor da cidade, o qual passou a vigorar a partir do início da década de 1980, os incentivos ao aumento da escala e da verticalização dos edifícios mantiveram-se. Na área central da cidade, que inclui o entorno da Praça, os índices urbanísticos possuíam taxa de ocupação correspondente a 100% da área do lote e índices de aproveitamento iguais a cinco, sendo este o maior potencial construtivo aceito para a cidade. (PELOTAS, 1980).

Felizmente, a realidade construtiva projetada não foi completamente concretizada e novas legislações foram criadas para proteger os bens de natureza material que sobreviveram a este contexto sócio-político.

Assim, em 1986, foi aprovada na instância Federal a Portaria 009, que regulamenta as especificações a serem observadas para quaisquer construções nas áreas discriminadas. Dentre estas áreas encontra-se a poligonal que contempla a Praça Coronel Pedro Osório e seus quarteirões envolventes. E no início do século XXI, aprovou-se a Lei do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, com a função da gestão dos bens listados neste inventário.

Em 2008, alicerçado em novos referenciais urbanos, elaborou-se o terceiro Plano Diretor da cidade. Esta legislação, hoje em vigor, foi construída a partir de um forte caráter preservacionista, elegendo dez áreas de interesse cultural na cidade e eixos de ligação entre estas. Dentre estas áreas inclui-se a área de interesse cultural da Praça Coronel Pedro Osório, cuja proteção legal aos bens de natureza cultural encontra-se atualmente assegurada. (PELOTAS, 2008). A vigência deste código, no entanto, não abrigou nenhuma das ocupações cadastradas pela pesquisa.

Podemos reconhecer que o conjunto de construções resultantes na área pesquisada mesclou prédios construídos na primeira metade do século XIX com edifícios erguidos no início do século XXI. Este contexto urbano hoje agrupa os elementos que possibilitam perceber o resultado do processo de transformações urbanas desenvolvido na cidade antiga e que necessitou modificar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentos e Bases Teóricas

Nas últimas décadas o uso da imagem como instrumento de preservação do Patrimônio Cultural tem sido largamente difundido, principalmente quando se quer recuperar, através da memória, a história que já não está mais presente como objeto concreto.

Embasado nesta proposta desenvolveu-se o resgate da arquitetura ausente do Centro Histórico de Pelotas, o qual encontrou nas publicações precursoras sobre o tema da preservação patrimonial incentivo para desenvolver sua base teórica.

Neste caminho, a exposição e as publicações internacionais juntaram-se aos estudos nacionais para fortalecer o pensamento de que resgatar a memória construtiva por meio da imagem poderia ser utilizado como argumento para desenvolver a sensibilização à preservação patrimonial. Com tal sentido a exposição de Barcelona sobre as **Arquiteturas Ausentes Del siglo XX**, e as obras: **Arquitecturas ausentes: obras notables demolidas em la ciudad de Buenos Aires**; **Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista e Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960: acervo de imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa**, uniram-se a dissertação sobre a **Reconstituição de projetos de arquitetura: a fachada do antigo Teatro Municipal de Campinas** e a monografia **Futuro sem pretérito: as demolições do patrimônio edificado em Pelotas**, consolidando a premissa de que a preservação do patrimônio edificado poderia ser desenvolvida a partir do conhecimento sobre os nossos óbitos construtivos.

Documentação

A farta documentação sobre a cidade de Pelotas, produzida principalmente no final do século XIX e início do século XX, possibilitou resgatar a memória construtiva da urbe e recompor os cenários de uma cidade muito distante daquela hoje vivenciada. Neste período, foram editados álbuns

comemorativos, coleções de almanaques anuais, revistas dedicadas exclusivamente a Pelotas e região, coleções de cartões postais, além de serem publicados vários artigos de jornal que reproduziam o cotidiano dos moradores da cidade e documentavam as transformações promovidas no Município.

Juntamente com estas publicações, a história edificada da cidade foi contada por intermédio de registros arquitetônicos, nos quais os projetos autorizados para execução, e mapas de parcelamento urbano, depositados nos arquivos da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana - SGMU e na Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, materializaram através de documentos a memória arquitetônica de Pelotas.

Caracterização da Área e Recorte Temporal

A narrativa desta história edificada começou então a ser delineada.

O território escolhido para construir esta memória tomou como ponto focal as edificações que envolvem a Praça Coronel Pedro Osório e elencou como marco temporal o ano de 1835, época em que a vila de São Francisco de Paula foi elevada a categoria de cidade. A descrição deste relato estendeu sua investigação até a atualidade.

Possivelmente, os primeiros registros de ocupação desta região da cidade datam do ano de 1813, quando Dom Diogo de Souza, governador da Província, doa à Mariana Eufrasia da Silveira uma gleba de terras localizada em área anexa aos terrenos onde começava a ser instalada a freguesia de São Francisco de Paula, futura cidade de Pelotas.

O processo de urbanização desenvolvido nas terras de Dona Mariana respeitou o rigoroso traçado reticulado heterogêneo elaborado para os terrenos ocupados pela freguesia, deu sequência ao parcelamento inicial executado e promoveu a primeira expansão urbana que a cidade iria registrar. Contudo, a doação desta data de terras teve de obedecer algumas cláusulas condicionantes, dentre estas a concessão de áreas com destino à construção de obras públicas para a população. Estes terrenos públicos viriam a abrigar uma nova igreja, o quartel, o hospital, a estrada para o gado e a praça da população, porém a maioria destes lotes teve seus usos alterados e somente a praça da população

obedeceu à sua destinação original, transformando-se no centro das principais atividades na recém-instalada cidade de Pelotas.

Marco Referencial: A Praça Coronel Pedro Osório

Para o professor de história do Rio Grande do Sul Mário Osório Magalhães, esta praça, a partir da implantação do segundo loteamento nas terras de Dona Mariana, passou a ser o eixo central do povoado para a população. Desde o início da urbanização desta região da cidade o local transformou-se em cenário para receber atos cívicos e, no seu ponto central, ergueu-se o pelourinho.

Este espaço territorial, inicialmente chamado de “campo”, foi batizado de Praça da Regeneração em 1832, recebendo depois os nomes de Pedro II, em 1865, novamente Regeneração em 1889, da República em 1895, e, finalmente, Coronel Pedro Osório em 1931. Acompanhando as alterações de designação, gradativamente a Praça foi adquirindo novas conformações. O pelourinho foi retirado para em seu lugar ser instalada a fonte das Nereidas; sua área periférica recebeu cercamento com muros e grades, executaram-se pavimentações, ajardinamentos e equipamentos urbanos, o cercamento construído foi retirado e, anos mais tarde, passou a abrigar vários monumentos, até apresentar a configuração que hoje conhecemos.

Desta forma, a Praça Coronel Pedro Osório foi alcançando o status de marco referencial e lugar de memória para a cidade de Pelotas. Igualmente, as construções executadas nos lotes que envolveram a Praça materializaram no Centro Histórico de Pelotas os edifícios que puderam ser reconhecidos, pelos moradores da cidade, como representativos da identidade local.

Conceitos e Metodologias

Estes edifícios, por suas qualidades físicas, constituíram-se em modelo exemplar para documentar a memória edificada de nossa cidade. Entretanto, foi necessário considerar que para compreender a origem destas construções seria preciso conhecer e registrar o universo edificado que a Praça Coronel Pedro Osório abrigou ao longo de sua existência. Esta trajetória preservacionista,

desenvolvida por intermédio do resgate das arquiteturas ausentes do Centro Histórico de Pelotas, foi construída por meio de registros iconográficos e documentais, identificados, muitas vezes, em acervos e suportes distintos. A diversidade das informações recolhidas exigiu a elaboração de um instrumento que compilasse e sistematizasse todos os dados, precisos à compreensão desta história. Tal instrumento foi desenvolvido na forma de um inventário.

Neste momento, quando detectada a necessidade de a construção de uma ferramenta de cadastro, tornou-se ponto fundamental entender a relação que este instrumento deveria ter com a natureza do bem cadastrado. Com tal intuito, a pesquisa também resgatou a origem e a evolução deste suporte de memória.

Os primórdios desta ferramenta de preservação patrimonial dataram do final do século XVII, na França, e vieram acompanhando as transformações dos conceitos e valores atribuídos ao patrimônio. Ao longo do tempo os inventários evoluíram de simples documento de cadastro de bens culturais, para instrumento de proteção e, mais recentemente, para banco de dados para o conhecimento e gestão de ações voltadas a proteção patrimonial, demonstrando ser a melhor maneira de identificar o patrimônio cultural e possibilitar ações de preservação e valorização dos mesmos.

Assim, para organizar os registros da pesquisa sobre as ausências arquitetônicas e adotando a classificação das funções de inventário sistematizada por Guillermo Arango, definiu-se que a compilação das informações para o estudo sobre a arquitetura ausente se desenvolveria a partir da elaboração de um inventário científico. Sua função foi servir como instrumento de cadastramento da memória edificada de parte do Centro Histórico de Pelotas.

Construção do Inventário Científico da Arquitetura Ausente

Para a construção deste inventário científico, foi elaborada uma ficha de cadastramento específica ao trabalho, tendo por base as fichas de três inventários já consagrados. Foram assim utilizadas como referências a ficha de inventário desenvolvida para o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; a ficha de inventário do Mapeamento das Estações Ferroviárias, do Instituto do Patrimônio Artístico do

Estado - IPHAE; e, por fim, a ficha de Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Pelotas. Amparada nestas três fichas e acrescida de dados próprios para o preenchimento de informações iconográficas e documentais foi criada a ficha do Inventário da Arquitetura ausente.

Ficha de Inventário

Esta ficha compilou informações contidas em cartões postais, fotografias, álbuns impressos, projetos arquitetônicos e informações descritas em livros e periódicos (jornais, revistas, boletins etc.). Desta forma, foi possível agrupar em um único documento informações dispersas, facilitando o acesso e a leitura dos dados cadastrados, necessários à compreensão das fases edificadas dos lotes que compuseram o recorte físico espacial pesquisado. A formulação desta ferramenta tornou-se a base da construção do Inventário da Arquitetura Ausente, no qual os dados registrados tiveram a finalidade de servir de banco de dados ao desenvolvimento do estudo da evolução urbana do Centro Histórico de Pelotas.

A elaboração da “ficha inventário” aconteceu em duas etapas, sendo a primeira etapa chamada de “*ficha resumo*”, na qual foram apresentadas todas as ocupações identificadas no lote. Tal ferramenta de cadastro teve fácil leitura, pois apresentou os dados agrupados, sendo estes: etapa e data de ocupação; período; uso; propriedade; linguagem arquitetônica; situação do lote (caso este seja original ou desmembrado); situação da construção (caso esta seja uma construção nova ou uma construção que sofreu alterações) e, finalmente, o estágio de preservação, que acaba por identificar se a construção é uma arquitetura ausente ou um edifício presente na área de estudo.

A segunda etapa da “ficha de inventário” foi chamada de “ficha cadastro”, sendo esta aplicada individualmente em cada ocupação existente no lote e apresentada depois da “ficha resumo”. Esta fase do cadastramento identificou dados urbanos e dados do edifício de forma específica, indicando se o lote urbano apresenta desmembramentos ou se o mesmo permanece em sua forma original; tratou também de qual o tipo de propriedade, pública ou privada, e quem foram seus proprietários, qual a data de sua construção e de sua demolição, qual sua tipologia e linguagem arquitetônica, que tipo de proteção incide sobre o edifício e

quais dados históricos puderam ser recuperados sobre o prédio que foi inventariado.

A aplicação deste processo de cadastramento nos 35 lotes que envolvem o entorno da Praça Coronel Pedro Osório permitiu a construção do inventário que balizou todo o estudo.

Tabela das Etapas Urbanas

Com base na conclusão do Inventário da Arquitetura Ausente, foi, ainda, confeccionada a tabela de etapas urbanas, contendo as informações indicadas nas fichas resumo dos lotes pesquisados. Esta planilha teve como finalidade apresentar informações agrupadas e tabuladas, tornando possível identificar um panorama global de todas as transformações apontadas pela pesquisa.

Delimitação das Etapas Urbanas

Fundamentado no Inventário da Arquitetura Ausente, bem como na planilha das etapas urbanas, tornou-se possível tabular e interpretar a história edificada da área de estudo. Nestes resultados, foram identificadas 86 ocupações, que alternadamente se estabeleceram no Centro Histórico de Pelotas. Estas construções distribuíram-se em quatro períodos temporais distintos, cujos limites deram origem às quatro etapas urbanas individualmente estudadas pela pesquisa. Esses períodos não apresentaram um limite temporal homogêneo, pois suas delimitações foram definidas de maneira a permitir, sempre que possível, que as ocupações cadastradas em um mesmo lote viessem a ocupar faixas temporais distintas.

Nasceu, assim, o estudo da arquitetura ausente do Centro Histórico de Pelotas, consolidado dentro de quatro limites temporais, no qual as ocupações foram apresentadas seguindo a ordem cronológica de sua construção.

Etapas urbanas

Primeira Etapa urbana: 1835 a 1875.

O primeiro período estudado tomou como marco temporal o ano de 1835.

O contexto histórico deste período foi marcado, neste mesmo ano de 1835, pelo início a Revolução Farroupilha. Esse conflito político impediu o desenvolvimento econômico de todo o Estado do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, sustou o crescimento de Pelotas. A urbe deixou de progredir durante os dez anos de guerra, e somente após o término dos combates, a cidade começou a refazer-se.

O caminho encontrado pelo Município para reaver seu crescimento econômico foi alicerçado no restabelecimento da produção saladeiril. Esta produção agregou ao seu redor pequenos comércios e manufaturas, fortalecendo a economia da região.

Como reflexo desta recuperação econômica, o centro urbano começou a receber importantes construções: em 1853, era concluída a obra do Mercado Público e quatro anos mais tarde erguia-se o hospital de Beneficência Portuguesa. Assim, a cidade encaminhou-se para um processo de desenvolvimento que seria consolidado a partir da década de 1860.

Possivelmente o local que melhor representou a retomada deste crescimento econômico e urbano concentrou-se ao redor da Praça central da cidade. Nos primeiros 40 anos de história edificada do entorno da Praça Coronel Pedro Osório - estabelecido entre os anos de 1835 e 1875 - foram erguidos os exemplares arquitetônicos que se constituíram na origem da ocupação da primeira expansão territorial realizada na cidade de Pelotas, cujas funções garantiram a importância sociopolítica da área.

O primeiro registro documental destes edifícios foi identificado no mapa da cidade, elaborado em 1835, nele foi possível observar treze construções estabelecidas no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, dentre estas edificações encontravam-se o Teatro Sete de Abril, a Escola Pública e a Câmara Administrativa. A partir de 1846 começou a ser construída uma nova igreja matriz que jamais foi concluída e, nos anos que se seguiram, mais quatro novos edifícios

foram erguidos nesta área, destacando-se entre eles a Garagem de Bondes à tração animal. Assim, 17 prédios e mais os alicerces da igreja matriz, em construção, estavam edificadas em torno da Praça Coronel Pedro Osório até o ano de 1875.

O parcelamento desta região da cidade seguiu o traçado ortogonal, inicialmente implantado para a vila de São Francisco de Paula. O micro parcelamento, bastante regular, adotou os conceitos do urbanismo luso-brasileiro e possuía terrenos com faces voltadas para a Praça, testadas estreitas e comprimento de aproximadamente meia quadra.

Nestes lotes, as construções erguidas abrigavam usos diversos. Assim, foram consolidando-se na área casas de moradia, pequenos comércios, prédios institucionais como a Câmara Municipal, a Escola Pública e a Garagem de Bondes, e edifícios de usos específicos, representados pelo Teatro Sete de Abril. Apesar da diversidade de usos, a prevalência das residências unifamiliares era consideravelmente superior.

A linguagem arquitetônica materializada nestes edifícios carregou consigo os fundamentos da arquitetura luso-brasileira, na qual os edifícios estavam intrinsecamente relacionados ao tipo de lote no qual se implantaram. As casas foram construídas de frente para a rua, sobre o alinhamento das vias públicas e nos limites laterais dos terrenos. A produção desta arquitetura, baseada no trabalho escravizado, resultou em construções com um nível tecnológico bastante precário, fato que contribuiu para que os edifícios fossem, ao longo do tempo, transformando-se em ausências arquitetônicas.

Nos primeiros tempos de ocupação da área, as 17 construções executadas constituíram-se em prédios novos, executados em terrenos sem nenhum vestígio de edifícios anteriores. Dentre estas construções apenas cinco edifícios se perpetuaram até os nossos dias, os demais prédios transformaram-se nas arquiteturas ausentes do primeiro período avaliado.

O surgimento destas ausências arquitetônicas foi motivado por fatores distintos: alguns edifícios foram totalmente demolidos, para que viessem dar lugar a uma nova construção; outros, inicialmente, tiveram sua arquitetura original alterada por meio da mudança de sua linguagem arquitetônica original para pouco

depois serem derrubados, ou ainda pelo simples fato de nunca terem sido concluídos.

As construções desta época inicial que sobreviveram até a atualidade e carregaram consigo a memória edificada dos primeiros tempos da cidade se materializaram nos prédios conhecidos como o Casarão de nº 02, as Casas de nº 62 e nº 64, onde se encontra estabelecida a empresa de Pompas Fúnebres, o sobrado de nº 100, reconhecido como a Casa da Banha e o prédio de nº 160 destinado ao Teatro Sete de Abril. Estes edifícios, mesmo tendo sofrido alterações que os distanciaram de sua concepção original, transformaram-se em documentos concretos para a compreensão da arquitetura pelotense.

Segunda Etapa urbana: 1876 a 1925.

Observamos, assim, que inúmeras construções deste primeiro período estudado gradativamente foram substituídas ou tiveram sua concepção original alterada. Estas substituições arquitetônicas começaram a ser produzidas a partir do segundo período temporal analisado pela pesquisa, que compreendeu os anos de 1876 a 1925.

Nesta época, a região das charqueadas voltara a ser o núcleo de maior circulação monetária e acumulação de capitais dentro da Província. O êxito e a articulação deste setor produtivo provocou um amplo crescimento econômico e urbano na cidade de Pelotas.

Esse contexto promoveu em redor da Praça Coronel Pedro Osório um acelerado processo de urbanização. Foram erguidas imponentes residências unifamiliares; o Paço Municipal; a Biblioteca Pública Pelotense; a sede do Clube Comercial; o Teatro Politheama e inúmeros prédios comerciais e de uso misto – comércio no pavimento térreo e residência no pavimento superior. As remodelações arquitetônicas nesta segunda etapa urbana eram com frequência realizadas, permitindo que os edifícios construídos entre os anos de 1835 e 1875, cuja linguagem se amparava nos conceitos da arquitetura luso-brasileira, adquirissem características da linguagem eclética da arquitetura.

Assim, no ano de 1925, 29 novas construções e dez prédios edificadas no primeiro período temporal da pesquisa, oito destes remodelados entre os anos de 1876 e 1925, estavam edificadas em torno da Praça central da cidade.

Para abrigar tamanha movimentação construtiva, novos terrenos foram demarcados nas áreas de quarteirões desocupados. Estes lotes seguiram a conformação de terrenos estabelecida no parcelamento inicial da área, mantendo formatos regulares, testadas estreitas, comprimento de meia quadra e faces de lotes voltadas para a Praça. A maioria dos lotes primitivos conservou sua configuração original.

Inegavelmente, este foi o período de maior movimentação construtiva identificado pela pesquisa. Neste segundo período temporal estudado houve 41 edificações estabelecidas ao redor da Praça Coronel Pedro Osório. Em consequência desta efervescência construtiva, este período também abrigou o maior parcelamento que a área registrou, sendo identificados 39 lotes nos quarteirões que envolveram a Praça. Nos anos que se seguiram estes lotes seriam submetidos a remembramentos, reduzindo gradativamente o número de lotes da área estudada.

Os edifícios remanescentes do primeiro período estudado, salvo raras exceções, mantiveram seus usos originais e, nos novos prédios erguidos, verificava-se a prevalência das habitações unifamiliares, da mesma forma que perdurava a posse dos terrenos, basicamente vinculados à propriedade privada.

Apesar dos vínculos de uso e propriedade estabelecidos no primeiro período estudado não terem sido rompidos nesta segunda etapa urbana, era possível perceber que as construções erguidas ou remodeladas entre os anos de 1876 e 1925, materializaram no entorno da Praça um renovado tipo de edifício, fundamentado na linguagem eclética da arquitetura.

A implantação deste novo modelo construtivo foi impulsionada pela alteração na maneira de ocupar o lote, que sutilmente ia se afastando dos seus limites, pela importação de requintados materiais de construção e pela assimilação de mão-de-obra especializada, com destaque para a técnica construtiva produzida pelos imigrantes italianos. A execução destas construções obedeceu a rigorosos esquemas compositivos e incorporou, nesses edifícios, uma grande variedade de ornamentos que faziam referências a elementos da tradição

clássica da arquitetura. Ao referir-se a esta linguagem arquitetônica, peculiar à cidade, o doutor em arquitetura Andrey Schlee convencionou o termo “Ecletismo Historicista”.

A dinâmica constante imposta a vida da cidade fatalmente provocou, nos edifícios que nasceram ou foram remodelados no segundo período temporal estudado, 26 óbitos arquitetônicos. As construções remanescentes deste período igualmente sofreram algum tipo de intervenção que as afastaram de sua concepção original e somente o casarão nº 06 mantém até a atualidade sua integridade construtiva.

Seguindo a tendência apresentada pela movimentação construtiva do primeiro período temporal, as ausências arquitetônicas foram consideravelmente sentidas nas pequenas construções, destinadas a residências e modestos comércios. Alguns edifícios de maior solidez arquitetônica também foram substituídos, mas estiveram em menor número representados.

Terceira Etapa urbana: 1926 a 1960

O ano de 1926 marcou o início do terceiro período temporal estudado, o qual se estendeu até 1960, resgatando 34 anos de história construtiva do recorte físico espacial da pesquisa.

Este período carregou consigo o declínio da produção saladeiril na região de Pelotas. A indústria pelotense passou então a caracterizar-se por uma concentração de fabricas de ramos têxtil, de bebidas e de beneficiamento de produtos agropecuários, como as de conservas alimentícias.

A implantação da malha ferroviária do Rio Grande do Sul, de forma desigual, contribuiu ainda mais para o agravamento do quadro econômico que se desenhava na metade sul do Estado, dificultando a distribuição da produção desta região. O fechamento do Banco Pelotense, na década de 1930, impediu definitivamente a recuperação econômica do Município. Sem condições de sustentar-se como centro industrial, a cidade direcionou suas atividades para o setor terciário.

Dentro deste contexto social, apenas quinze novas movimentações arquitetônicas foram realizadas ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, entre os

anos de 1926 e 1960, materializando no objeto edificado o reflexo econômico estabelecido na cidade. Este panorama que envolvia o entorno da Praça foi constituído por dez novas construções e 28 prédios construídos nos primeiros períodos temporais da pesquisa, cinco destes remodelados no terceiro período temporal pesquisado.

Embora tenha sido consideravelmente modesta a movimentação construtiva desta etapa urbana, este período testemunhou o nascimento de exemplares arquitetônicos que promoveram amplas transformações na configuração urbana da cidade. Dentre estas construções encontravam-se diversas instituições bancária, responsáveis por aglutinar à área o caráter financeiro. Também neste período foi edificado o imponente prédio destinado a abrigar o Grande Hotel e, a partir de 1947, surgem os primeiros edifícios em altura, responsáveis por verticalizar a paisagem do centro da cidade.

De forma contraditória aos períodos anteriores, o parcelamento da área começou a apresentar uma série de desmembramentos e unificações, alterando lentamente o lote urbano característico do período luso-brasileiro. Nos terrenos que sofreram transformações foram identificadas testadas mais largas e comprimentos algumas vezes inferiores a sua testada, compatíveis a abrigar novas tipologias construtivas. Em decorrência destas alterações de parcelamento no terceiro período estudado, a área também passou a apresentar redução dos lotes que envolveram a Praça central.

Uma nova conformação de usos também veio ocupar o recorte físico espacial da pesquisa. Somaram-se aos edifícios remanescentes dos períodos anteriores prédios comerciais, comércio de serviços, edifícios de uso misto, instituições bancárias e edifícios em altura destinados a residências multifamiliares.

As construções executadas nesta faixa temporal apresentaram um surpreendente equilíbrio entre linguagens arquitetônicas. Nos primeiros anos deste período, quatro construções foram erguidas com base na linguagem eclética da arquitetura e outros dois edifícios foram remodelados embasados nesta linguagem. Porém, a partir de 1938, as novas construções e as remodelações construtivas executadas passavam a apresentar características arquitetônicas vinculadas à linguagem protomoderna da arquitetura. Sua

implementação foi impulsionada por meio do aprimoramento da tecnologia construtiva, a qual permitiu o uso do aço e do concreto armado nas edificações, pela redução do acesso aos materiais importados e pela vigência dos novos regramentos construtivos impostos às edificações da cidade, que tinham a intenção de modernizar antigas estruturas urbanas.

O rompimento da escala de altura, implantando na área a verticalização dos edifícios, o uso nestas edificações de materiais de construção adquiridos na própria região, o partido arquitetônico com planta livre e o desaparecimento da utilização de porões promoveram uma renovação funcional e formal nas construções.

O estágio de preservação das construções deste terceiro período não reproduziu a tendência apresentada nas faixas temporais anteriores. Foram identificadas apenas quatro ausências arquitetônicas, enquanto os demais prédios construídos ou remodelados neste período se perpetuaram até a atualidade.

A construção destas quatro ausências arquitetônicas se desenvolveu de forma distinta: um edifício foi demolido para dar lugar a outra construção, enquanto os demais prédios desaparecidos inicialmente sofreram alteração de linguagem, para só tempos depois serem totalmente demolidos.

Neste intervalo temporal começamos a identificar a prevalência da manutenção dos edifícios no convívio com a cidade. É possível que esta mudança de comportamento esteja relacionada com a proximidade temporal do período com os dias atuais, no entanto a retração da economia local, que contribuiu para a redução da movimentação construtiva na cidade, igualmente concorreu para a permanência destas construções no entorno da Praça.

Quarta Etapa urbana: 1961 a 2011

A partir de 1961, teve início à quarta etapa urbana avaliada pela pesquisa, que se estendeu até o ano de 2011.

Logo após o início desta etapa foi, consideravelmente, reduzido o processo construtivo ao redor da Praça Coronel Pedro Osório. Neste período, foram erguidos somente dez novos edifícios, sendo ainda um destes prédios

submetido a acréscimo de um pavimento em altura. Todas estas construções até hoje se fazem presentes na realidade urbana da cidade, fator que determinou a inexistência de ausências arquitetônicas no quarto período temporal pesquisado.

Curiosamente, observou-se que, durante as décadas de 1960 e 1970, apenas edifícios multifamiliares foram executados no entorno da Praça. Nasceram no decorrer destes 20 anos os Edifícios Residenciais Embaixador, Álvaro Rosa e Barão de Jarau. Tais prédios tornaram-se os responsáveis por intensificar a verticalização das construções em redor da Praça e por imprimir na paisagem urbana o rompimento do panorama homogêneo identificado nesta região da cidade até a metade do século XX.

A linguagem arquitetônica destas obras seguiu os conceitos apregoados pela arquitetura moderna, segundo os quais a pureza das linhas e o respeito pela natureza dos materiais, sem o uso de artifícios, deveriam ser obedecidos.

As posteriores ocupações do período se constituíram em novos edifícios residenciais multifamiliares, instituições bancárias e, no primeiro ano do século XXI, a última movimentação construtiva do entorno da Praça. Tratava-se da reforma com acréscimo de um pavimento em altura no prédio que abrigou o Banco Bamerindus. Tal edifício, a partir desta intervenção, passou a receber um conjunto de lojas comerciais. Verificamos, assim, que a paisagem do Centro Histórico da cidade mantém-se inalterada há mais de uma década.

A linguagem arquitetônica produzida nestes últimos exemplares arquitetônicos construídos ao redor da Praça seguiu os preceitos da arquitetura contemporânea.

Assim, verificamos que as primeiras construções executadas ao redor da Praça em linguagem luso-brasileira foram sucedidas por edifícios ecléticos que, por conseguinte, deram lugar a prédios protomodernos, modernos e contemporâneos, seguindo a tendência construtiva da época de seu nascimento, bem como sendo regulamentadas pelos regramentos construtivos vigentes.

Os edifícios executados nesta quarta etapa urbana, salvo raras exceções, promoveram alterações no parcelamento da área e, lamentavelmente, em alguns destes prédios verificou-se a demora em sua execução, materializando na área construções que até hoje remetem a cenas de descaso e abandono.

Os regramentos construtivos vigentes neste período, seguramente incentivaram o processo de transformações urbanas que resultaram na configuração da paisagem atual. O primeiro Plano Diretor de Pelotas, aprovado em 1968, manifestava um evidente descompromisso com a preexistência dos primitivos exemplares arquitetônicos que ocuparam o entorno da Praça, pois incentivava a renovação das construções na cidade. O segundo Plano Diretor de Pelotas, apesar de ter sido elaborado na segunda metade do século XX, manteve-se distante das relações de integração entre os edifícios do passado e as novas intervenções arquitetônicas.

O respeito pelo patrimônio arquitetônico por intermédio de legislação Municipal somente foi alcançado no início do século XXI, com a regulamentação de lei complementar que protege o Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas – lei 4568 de 2000.

Atualmente, o terceiro Plano Diretor de Pelotas, aprovado em 2008, alterou a forma de inteiração do bem patrimonial no contexto da cidade. Esta legislação, elaborada sobre forte caráter preservacionista, hoje legitima a preservação dos bens culturais de natureza material. A vigência deste código, no entanto, não abrigou nenhuma das ocupações cadastradas pela pesquisa.

Sob a égide desta legislação, hoje se encontram protegidos os precursores da ocupação do entorno da Praça Coronel Pedro Osório: O Teatro Sete de Abril, A Casa da Banha, A Casa de Pompas Fúnebres e o Palacete nº 02. Igual proteção é reservada para os demais prédios remanescentes, que gradativamente, após o ano de 1835, foram ocupando o entorno da Praça.

Amparado na ampla documentação produzida sobre a cidade de Pelotas foi possível desenvolver a recomposição da memória construtiva dos lotes pesquisados. Esse resgate construtivo permitiu identificar, além dos edifícios presentes até hoje no entorno da Praça central da cidade, os prédios que se transformaram nas arquiteturas ausentes da área. A pesquisa igualmente esclareceu a causa destas mortes arquitetônicas, as quais ocorreram por motivos diversos, quer seja para dar lugar a uma nova construção, por alterações de linguagem arquitetônica ou por acréscimos construtivos nos edifícios existentes.

A narrativa das análises das quatro etapas urbanas que resgataram a história edificada do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, ora apresentada,

descortinou o panorama urbano e social que culminou na paisagem atual, na qual o conjunto de edifícios resultantes mesclou prédios construídos a partir da primeira metade do século XIX que convivem com prédios erguidos no século XXI. Tornou-se evidente, ao elaborar este estudo, que os aspectos econômicos e os regramentos construtivos nortearam a produção destas construções. Contudo, a multiplicidade de usos e linguagens construtivas hoje percebidas na área, conseqüentemente leva a ponderarmos sobre o modo como foram conduzidos os processos transformadores da paisagem urbana primitiva. Espera-se, com esta reconstituição histórica, suscitar nos produtores do espaço construído reflexões sobre a maneira com que vimos intervindo no espaço da cidade, de forma à compreendermos como interagir em uma cidade antiga que necessitou modernizar-se.

Bibliografia e fontes escritas

I SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E RIVATIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>>. Acesso: 11 set. 2011.

ALMANACH DE PELOTAS. Pelotas: Ferreira e Cia, 1913-1935.

AMORIM, L. **Obituário Arquitetônico**: Pernambuco Modernista. Recife: Luiz Amorim, 2007.

Arquitectura Ausentes del siglo XX Disponível em <http://www.eu2010.es/export/sites/presidencia/comun/descargas/Documentacion/pdf_accesible_aruitecturasausentes.pdf> Acesso em 21. ago. 2011

ARRIADA, E. **Pelotas Gênese e Desenvolvimento Urbano** (1780-1835). Pelotas: Armazém Literário, 1994.

_____. **Praças de Pelotas**: o ontem e o hoje no olhar das crianças. Pelotas: s. ed. 2003.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. (1858). Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AZEVEDO, P. O. de . Por um inventario do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22, 1987.

BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE. **Annaes**. Pelotas: Livraria Comercial, 1905.

_____. **Livro de atas da Câmara Municipal de Pelotas**. 1874-1878. 27 de abr; 14 jul; 23 nov.1876

_____. **Livro de atas da Câmara Municipal de Pelotas**. 1874-1878. 09 de maio. 1877.

BRAUNER, A. L. O; HABEYCHE, L; LAMARE, L. C; SILVA, M. R. **Arquitetura residencial – Família Assumpção**. Monografia. Pelotas: 2000.

CÂMARA MUNICIPAL. **Colleção de Actas da Camara Municipal D’Esta Cidade**. Pelotas: Tipographia de Candido Augusto de Mello, 1854.

_____. Posturas Policiais adotadas para o Regime do Município da Câmara Municipal da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul adotadas pela Câmara da mesma Vila em sessão de 31 de julho de 1829.

_____. Posturas Policiais aprovadas pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. 1834.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMONA, L; SERÉ, M; ARANA, M. Plaza Constitucion. **Revista Oficial do Colegio de Arquitectos de Chile**, Santiago, n. 50 dez.1987.

CARRICONDE, C. **Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil**. Pelotas: s. ed, 1922.

CHEVALLIER, C. **Vida e obra de José Isella**: Arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Sao Paulo: Ed. UNESP, 2001

CUNHA, A. C. da. Antigualhas de Pelotas. **A Opinião Pública**. Pelotas, 29.jun.1928 a 20.dez.1928.

DE BEM, E. Clube Comercial. In: LONER; A.B; GILL, L.A;. MAGALHÃES, M.O (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

DOMECQ, R. M.. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Estabelecimento Graphico Thomas, 1916.

EXTREMO SUL. Pelotas: Comércio Editorial de Periódicos e Afins, n 04, 23 Jun de 1979.

FLORES, M. Revolução Farroupilha, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GONZALEZ-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**: teoria, historia, principios y normas. Madrid: Catedra, 2000.

GUEDES, M. T. Inventario nacional de bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 22, 1987.

GUTIERREZ, E. J. B. **A Cidade e os Valores Históricos e Artísticos**: Pelotas, 1815-1888. Relatório de pesquisa. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2001.

_____. Casa da Banha. In: LONER; A.B; GILL, L. A;. MAGALHÃES, M. O. (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

GUTIERREZ, E. J. B. **Histórico da Casa do Senador Joaquim Augusto de Assumpção**: do final do século XIX ao início do XXI. PELOTAS. RS. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/CIC/2006/arquivos/SA_01445.rtf. Acesso em 05 ago 2012.

_____. **Negros, charqueadas & olarias**: Um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2001.

GUTIÉRREZ, R.; MENDEZ, P.; KOHAN, M. **Arquitecturas Ausentes**. Obras Notables Demolidas en la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: El Artenauta: Cedodal, 2008.

ILLUSTRAÇÃO PELOTENSE. Pelotas: s.ed., 1920. Ano 2 nº 07.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria n.009 de Setembro de 1986. Dispõe sobre as especificações a serem observadas para quaisquer construções nas áreas discriminadas.

_____. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso: 10 jul. 2011.

_____. **Carta de Burra**. 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>>. Acesso: 10 jul. 2011.

_____. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão: Estrutura do sistema descritor (SICG)**. Brasília: IPHAN, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO ESTADUAL, **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 18 maio 1877.

LOPES NETO, J. S. A Cidade de Pelotas apontamentos para uma monographia para o seu centenario In **Annaes da Biblioteca Pública Pelotense**. Pelotas: Livraria Comercial, 1905.

_____. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. 8v. Pelotas: s. ed. 1911-1912.

MAGALHÃES, M.O. Praças. In: LONER; A.B; GILL, L. A.; MAGALHÃES, M. O. (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

_____. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul. Um estudo sobre a história de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel: Co-edição Livraria Mundial 1993.

_____. **Os Passeios da Cidade Antiga**. Guia Histórico das Ruas de Pelotas. Pelotas: Armazém Literário. 1994.

MAGALHÃES, N.N. Praça: Jardim de Todos. **Pelotas Memória**, Pelotas, f 01, 1989.

MARQUES, A. F. **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MÉNDEZ, P. Fotografía y Arquitectura, una relación bien atemperada. In GUTIÉRREZ R.; MENDEZ, P.; KOHAN, M. **Arquitecturas Ausentes**. Obras Notables Demolidas en la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: El Artenauta: Cedodal, 2008.

MESSENTIER, L. M. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Disponível em <http://www.ccchla.ufrn.br/vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%C3%8ANCIA_28.pdf> Acesso em 28.ago.2011.

MICHELON, F.F; SCHWONKE, R. S. (Org). **A Cidade em Imagens: Catálogo de Fotografias Impressas - 1913/ 1930**. Pelotas: Ed. UFPel. [2000].

MINISTERIO DA EDUCACAO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. 1980. Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13129&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso: 10 ago 2011

MONTEIRO, C. **Porto Alegre, urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 1995.

MOREIRA, A P. **Pelotas na tarca do tempo**. Primeiros tempos e freguesia. Pelotas: s. ed, 1988, 3v.

MOREIRA, D. C. **Reconstituição de Projetos de Arquitetura: A fachada do antigo Teatro Municipal de Campinas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOREIRA, I. A. G. COSTA, R. **O Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1882.

MOURA, R. G. R e Schlee, A. **100 imagens da Arquitetura Pelotense**, 2ª ed, Pelotas: Pallotti, 2002

MOURA, R. G. R. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

NASCIMENTO, H. A. **Nossa cidade era assim**. Pelotas: Mundial, 1989.

_____. **Nossa cidade era assim**. Pelotas: Mundial, 1999. 3v.

NORA, P. Entre memória e História A problemática dos Lugares. tradução Yara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, n 10, p 07-17, dez. 1993. Disponível em <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> > Acesso em 28.ago.2011.

OSÓRIO, F. L. **A cidade de Pelotas – Corpo coração e razão**. Pelotas: Diário Popular, 1922.

PAIXÃO, A. Z. **A Escultura de Antônio Caringi: Conhecimento, Técnica e Arte**. Pelotas, Ed. UFPel, 1988.

PELOTAS. **Código de construções e reconstruções**. Pelotas: Oficinas typographicas da Fabrica Guarany, 1914.

PELOTAS. Lei nº 1, de 16 set. 1930. **Código de Construções**

PELOTAS. Lei nº 76, de dezembro de 1948.

PELOTAS. Lei nº 1672, de 30 de maio de 1968. Institui o I Plano Diretor.

PELOTAS. Lei nº 2565, de 1980. Institui o II Plano Diretor de Pelotas.

PELOTAS. Lei nº 4568, de 07 de julho de 2000. Estabelece áreas da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens e dá outras providências.

PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de Setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

POSSAMAI, Z. A Fotografia e os tempos fugidios da cidade. In. STUMVOLL, D.; MENEZES, N. (Orgs). **Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960**: Acervo de Imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. 2 ed. Porto Alegre: Palloti, 2008. p 8-9.

REIS FILHO. N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1987.

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos (1903)**. Madrid: A. Machado Libros, 2008.

ROIG, C. V. “Futuro sem Pretérito?: As demolições do patrimônio edificado de Pelotas”.1997. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos) – Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

SANTOS, M. R. C.(Org.). **Cadernos do IHGPel**: posturas policiais adotadas para o regime do município da Câmara Municipal da Vila de Rio Grande de São Pedro do Sul adotadas pela Câmara da mesma vila em sessão de 31 de julho de 1829; posturas policiais aprovadas pelo Conselho Geral para a Camara Municipal da Vila de São Francisco de Paula – 1834.Pelotas: Ed. Universitária UFPel. 2012. v3.

SCHLEE, A. R. **O Eclétismo na Arquitetura de Pelotas até a década 30 e 40**. Porto Alegre de: 1993. Dissertação (Mestrado em arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS.

SINGER, P.I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

XAVIER, J. Chafarizes. In: LONER, A.B; GILL, L.A.; MAGALHÃES, M.O (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.

YUNES, G. A importância do traçado Urbano da Cidade. In. PELOTAS. **Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário**. Um caminho Possível para a Preservação. Pelotas: Ed UFPel, 1999.

Fontes Orais:

MORAES, Inês. **Entrevista Oral**. Pelotas, 07 jul 2011.

Fontes iconográficas:**Mapas. Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Cultura.**

Mapa da cidade de 1835

Mapa da cidade de 1882

Projetos. Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana.

Projeto Fachada da Biblioteca Pública Pelotense, com a ampliação do segundo pavimento. Planta nº 133 de 1912.

Projeto Fachada Principal do Edifício da Sociedade Marítima e Comercial Ltda. Praça Cel. Pedro Osório nº 152. Planta nº 84 de 1939

Cartões postais e Fotografias**Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas, RS**

Fotografia Rua dos Canários, atual Rua XV de Novembro, Pelotas, RS, 1900. Acervo CDOV – Coleção Henrique de Moraes.

Fotografia Residência da Família Moreira Praça da República nº 52, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas, RS – início do século XX.

Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas:

Fotografia Praça da Regeneração, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas RS, 1873.

Fotografia Praça da República, atual Praça Coronel. Pedro Osório, em destaque o Prédio do Club do Comércio nº 158. Pelotas, RS, 1919.

Fotografia Residência do Coronel Alberto Rosa. Praça Coronel Pedro Osório nº 66, Pelotas, RS, 1950.

Fotografia Sobrado Geminado. Praça Cel. Pedro Osório nº 54. Pelotas, RS. 1955.

Fotografia Banco Agrícola e Mercantil, Praça Cel. Pedro Osório, nº 57, Pelotas, RS, 1973.

Fotografia de imóveis protegidos por tombamento federal, municipal e inventário. Pelotas, RS. s.d.

Fotografia Praça Coronel Pedro Osório esquina Rua Marechal Floriano. Em destaque o Prédio Comercial de nº 205. Pelotas, RS. s.d.

Fotografia Prédios demolidos da Praça Cel. Pedro Osório, lotes nº 156 e 158. Pelotas, RS, s.d.

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Acervo: Núcleo de estudos de arquitetura brasileira. Pelotas, RS

Fotografia Cortejo em procissão na Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, início do século XX.

Fotografia Prédio Comercial - Praça Cel. Pedro Osório nº 205. Pelotas, RS, s.d.

Acervo doutor Eduardo Arriada

Fotografia Chafariz da Praça da Regeneração, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS, 1873

Acervo Fausto José Leitão Domingues:

Cartão Postal Garagens dos Bondes à tração animal, Praça da Regeneração, atual Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1900

Cartão Postal Sobrado da Loja Torre Eiffel Rua São Jerônimo nº 04 (atual Rua Marechal Floriano) esquina Rua Quinze de Novembro. Pelotas, RS, 1902.

Cartão Postal Prédios Comerciais Casa Coates nº 164 e Hotel Brasil nº 162. Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1906

Cartão Postal Residência do Cel. Alberto Rosa nº 66 e sobrados geminados nº 54 e nº 58. Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1906

Cartão Postal Residências nº 02, 06 e 08 da Praça da Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1906.

Cartão Postal Paço Municipal nº 101 e da Biblioteca Pública Pelotense nº 103,. Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório Pelotas, RS, 1908.

Cartão Postal Casa da Banha., Praça da Regeneração nº 100. Atual Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1910

Cartão Postal Herma do Dr. Miguel Barcellos. Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas, RS, 1919.

Cartão Postal Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas RS, 1919.

Cartão Postal Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas RS, 1921.

Cartão Postal Biblioteca Pública Pelotense, Praça da Regeneração nº 103. Atual Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, s.d.

Cartão Postal Residências nº 05 e nº 07 da Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, s.d.

Cartão Postal Sede do Clube Caixeiral. Praça da República nº 106, atual Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, RS. s.d.

Acervo Mogar Pagana Xavier:

Cartão Postal Praça Dom Pedro II, atual Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas RS, 1880.

Cartão Postal Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1900

Cartão Postal Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1922.

Cartão Postal com vista da Praça da República, atual Praça Cel. Pedro Osório. Em destaque o Prédio da Casa Hercílio, nº 205. Pelotas, RS, 1922.

Cartão Postal Praça Coronel Pedro Osório, ao fundo os edifícios Embaixador, Álvaro Rosa e Urbano Oliveira em construção. Pelotas, RS. 1971.

Cartão Postal do Banco da Província, atual Banco Itaú. Praça Coronel Pedro Osório nº 164. Pelotas, RS. s.d.

Cartão Postal Empresa de Pompas Fúnebre. Praça Cel. Pedro Osório nº 62 e 64. Pelotas. RS, s.d.

Cartão Postal da Rua Félix da Cunha. Pelotas, RS, s.d.

Fotografia Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, em destaque o edifício do Teatro Politheama Pelotense. Praça da República nº 51, Pelotas, RS, início do século XX.

Fotografia Casa do General Osório nº 55 e Residência unifamiliar nº 57, Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 1923.

Fotografia Praça Coronel Pedro Osório entre as Ruas Quinze de Novembro e Rua Padre Anchieta. Pelotas, RS, 1957.

Fotografia Palacetes nº 02, 06 e 08 da Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, década de 1970.

Fotografia Palacete. Praça Cel. Pedro Osório nº 06. Pelotas, RS. 2002.

Fotografia Praça Coronel Pedro Osório entre as Ruas Quinze de Novembro e Rua Padre Anchieta. Pelotas, RS, s.d.

Fotografia Praça Coronel Pedro Osório com o prédio Assumpção Rheingantz em execução. Pelotas, RS, s.d.

Fotografia Residência do Senador Joaquim Augusto de Assumpção, Rua Félix da Cunha nº 570, esquina com a Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, s.d.

Acervo da Autora

Fotografia Complexo Praça XV. Praça Coronel Pedro Osório nº 151. Pelotas, RS, 2012.

Fotografia Edifício de Lojas Comerciais. Rua Marechal Floriano nº 04. Pelotas, RS, 2012

Fotografia Prédios nº 58 e 54 da Praça Cel. Pedro Osório. Pelotas, RS, 2012.

Fotografia Praça Cel. Pedro Osório esquina Rua Marechal Floriano, em destaque o edifício comercial nº 205. Pelotas, RS, s.d.

Acervo Viva o charque

Fotografia Casas Comerciais da Irmandade São Francisco de Paula. Praça Coronel Pedro Osório nº 129, 131, 151 e 155. Pelotas, RS, 1923.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Inventário da Arquitetura Ausente do centro histórico de Pelotas. Ficha resumo

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS FICHA RESUMO								
1. IDENTIFICAÇÃO								
1.1 Recorte Territorial: Entorno da Praça Cel. Pedro Osório – Centro Histórico de Pelotas/RS.								
1.2 Recorte Temático: Identificação do Patrimônio Arquitetônico Ausente						FICHA GERAL LOTE Nº:	00/35 - 01	
1.3 Identificação do Bem:								
1.4 Localização do Bem:								
DADOS ICONOGRÁFICOS								
1ª Ocupação					2ª Ocupação			
3ª Ocupação					4ª Ocupação			
DADOS DAS OCUPAÇÕES								
Nº	Período	Data	Situação Lote	Uso	Propriedade	Linguagem	Situação Construção	Estágio de Preservação
01	1835-1875							
02	1876-1925							
03	1926-1960							
04	1961-2011							
RESUMO:								
PREENCHIMENTO								
ENTIDADE:							DATA	
RESPONSÁVEL:								

APÊNDICE B - Inventário da Arquitetura Ausente do centro histórico de Pelotas. Ficha Cadastro

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS FICHA CADASTRO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Recorte Territorial: Entorno da Praça Cel. Pedro Osório – Centro Histórico de Pelotas/RS.	
1.2 Recorte Temático: Identificação do Patrimônio Arquitetônico Ausente	FICHA GERAL 00/35-
1.3 Identificação do Bem:	LOTE Nº: 02
1.4 Localização do Bem:	FASE CONSTRUTIVA:
Planta Atual da Área:	Planta da área em 1835
2. DADOS ICONOGRÁFICOS:	
IMAGEM 01	DADOS ICONOGRÁFICOS: IMAGEM 01 Título: Classificação: Coleção: Fonte: Data: Observações:
IMAGEM 02	IMAGEM 02 Título: Classificação: Coleção: Fonte: Data: Observações:

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS
FICHA CADASTRO**
1. IDENTIFICAÇÃO
1.1 Recorte Territorial: Entorno da Praça Cel. Pedro Osório – Centro Histórico de Pelotas/RS.

1.2 Recorte Temático: Identificação do Patrimônio Arquitetônico Ausente

FICHA GERAL
00/35-
LOTE Nº:
03
1.3 Identificação do Bem:
1.4 Localização do Bem:
FASE CONSTRUTIVA:
2. DADOS ICONOGRÁFICOS - DOCUMENTAIS:
IMAGEM 03
DADOS ICONOGRÁFICOS:
IMAGEM 03
Título:
Classificação:
Fonte:
Data:
Observações:
IMAGEM 04
IMAGEM 04
Título:
Classificação:
Fonte:
Data:
Observações:
IMAGEM 05
IMAGEM 05
Título:
Classificação:
Coleção:
Fonte:
Data:
Observações:

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS

FICHA CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Recorte Territorial: Entorno da Praça Cel. Pedro Osório – Centro Histórico de Pelotas/RS.

1.2 Recorte Temático: Identificação do Patrimônio Arquitetônico Ausente

FICHA GERAL
LOTE Nº:

00/35-
04

1.3 Identificação do Bem:

1.4 Localização do Bem:

FASE CONSTRUTIVA:

3. DADOS URBANOS

Conformação do Lote Observações:

Original

Remembrado

Desmembrado

4. DADOS DO EDIFÍCIO

PROPRIEDADE

Pública

Privada

Mista

Outra

IDENTIFICAÇÃO

PROPRIETÁRIO:

CONSTRUTOR:

TIPOLOGIA

Religiosa

Civil

Oficial

Militar

Industrial

Ferroviária

Outra

LINGUAGEM ARQUITETÔNICA

Luso Brasileira

Eclética

Proto Moderna

Moderna

Contemporânea

Outra:

PAVIMENTOS

Acima da rua (nº)

Abaixo da rua (nº)

Sótão

Porão

Outros:

Sim

Não

Sim

Não

Observações:

DATA E ÉPOCA CONSTRUÇÃO:

DATA DA ALTERAÇÃO OU DEMOLIÇÃO

USO ORIGINAL:

USO ATUAL:

SITUAÇÃO DA CONSTRUÇÃO:

Nova Construção

Construção Alterada

Mud. Linguagem Arquitetônica

Acréscimo de pav. em altura

Acréscimo mesmo pavimento

ESTÁGIO DE PRESERVAÇÃO

Presente Original

Alterado

Presente Atual

Alterado

Ausente

Descaracterizado

Outros:

Outros:

5. PROTEÇÃO

Tombamento Federal

Inventário

Tombamento Estadual

Outros

Tombamento Municipal

Sem proteção

LEGISLAÇÃO:

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS
FICHA CADASTRO**
1. IDENTIFICAÇÃO
1.1 Recorte Territorial: Entorno da Praça Cel. Pedro Osório – Centro Histórico de Pelotas/RS.

1.2 Recorte Temático: Identificação do Patrimônio Arquitetônico Ausente

FICHA GERAL
00/35 -
LOTE Nº:
05
1.3 Identificação do Bem:
1.4 Localização do Bem:
FASE CONSTRUTIVA:
6. DADOS HISTÓRICOS
7. FONTES CONSULTADAS
8. PREENCHIMENTO
ENTIDADE:
DATA
RESPONSÁVEL: